



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PEDRO HOLANDA FILHO

**O BARÃO DA CARIDADE: A MORTE DE GUILHERME STUDART E A
INVENÇÃO DE UMA VIDA EXEMPLAR (1856 – 1938)**

FORTALEZA – CE

2018

PEDRO HOLANDA FILHO

**O BARÃO DA CARIDADE: A MORTE DE GUILHERME STUDART E A
INVENÇÃO DE UMA VIDA EXEMPLAR (1856 – 1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Memória e Temporalidade. Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos.

FORTALEZA – CE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal
do Ceará Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H669b Holanda Filho, Pedro.
O Barão da caridade: a morte de Guilherme Studart e a invenção de uma vida exemplar (1856 – 1938) / Pedro Holanda Filho. – 2018.
122 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em História, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

1. Caridade. 2. Morte. 3. Barão de Studart. I. Título.

CDD 900

PEDRO HOLANDA FILHO

**O BARÃO DA CARIDADE: A MORTE DE GUILHERME STUDART E A
INVENÇÃO DE UMA VIDA EXEMPLAR (1856 – 1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Memória e Temporalidade. Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família.

Agradecimentos

Com a alma sorrindo de felicidade, gratidão pelos bons ventos que a vida sopra, por todo apoio e incentivo e pelas muitas mãos que fizeram esse trabalho ser possível.

Gratidão aos meus pais e irmãos, que sempre foram alento para o coração e sempre se mostraram lar, do jeito peculiar de cada um de nós.

À Graciela Bessa, minha companhia cúmplice, com quem divido a vida, pelo apoio incondicional nos momentos em que faltaram ânimo e coragem e por me mostrar que a vida é feita de sensações que não podemos explicar; que a vida vai além de coisas que se podem cronometrar.

Aos amigos/irmãos de coração que a graduação em História me deu: Luiz Alves e Verinha Araújo. Gratidão pela caminhada compartilhada desde o início deste sonho. Sem o incentivo, o carinho, os debates, as leituras e os conselhos de vocês durante todo esse tempo, esse trabalho não teria sido concluído. Obrigado por me trazerem esperança.

Aos amigos feitos durante o curso de mestrado, pela humildade de saber ouvir e compartilhar da angústia dessa caminhada. Especialmente, à Larissa Jorge, pois o seu companheirismo na caminhada me fez acreditar.

Ao meu orientador, professor Francisco Régis Lopes Ramos, pela paciência, por me mostrar que as curvas fazem parte – e não são o final – do caminho. Gratidão pelas muitas vezes que a angústia e ansiedade foram diminuídas após as orientações, devolvendo esperança e ânimo na conclusão do trabalho.

Ao amigo, “cuja amizade se fez pedra”, Jailson da Silva. Desde a graduação, alguém em quem me espelhava, a quem assume o papel incontestado de mestre, quem me fez entender que “é um empobrecimento da própria vida achar que ela é feita só de vitórias”, e me incentivou a continuar, apesar das derrotas, firme como um soldado e a manter os pés no chão em todos os sentidos.

Aos professores que tanto iluminaram os meus caminhos durante essa jornada, especialmente, às professoras Ana Rita – desde a graduação me abrindo horizontes de pesquisa e com quem as discussões no mestrado abriram novas trilhas para esse trabalho – e Kênia Rios, sempre atenciosa, cuja leitura e contribuição durante a qualificação ajudou a reorganizar esse trabalho.

À família Cavalcante, por sempre me acolher de braços abertos em Fortaleza, se tornando um segundo lar.

Aos amigos Edinaldo, Claudiuscia, Estelino e Joaquim por sempre contribuírem com as minhas idas à Fortaleza, possibilitando uma formação continuada e a continuidade desse trabalho.

Aos amigos/irmãos DeMolays, que muitas vezes me apararam, me prestando auxílio em momentos de dificuldades: Abraão, Paulo Filho, Barbosa Segundo, Charles Elton, Luiz Sérgio, Samuel Plauto, Hudson, Wiron, Iury, Ronney, Helmer, Valmir Júnior, Felipe Vicente e Gleuberton.

À Amanda Melo, sem a qual esse sonho não teria sido possível, obrigado pela semente plantada, pela porta sempre aberta.

Ao amigo/irmão Marcelo, por sempre estar de pé de à ordem, gratidão pela leitura atenta desse trabalho.

Ao irmão/amigo Elton Brasil, pelos ensinamentos diários, por me mostrar o que é determinação e por, além de tudo, salvar-me nas questões de informática e formatação textual.

Por fim, agradeço à Capes o apoio financeiro para realização desse trabalho.

RESUMO:

Esta dissertação discute a historicidade da prática da caridade como uma sensibilidade na experiência da morte a partir da atuação de Guilherme Chambly Studart (1856-1938). Conhecido como o Barão de Studart, foi um personagem bastante relevante no cenário intelectual e político cearense da virada do século XIX para o XX, e se destacou por sua ação caritativa. Médico, historiador, intelectual, católico, foi fundador e membro de inúmeras instituições como o Instituto Histórico do Ceará e Sociedade São Vicente de Paulo (cuja atuação lhe rendeu o título de Barão pela Santa Sé). Preocupado com a morte durante toda a vida, e em praticar a caridade, elaborou uma imagem própria de homem exemplar, a partir da produção de um arquivo de si, sendo caracterizado como caridoso, intelectual, devoto e patriota. O argumento da dissertação, a partir da atuação do Barão de Studart, é que a prática da caridade diante da morte era um componente das relações sociais do período. A afirmação tem base no estudo dos testamentos, documentos privilegiados para exposição de sensações e sentimentos, nos quais se percebeu uma sensibilidade mais latente: a caridade. Para essa reflexão, o trabalho se referencia nas discussões sobre a história das sensibilidades, pensando a morte de forma relacional ao tempo histórico, como forma de agir, pensar, ser e estar no mundo. O acervo de Guilherme Studart, nesse sentido, é bastante produtivo, contando com fotografias, documentos, cartas e livros. Esse acervo, somado ao seu testamento é entendido aqui como um ato autobiográfico. Deste modo, o trabalho foi recortado a partir da vida de Guilherme Studart, entendendo-o com alguém que operacionalizava a caridade no seu tempo, não interessado no fim da pobreza, mas em ações paliativas que proporcionam conforto momentâneo, que justifiquem a riqueza material de alguns e demonstre como aquele que pratica a caridade é bondoso e necessário para o funcionamento da engrenagem social.

Palavras-chave: caridade; morte; sensibilidades; Guilherme Studart; história

ABSTRACT

This dissertation discusses the historicity of charity as a form of sensibility through the experience of death based on the actions of Guilherme Chambly Studart's (1856-1938). Known as the Barão de Studart, he was a relevant player in the political and intellectual landscape in Ceará between the late XIXth and early XXth century. Physician, historian, intellectual, Catholic, Studart was a founder and member of many institutions such as the Historical Institute of Ceará and the São Vicente de Paulo Society (whose experience resulted in the title of baron by the Catholic Church). Concerned about death throughout his whole life, Studart created a self-image of an exemplary man by practicing charity and producing his own personal archive, which framed him as a charitable, intellectual, devout and patriot man. I argue, based on Studart's life reveals, that charity before death was a component of social relationships in the studied period. The argument is based on the study of wills, documents meant for the exhibition of emotions in which charity played a major role. This reflection focuses on the history of sensibilities thinking revolving around death, which is definitive of the time and demonstrated a way of acting, thinking and being. Studart's personal archive, in this sense, is fruitful, containing with photos, personal documents, letters, and books. With his will, the archive is understood as an autobiographic act. Therefore, this dissertation follows Guilherme Studart's life, seeing him as a person who practiced charity in his time, with no interest in ending poverty, but doing palliative actions which gave momentary comfort, justifying the wealth of some and showing that those who practice charity were essential cogs in the wheel of society.

Keywords: charity; death; sensibilities; Guilherme Studart; history.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	A CORRESPONDÊNCIA E A PRÁTICA DA CARIDADE.....	23
2.1.	Distinção e caridade: o baronato de Guilherme Studart.....	23
2.2.	O barão da caridade.....	30
3.	A INVENÇÃO DO HOMEM EXEMPLAR.....	50
3.1.	Guilherme Studart e a escrita autobiográfica.....	50
3.2.	Os mortos do Instituto e da Sociedade São Vicente de Paulo.....	67
4.	ASSIM NA VIDA COMO NA MORTE: CARIDADE E SALVAÇÃO.....	78
4.1.	O apóstolo da caridade.....	78
4.2.	Na última vontade, a (última) caridade: a invenção da uma morte exemplar.....	97
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
6.	REFERÊNCIAS	119

1. INTRODUÇÃO

O catolicismo. Para essa crença a alma iria, a depender de suas ações em vida, para o paraíso ou para o inferno – admitindo ainda possibilidade de redenção em um *terceiro lugar*, como apontou Michel Vovelle¹, ou seja, um tempo onde seriam purgados os pecados. Além das ações em vida, do recebimento dos sacramentos, de estar inserido na hierarquia da instituição, necessitar-se-ia ainda de atos após a morte, principalmente dos vivos em favor do morto: orações, missas, sufrágios.

Em meio a esse cenário de religiosidade, o contexto brasileiro é alterado com a Proclamação da República, pois há a separação entre Igreja e Estado. Embora a religião deixasse de ser oficial, o catolicismo era majoritário, portanto, as crenças não são abandonadas, mas alteradas. Exemplo disso é a emissão de registros civis (nascimento, casamento e morte) que, até 1889, era de responsabilidade da Igreja católica e passou a ser do Estado. Se antes era necessária a autorização do padre para o sepultamento, passou a ser exigido um atestado médico. Como afirma a historiadora Cláudia Rodrigues², o objetivo dos cuidados com o corpo morto era a salvação da alma, além de evitar que passasse a ser identificado como capaz de causar doenças em decorrência do processo de putrefação.

O domínio da morte acontece em um espaço fronteiro entre dois mundos: o religioso e o científico. Quando as questões sanitárias adentram na esfera religiosa, são travadas disputas em torno das práticas fúnebres. A partir de meados do século XIX é que esse embate torna-se decisivo, tendo as atitudes perante a morte e o corpo morto como território de disputas entre o público e o privado, o padre e o médico, culminando com a oficial secularização das ações no domínio da morte. Portanto, a questão geral que move esta pesquisa é: como os sujeitos lidavam com a experiência do morrer e da morte, entre o final do século XIX e meados do século XX?

Se o sentido que se dá à morte é histórico, não existe fora do tempo e do espaço. Assim, entender a historicidade desse fenômeno é também entender que as sensações, as emoções, os desejos, nesse contexto da morte, são sentidas das mais diversas formas com o passar do tempo, mudando as suas formas de expressão. Assim, há uma mudança na sensibilidade em torno do enfrentamento da morte.

¹ VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório: ou o trabalho de luto**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

² RODRIGUES, Cláudia. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (org). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

Esse trabalho toma por objeto de estudo as sensibilidades relacionadas com o domínio da morte. Dialogando com práticas e representações em torno do viver e do morrer, esse estudo se esforça para se aproximar de uma zona sombreada da História (as sensibilidades), entendida por diferentes autores³ como um elemento importante para aqueles que querem dizer algo sobre a relação do homem com o seu tempo. Em nossas pesquisas iniciais, constatamos que muitos são os documentos relacionados a essa temática, como a escrita de cronistas; memorialistas e intelectuais, os saberes médico-sanitaristas e manuais eclesiásticos. No entanto, foram destacadas como fontes de pesquisa privilegiadas os inventários *post-mortem* e, principalmente, testamentos.

Muitas são as práticas fúnebres (a morte anunciada, sepultamento, luto, sufrágios, missas) que se relacionavam com as sensibilidades do morrer. Para entendê-las, é preciso inseri-las em um universo de significações; ou seja, compreender como se lidava com a experiência da morte, entender como esses sentimentos se tornavam visíveis, e, ainda, como as experiências de um indivíduo se relacionavam com a coletividade.

Entendemos a sensibilidade como um *“produto social historicamente construída, que existe à medida que se explicita em atitudes, em práticas”*⁴. A história das emoções não é apenas possível, mas é importante para compreensão da condição humana. Emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade. Não apenas são socialmente construídas, como agem sobre relações humanas em todos os níveis, *“sustentam e reforçam sistemas culturais”*⁵.

A morte é uma pauta opaca e cotidiana, é constituinte da sociedade, surge como problema radical e que, segundo o historiador Fernando Catroga, *“em vez de ser recalçado, pode ensinar-nos a compreender e a saber vivê-la. E como da morte só poderemos reconhecer a semiótica, os discursos tanatológicos serão sempre uma fala de (e sobre) os vivos”*⁶. Catroga ainda afirma que a morte não é um fenômeno social, político e ideologicamente neutro, esboçando dimensões do cotidiano.

A morte pode ser considerada como uma passagem de uma forma de vida social a outra, de modo que ela não é o fim da existência. Sendo uma passagem de uma forma de existência para outra, faz-se necessária toda uma ritualística. E dentre os atos ligados à morte,

³ Entre eles, destacamos ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. As sombras do tempo: A saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. IN: ERTZOGUE, Mariana Haizenreder, PARENTE, Temis Gomes. **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n 4, 2005; ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e voz. 2011.

⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. **As sombras do tempo**. *Cit.* p.123.

⁵ ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções**. *Cit.* p. 37

⁶ CATROGA, Fernando. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. (1756-1911)**. Coimbra: Minerva, 1999, p. 10.

está o sepultamento – assim como o velório, cortejo fúnebre e o luto. Os ritos fúnebres têm algumas funções, além de guiar o morto para o seu destino post-mortem: demonstrar afetos com aqueles que partiram, além de tentar superar a dor e a desordem que a morte provoca nos sobreviventes⁷.

A morte precisa fazer sentido para além da vida material. É nesse sentido que os indivíduos passam a se preocupar com ela. É preciso se preparar, buscar a salvação eterna da alma, é preciso pensar no pós-vida. Assim, ao se preparar para ela, distribuem-se afetos, objetos materiais; encomendam-se missas e sufrágios; constroem-se acervos a fim de perpetuar a memória; deseja-se ser um merecedor da salvação e, para isso, demonstra-se ser uma boa pessoa e pratica-se a caridade.

Ao tentar entender as sensibilidades nos deparamos com uma série de sentimentos, atitudes e sentidos, como dor, tristeza, angústia e agonia, saudade, medo, preocupação com o futuro – tanto com o seu e o além-túmulo, quanto com os sobreviventes – além de afetos, gratidão e ressentimentos. São expressões, sentimentos, sentidos, emoções que envolvem todo o contexto da morte.

O estudo das sensibilidades trouxe para o domínio da História o problema da subjetividade, revelando a presença do “eu” como agente e matriz das sensações e sentimentos. O historiador Georges Vigarello historiciza a percepção do corpo e dos sentidos, mostrando uma “invenção da interioridade”, como o sentimento de si enquanto algo histórico e não natural, sendo que, para ele, a sensibilidade constitui-se em elemento primário, pois os sentidos alertam, comunicam, são informantes das coisas externas. Segundo Vigarello, no século XIX, há uma atenção aprofundada aos gestos mais banais, sugerindo uma sensibilidade interiorizada:

A observação de si tornou-se central, minuciosa, insistentemente prolongada, apaixonada de “interioridade”. E essa observação volta-se, prioritariamente, para uma “fonte” longamente negligenciada: o sensível do corpo. Com ela, sem dúvida, o sentimento de si, o da existência íntima ampliou-se.⁸

Portanto, as sensibilidades são historicamente constituídas, permitindo reconfigurar o “tempo passado”, esboçam a dimensão do cotidiano, este que se revela na história social. A sensibilidade é ainda entendida como uma forma de se relacionar com o tempo; é como os homens e mulheres representam a si próprios e o mundo. Refere-se ao

⁷ RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1997.

⁸ VIGARELLO, Georges. **O Sentimento de Si** - História da Percepção do Corpo. Vozes, 2016, p. 149.

conjunto de nossos sentimentos e sensações e ao modo como os experimentamos, é a via de acesso do nosso corpo ao mundo externo, como coloca Michel Serres⁹. É a apreensão do mundo para além (ou anterior ao) do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas.

As sensibilidades são problemas de outro (e do outro no) tempo, são formas de agir e pensar, de apreensão, de ser e estar no mundo, são compartilhadas e se traduzem em sensações e emoções deixadas em marcas objetivas do mundo sensível¹⁰. Diante de objetos fugidios, como é o caso das sensibilidades, é importante que o historiador procure continuamente afinar seus instrumentos de trabalho. Por isso, para tentar capturar e entender as relações entre sensibilidade e a história, faz-se necessário desenvolver procedimentos interpretativos que possibilitam estudar as formas pelas quais os sujeitos constituem seus modos de viver.

Segundo a trilha proposta pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento, é preciso tentar ler nas fontes as motivações, os sentimentos, emoções, evidências do sensível, pois o dever do historiador é compreender uma sociedade de um outro tempo,

juntar todos os traços deixados, materiais e objetivos, mesmo que neles se contenha a imaterialidade da trama da vida, ou seja, as razões, as emoções e os sentimentos, [...] tradução sensível do mundo, de um outro tempo e de 'outros' no tempo.¹¹

Outra historiadora que se propôs a pensar em caminhos metodológicos para tecer a relação entre História e Sensibilidade foi a historiadora Arlette Farge, para quem é preciso levar em conta os modos singulares de existir ou de ser e estar no mundo (a fala, o acontecimento, as vozes singulares, a multiplicidade das relações entre homens e mulheres). Farge, ao estudar a dor e o sofrimento como categorias da História, afirma que estas são formas de relação com o mundo, que entram na paisagem cultural, política, afetiva e intelectual de uma sociedade.

As sensibilidades – mais especificamente a dor e sofrimento, ou seja, as sensações – são formas de se relacionar com o mundo e com o tempo. São históricas e cada sociedade particular em um dado tempo de sua história tem de fato um poder sobre a expressão dessas sensações, sentimentos e emoções. A dor, por exemplo, “*não é um dado, é, o mais das vezes,*

⁹ SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**. Filosofia dos corpos misturados – I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, memória, sensibilidade: territórios do historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, RAMOS, Alcides Freire, PATRIOTA, Rosângela (orgs.). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008; _____. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n 4, 2005.

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, memória, sensibilidade: territórios do historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, RAMOS, Alcides Freire, PATRIOTA, Rosângela (orgs.). *Cit.*, p. 18.

dada, tem imediações e se insere em fenômenos de genealogia que podem se explicar e, portanto, ser eventualmente combatido”¹².

Nesse sentido, a historiadora Barbara H. Rosenwein propõe uma história das emoções. Como caminho metodológico, ela sugere a noção de “comunidades emocionais”, ou seja, “*grupos sociais cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e suas formas de expressão*”¹³. A pesquisa deve buscar os sistemas de sentimento, estabelecer o que essas comunidades (e os indivíduos em seu interior) definem e julgam como valoroso ou prejudicial para si, as emoções que eles reconhecem ou ignoram, a natureza dos laços afetivos entre pessoas que eles reconhecem e os modos de expressão das emoções.

É seguindo os métodos propostos pelas historiadoras supracitadas que tento ler e problematizar as sensibilidades nas fontes históricas. Assim, nos debruçamos mais detalhadamente e inventariamos para essa pesquisa, no período que vai de 1848 a 1950, setecentos e setenta e nove inventários *post-mortem* e cento e trinta e três testamentos, que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Analisar os testamentos é perceber as sensibilidades através dos desejos dos testadores, que ganham ares de sacralidade, pois enunciam a “última vontade”. Os inventários são a parcela jurídica da partilha de bens. O testamento é a sequência das últimas disposições, ato geralmente unilateral. Em alguns dos testamentos analisados, consta apenas o traslado do mesmo, cuja fórmula testamentária remete à religião estabelecida, mesmo na República – quando não há mais uma religião oficial para o Estado –, a partir da datação: “no ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo”. O traslado é a “cópia” feita pelo tabelião que, em alguns casos, vai até a casa do testador e escreve em primeira pessoa: “*aonde eu tabelião a seu rogo vim. E por ele perante mim e as mesmas testemunhas [...]*”¹⁴. Nesses casos, o testador fala de forma indireta: “*disse que é cristão católico e quer que seu corpo seja sepultado com modéstia*”.

Os testamentos eram utilizados como instrumento de poder, definindo o que se podia ou não fazer com os bens recebidos: “*Deixo mais a esta Anna Belmiro Andrade quinze contos de reis que meus testamenteiros aplicaram na compra de prédios ou títulos do governo, gozando ela dos vencimentos e não podendo a mesma fazer qualquer transação sobre o usufruto [sic]*”¹⁵.

¹² FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011, p. 23.

¹³ ROSENWEIN, Barbara H. *Op. Cit.*, p. 07.

¹⁴ CEARÁ. Cartório de órfãos, pacote 37, caixa 02, número 02.

¹⁵ CEARÁ. Cartório de órfãos, pacote 37, caixa 02, número 05.

No século XX, percebe-se uma diminuição da produção de tais documentos. Visto que a gerência das atitudes no domínio da morte passa a ser exercida pelo Estado, o objetivo do testamento reduz-se, oficialmente, à organização da partilha dos bens materiais, embora as questões religiosas e afetivas continuem presentes e sendo importantes.

O estudo a partir do viés da sensibilidade é estimulado quando, mesmo com a oficial secularização da morte, encontram-se testadores que mantêm cláusulas de dimensão espiritual e afetiva, como Luís Severiano Ribeiro, que produziu seu testamento em 1913 e ratifica, claramente, afeto para uma das filhas: “*pela profunda afeição que lhe consagro, e pelo sincero desejo de lhe assegurar, no futuro, uma modesta independência*”. Já Sebastião José Cavalcante, órfão de pai e mãe, inupto, sem herdeiros legais, demonstrou seu afeto com sua prima, também órfã, deixando-a seu único bem – um sítio –, pois ela era o seu laço mais próximo.

Ainda em seu testamento, Luís Severiano solicita seiscentas missas por sua alma, de seu pai e sua mãe. Nota-se a preocupação com o *post-mortem* e o apego à religiosidade. Luís Severiano ainda afirma que “*como cristão católico, inimigo das vaidades humanas, quero que meu corpo, logo que venha a falecer, seja sepultado no lugar onde morrer; bem como o meu enterro se faça com simplicidade, embora com a decência a minha pessoa*”. Já Leopoldo de Araújo Feitosa, que produziu seu testamento em 1915, utiliza o documento para afirmar que: “*morro abraçado com a cruz de Jesus Cristo, em cuja religião nasci; fui educado e tenho vivido, aceitando de coração a morte, como expiação de minhas culpas, que só Deus conhece*”.

O testamento era utilizado para dispor de ações e organizar a vida após a morte, demonstrando preocupação com a salvação e o *post-mortem*, e a distribuição de afetos e sentimentos, mesmo com a secularização da morte. Tudo isso indica as possibilidades de estudos das sensibilidades a partir do questionamento desses documentos. É possível afirmar que as sensibilidades acerca da morte e do corpo, no entanto, sofrem certas alterações entre final do século XIX e começo do século XX, como a concepção do corpo morto, citada anteriormente.

No rol dos testamentos analisados, uma sensibilidade chamou a atenção: a caridade. Mostrou-se intrigante a recorrência da busca pela realização da caridade. Por que buscar ser caridoso após a morte? O que significava a caridade no enfrentamento da morte? Essas problemáticas nos levam mais uma vez para a religiosidade. Embora alguns autores a coloquem na ordem econômica, a caridade não está desvinculada de uma ordem social, moral, ética e religiosa – principalmente no contexto da morte. Os sujeitos que praticavam a caridade

no devir da morte desejavam uma reciprocidade: a salvação eterna. Então, não era apenas buscando aliviar os sofrimentos de alguns desvalidos, mas viabilizar a sua salvação no plano espiritual. A doação era, dessa forma, trocada por orações em favor da alma do doador. Portanto, enquanto os receptores tinham algumas e pontuais necessidades materiais atendidas, o doador teria as necessidades espirituais contempladas.

A caridade liga dois polos sociais: os ricos e os pobres. Ela está diretamente ligada à pobreza. É necessária a existência da pobreza para que haja caridosos, para que os ricos mostrem sua riqueza e afirmem o seu prestígio social. Aqui, a caridade é entendida como um sentimento cristão, pois é igualada e, por vezes, traduzida como amor divino, sendo um dos principais mandamentos católicos: o amor ao próximo; um sentimento e um comportamento complexo.

Um dos autores que nortearam as nossas discussões sobre a caridade e o pauperismo foi o historiador Bronislaw Geremek, a partir da sua obra “A piedade e a força – história da miséria e da caridade na Europa”. Nesse estudo, faz um apanhado da pobreza no continente europeu desde a Idade Média e suas transformações até a contemporaneidade¹⁶.

Demonstra que a caridade na Europa é um sentimento firmemente ancorado como louvável e ainda a diferencia da piedade e da filantropia. A caridade consistiria em uma das virtudes capitais, desde que fosse desinteressada e tivesse como receptor alguém totalmente estranho, uma ação desvinculada de parentesco, amizade ou recompensa. Já a piedade seria uma falsa virtude: “*tal como o medo ou a cólera, ela não passa de um sentimento repentino e incontrolado [...]. Porque, a par do orgulho e da vaidade, é precisamente a piedade a responsável por atos de fundação, doações e legados insensatos*”¹⁷. Já a filantropia tem um caráter público, permitindo que o benfeitor se afirme socialmente. Sendo mais claro, para Geremek,

O verdadeiro ato de caridade deveria estar isento de quaisquer motivações interesseiras; mas, na realidade, elas encontram-se frequentemente presentes nas atitudes sociais, onde o cálculo interesseiro se mistura com a fraternidade genuína e a piedade sobranceira com o verdadeiro auxílio. A esmola concedida a um mendigo que exhibe sua enfermidade e miséria pode ser inspirada simultaneamente pela piedade (uma emoção momentânea), por uma profunda compaixão ante a pobreza e pela esperança de uma recompensa no plano escatológico.¹⁸

¹⁶ “Ao analisar as atitudes caritativas na Europa ao longo de todo um milênio, tentamos retrair a história das instituições, da política social, do discurso sobre a pobreza bem como, numa certa medida, dos comportamentos face à miséria, cotejando essa história com a pobreza enquanto fenômeno social”. GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força** – história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar. s/d. p. 290.

¹⁷ Idem. Ibidem, p. 288.

¹⁸ Id. Ibid., p. 289-290.

Ainda são poucos os trabalhos no Brasil que discutem a caridade, destacando-se os trabalhos da historiadora Cláudia Viscardi. Essa historiadora nos informa definições dos termos “caridade” e “filantropia”, sendo ambos relacionados às ações que buscam suavizar os sofrimentos dos necessitados. A diferença é que a caridade refere-se às práticas assistenciais motivadas por crenças religiosas, e a filantropia teria um caráter laico. Deste modo, a primeira seria uma virtude cristã, e a segunda, uma virtude social.

Viscardi afirma que entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, preocupados com a situação de miséria e crescente multidão de desvalidos “*destacaram-se na sociedade civil brasileira intelectuais, políticos, lideranças religiosas ou leigas que [...] mobilizavam seus recursos – materiais e imateriais – para amparar as vítimas do pauperismo*”¹⁹.

A caridade, que era recorrente nos testamentos produzidos pelos fortalezenses entre o final do século XIX e meados do XX, era realizada por uma elite local que desejava praticá-la na vida e após a morte. Os alvos da caridade eram, normalmente, pobres em geral ou discriminados pelo testador e instituições voltadas para esse fim, como a Santa Casa de Misericórdia ou o Asilo de Mendicidade. A religiosidade era posta sempre no início do documento, mesmo após a oficial secularização da morte, como uma fórmula testamentária. A caridade aparecia nas distribuições dos bens materiais e junto às cláusulas espirituais, quando o testador solicitava missa e sufrágios, preocupados com a sua salvação.

O testamento do Barão de Studart²⁰ ganha destaque na análise desse corpo documental. Guilherme Chambly Studart, nascido em 1856 e falecido aos oitenta e dois anos de idade, em setembro de 1938, foi um médico, intelectual, católico, fundador e membro de inúmeras instituições, destacando-se o Instituto Histórico do Ceará e a Sociedade São Vicente de Paulo – nesta última, Studart teve uma atuação destacada que lhe rendeu o título de Barão pela Santa Sé.

Guilherme Studart foi alguém preocupado em arquivar-se, construindo um acervo de si e dando publicidade para este arquivo, composto por documentos históricos, fotografias, cartas e livros. Esse arquivo faz parte da sua preocupação de construir uma imagem exemplar de si como devoto, patriota, cientista – notadamente no campo da medicina e da história – e, principalmente, caridoso. Ele produziu seu testamento de próprio punho, não relegando a escrita para o tabelião, como era de costume, mostrando-se conhecedor da fórmula

¹⁹ Ibidem, p. 188.

²⁰ O seu testamento é uma peça anexada ao inventário do Barão de Studart, processo nº 154/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

testamentária. Aliás, seu testamento, contém aspectos que eram comuns aos escritos durante século XIX, anterior à oficial secularização da morte.

Sua produção data do ano de 1927, quando Studart tinha setenta e um anos. Seu falecimento ocorreu onze anos depois. Nesse documento, demarca sua posição como devoto, temente a Deus e submisso à Igreja Católica. Demarca, também, sua posição como patriota. Demonstra preocupação com os sobreviventes, fazendo a distribuição de seus bens e afirmando se preocupar com a justiça nessa partilha. As cláusulas de dimensão espiritual ganham destaque, preocupando-se com salvação eterna, solicitando missas e sufrágios para si e para os parentes e amigos que morreram antes, o que indica preocupação com a salvação dos mais próximos também. Deixa claro como deseja o seu funeral: com simplicidade e decência. E, por fim, a caridade: distribui dinheiro para famílias pobres, para instituições científicas – além do seu acervo bibliográfico – e para instituições religiosas.

Portanto, Guilherme Studart foi alguém que se preocupou e se preparou para morte ao longo da vida. A partir dele podemos perceber as mudanças e permanências no domínio da morte. Seu testamento tem muitos indícios dessas sensibilidades, dos conflitos e contradições em torno da morte e *post mortem*. Por que ser caridoso próximo ou após a morte? Como se dava essa caridade? Quais os sentidos dados a ela? Assim, buscamos entender melhor esse sujeito multifacetado, que se mostrou como um indivíduo que operacionalizava a caridade no seu tempo.

Buscou-se entender como ele operacionalizava a caridade. Dessa forma, outros rastros sobre o Barão de Studart foram analisados. O seu acervo pessoal se mostrou fecundo, pois ele o construiu como parte da narrativa que dava integralidade a sua vida. Por “acervo pessoal”, entende-se “como o conjunto dos documentos produzidos e/ou pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultado de uma atividade profissional ou cultural específica”²¹.

A partir dos acervos pessoais podemos estudar as sensibilidades de um período, possibilitando o entendimento de como se articula uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais ou a análise das representações e das ligações entre o individual e o coletivo. Por conseguinte, pode-se ter uma compreensão da articulação entre níveis micro e macro que está em jogo, entre singular e o geral²².

Guilherme Studart preocupou-se com seu acervo, para que se mantivesse a ordem por ele estabelecida. No entanto, após sua morte, os filhos resolveram relegar a maioria do

²¹ PENNA, Rejane Silva; GRAEBIN, Cleusa Maria. Acervos privados: Indivíduo, sociedade e história. In: **Saeculum** – REVISTA DE HISTÓRIA [23]; João Pessoa, jul./ dez. 2010, p. 123.

²² VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. **FCLAs** – CEDAP, Campinas, v.3, n.1, 2007.

acervo apenas ao Instituto Histórico do Ceará. Este acervo conta com uma documentação de natureza variada que “*depende das atividades exercidas pelo personagem que se relaciona a ela, bem como a sua própria vontade de acumulação, ou seja, aos critérios que nortearam suas escolhas dentre o que seria preservado e o que seria descartado*”²³.

O seu acervo é entendido aqui como uma espécie de autobiografia. Embora o Barão de Studart não tenha produzido uma autobiografia clássica, deixou rastros para a escrita de uma biografia de acordo com o seu desejo. Assim, têm-se elementos de uma autobiografia ao juntar documentos, cartas, fotografias. Seu testamento que foi escrito como forma de prestar contas da própria vida, fazendo uma retrospectiva dela. No acervo de Guilherme Studart, percebem-se “*fragmentos autobiográficos que remetem à construção de sujeito marcado pelas relações socioeconômicas e culturais dominantes em certo tempo e lugar*”²⁴. A escrita de si é uma forma de deixar para a posteridade algo de si e sobre si. Construir o olhar do outro, da posteridade, sobre si.

No acervo de Guilherme Studart, duas tipologias documentais foram sublinhadas: as correspondências passivas e as obras de sua autoria, destacadamente o “Dicionário bibliográfico cearense” e “Datas e factos para a história do Ceará”. Nesse segundo tipo de fonte histórica, temos mais claramente um ato narrativo, considerado como elemento do gênero autobiográfico, pois nessas obras, Studart escreve sobre si em terceira pessoa, como se fosse outro escrevendo sobre a sua vida. Ele se preocupou em construir uma narrativa da História do Ceará que inevitavelmente passasse pela sua vida.

Já as correspondências passivas, são materialidades palpáveis que operam como manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. São escritas ordinárias, que faziam parte do cotidiano de Guilherme Studart, que, em meio aos afazeres profissionais, deveria ainda ler cartas de variados remetentes e atender aos pedidos que chegavam por meio delas.

No seu acervo, consta mais de quatro mil cartas arquivadas e digitalizadas por iniciativa do Instituto do Ceará, através do projeto “Resgate digitalizado do acervo documental do Instituto do Ceará”, com o objetivo de publicar o acervo de Guilherme Studart, incluindo documentos históricos e acervo bibliográfico, em um livro álbum, denominado *Arquivos do Barão de Studart*. Nessas missivas, têm-se indícios de como se operacionalizava a caridade no seu tempo, que se dava de forma institucionalizada e individual.

²³ PENNA, Rejane Silva; GRAEBIN, Cleusa Maria. Acervos privados: Indivíduo, sociedade e história. In: *Op. Cit.*, p. 124.

²⁴ GOMES, Ângela de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 93.

Nesse conjunto de cartas passivas, a temática da caridade é recorrente. Até meados do século XX, muitas eram as sociedades/instituições caritativas, filantrópicas ou de socorros-mútuos no Ceará. A partir da prática caritativa de Studart, se sobressai a sua atuação na Sociedade São Vicente de Paulo, instituição laica, embora intimamente ligada à Igreja Católica. A atuação desta tinha motivação religiosa e foi fundada na França em 1833, apenas chegando em Brasil em 1872. Guilherme Studart ingressou na instituição ainda como estudante de medicina na Bahia, em 1876, e, ao regressar à terra natal, foi membro fundador da conferência de São Vicente em 1877, em Fortaleza, a primeira no Ceará.

Com o principal objetivo de “*levar consolações aos enfermos e aos encarcerados, de instruir as crianças pobres, desamparadas ou reclusas, e de prestar socorros religiosos aos que deles carecerem em artigo de morte*”²⁵, ela sempre esteve submissa à Igreja Católica, vinculando a ajuda a uma lógica do merecimento: era preciso ser católico praticante para ser um receptor da caridade dos membros dessa instituição.

Para entender como se dava essa caridade, além das correspondências de Studart, foram analisados também os discursos dele publicados na Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará, publicada entre 1888 e 1938. Essa revista seguia o formato das publicações nacionais da instituição, sendo publicada bimestralmente. Buscava informar aos seus membros as atividades da instituição, e era composta por mapas estatísticos, agremiações de novas conferências, relatórios, despesas e receitas, correspondências e alocações dos confrades.

De forma contumaz, havia a publicação dos discursos de Guilherme Studart, que chegou à presidência do Conselho Central do Ceará em 1889 e permaneceu até 1931. Nessas alocações, destacava a obra vicentina, conclamava os confrades à caridade, expunha a situação do Estado e as necessidades que proporcionavam a atuação das conferências. Assim, temos indícios de como o Barão de Studart vai se construindo como caridoso, principalmente a partir da sua atuação na Sociedade São Vicente de Paulo.

A estrutura desse trabalho foi pensada a partir da delimitação proporcionada no decorrer da pesquisa. Assim, pensava-se em compreender as sensibilidades no domínio da morte. Como eram muitas e variadas, destacamos uma delas no rol das fontes: a caridade. Dessa forma, o olhar foi direcionado para essa sensibilidade, percebendo como os variados sujeitos desejavam demonstrar-se caridosos nos momentos derradeiros da vida ou após a morte. Uma dessas pessoas era o Barão de Studart, que demonstrou preocupar-se com a morte

²⁵ RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional, caixa 575, código 173.

durante toda a sua vida, preparando-se para ela e desejando sempre se mostrar um católico caridoso. Assim, nos debruçamos sobre sua vida tentando entender como se construiu enquanto esse alguém devoto, patriota, intelectual e caridoso; além de buscar entender a construção da boa morte e a perpetuação da sua memória.

O intuito é, a partir da sua morte e da sua ação caritativa, compreender a historicidade da prática da caridade no enfrentamento da morte. Com base na análise dos escritos do e sobre o Barão de Studart, pretende-se ter acesso ao seu pensamento. Portanto, partimos de recorte macro – buscando entender as sensibilidades no domínio da morte na capital cearense entre o final do século XIX e meados do XX – para um recorte micro: a vida do Barão de Studart e a sua ação de caridade durante e após a vida.

No primeiro capítulo, buscou-se entender como a prática da caridade lhe proporciona uma maior distinção, culminando com o título de Barão concedido pela Igreja Católica em 1900. Esse título fez com que sua ação caritativa aumentasse, pois o título o ratificou como caridoso, alguém procurado para auxiliar os que necessitavam. Os documentos privilegiados nesse capítulo são as epístolas passivas arquivadas por ele ao longo da sua vida.

No segundo capítulo, nos atemos a outros escritos de Studart em sua preocupação de mostrar-se um homem exemplar. Os documentos históricos utilizados foram os tomos especiais produzidos pela revista do Instituto Histórico do Ceará e obras de autoria do próprio Studart, como o *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense* e o *Datas e Factos para a História do Ceará*. Os primeiros demonstram o quão bem sucedido foi o empreendimento de Guilherme Studart em se construir como homem exemplar; os dois últimos nos dão indícios dessa construção, pois Studart se preocupava com a História do Ceará, construindo um panteão de heróis cearenses e se colocando nele. Na segunda parte desse capítulo, preocupou-se ainda em problematizar a construção da boa morte de Studart e a sua preocupação com o esquecimento. Assim, analisamos os seus escritos na Revista do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo para o Estado do Ceará e as necrologias produzidas sobre os sócios falecidos do Instituto Histórico.

No último capítulo, a preocupação se volta para a prática da caridade de Studart – e, em última instância, do seu tempo. Assim, foram utilizadas mais destacadamente o testamento *post-mortem* e os seus discursos nas assembleias da Sociedade São Vicente de Paulo. Percebendo como se dava a caridade em meados do século XX, de forma individual ou institucionalizada, e como ela acaba sendo um instrumento de poder, vinculada a uma lógica do merecimento. Ao fim e ao cabo, a caridade não visava acabar ou solucionar os problemas

da pobreza; era necessária a existência da miséria para que se continuasse existindo o caridoso, o bondoso, o merecedor da salvação eterna.

2. A CORRESPONDÊNCIA E A PRÁTICA DA CARIDADE.

2.1. Distinção e Caridade: o baronato de Guilherme Studart.

Por decreto de Sua Santidade de 22 de janeiro deste ano foi agraciado com o título de Barão de Studart o ilustre Sr. Dr. Guilherme Studart, tão respeitado e querido nesta terra que ele estremece e mobiliza²⁶.

Guilherme Chambly Studart (1856-1938) foi alguém preocupado em arquivar-se e, para isso, preservou documentos que deveriam dar integralidade à narrativa da sua vida. Entre esses documentos, destaca-se o acervo de correspondências passivas, salvaguardadas hoje pelo Instituto do Ceará. São mais de quatro mil missivas recebidas por ele. A partir delas, pode-se perceber uma série de questões sobre a sua trajetória, sua sociabilidade, sua prática caritativa, e, em última instância, o seu desejo autobiográfico e de perpetuação da sua memória.

Em meio aos atendimentos na Santa Casa de Misericórdia e nas enfermarias espalhadas pela cidade de Fortaleza, em meio às pesquisas e trabalhos no campo da História e da Medicina; além das reuniões das inúmeras instituições, especialmente da Sociedade São Vicente de Paulo; cotidianamente Guilherme Studart recebia correspondências. Era preciso tempo para lê-las e respondê-las. Algumas eram pedidos de emprego, caridade, ajuda e empréstimos financeiros, troca de bibliografia ou documentos ou informações relevantes para suas pesquisas. O seu acervo de missivas recebidas demonstra a eficiência da sua rede de influência e a constituição de um sistema de caridade.

O seu acervo epistolar é uma forma de sociabilidade, uma forma de se manter em contato com os seus pares, seja trocando textos e revistas, seja se mantendo próximo dos espaços frequentados por intelectuais. É também uma forma de se manter em contato com os polos da sua rede de caridade: o receptor das benfeitorias e aqueles que proporcionavam ou ajudavam na prática da caridade, doando dinheiro, roupas e alimentos, por exemplo. Portanto, a troca epistolar era uma forma de reforçar a multiplicidade da sua rede de relações.

Em um universo de 4.037 cartas arquivadas²⁷, aparecem os mais diversos temas e remetentes. Estas cartas recebidas por Studart compõem o seu acervo pessoal – composto

²⁶ Transcrição da notícia publicada pelo jornal A República referindo-se ao título de Barão concedido pelo Papa Leão XIII a Guilherme de Studart. CEARÁ. Coleção Studart – Acervo do Instituto do Ceará.

²⁷ É importante esclarecer que no presente trabalho, optou-se pela atualização da escrita das cartas, não sendo o intuito analisar as ortografias utilizadas pelos remetentes de Studart. Como eram os mais variados, dos mais diversos estratos sociais, aparecem cartas tanto de letrados, intelectuais quanto de pessoas que afirmavam não ter

ainda por documentos, notadamente sobre História do Ceará, fotografias, livros – fazendo parte de uma tentativa de dar sentido a sua vida. É um ato autobiográfico, é uma forma de construir sua identidade e perpetuar a sua memória.

Em meio a tantas epístolas, uma temática recorrente era a caridade. A caridade é um ponto importante na vida de Studart. Guilherme Studart monta um sistema de caridade a partir das suas cartas recebidas. Nesse universo de cartas aparecem os mais diversos pedidos: para arrumar emprego, pedido de ajuda feita por pessoas carentes, pedidos de dinheiro; além de respostas a pedidos feitos por Studart aos seus iguais para a realização de caridade, pois, nessa rede de caridade, são necessários os dois polos: o que necessita da ajuda e o que necessita doar. Digo necessita porque, seguindo uma linha apontada por Cláudia Viscardi, todos aqueles que fazem doações, fazem esperando algo em troca.

No sistema de caridade construído por ele, por vezes fazia doações de forma direta, outras vezes usava a sua influência para conseguir ajudar outrem e, por muitas outras vezes estava à dianteira da doação representando instituições de caridade, destacadamente a Sociedade São Vicente de Paulo. Aliás, é a partir da sua atuação nessa instituição que Studart recebe o título de Barão, em 1900, diretamente do Papa Leão XIII.

O baronato é o primeiro ponto a ser destacado nesse universo de epístolas recebidas. Pois este é fruto, como referido, da sua ação caritativa, especialmente à frente da Sociedade Vicentina no Ceará. Esse título, portanto, o consagra como caridoso. Esse assunto lhe rendeu muitas cartas. Vindas dos mais diversos lugares do país – como Recife, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Manaus, Bahia, São Paulo, Maranhão, Belo Horizonte – e de muitos lugares do Ceará, notadamente de fortalezenses, mas também cartas de congratulações remetidas do Crato, Barbalha, Saboeiro, Tauá, Icó, Lavras, Aurora, Viçosa, Cascavel, Itapipoca, Pacoti, Pacatuba, Quixadá, Redenção, Baturité, Maranguape, além de muitas que não tinham a localidade especificada.

Entre o dia oito de março de 1900, data da notícia publicada pelo jornal A República, de Fortaleza-CE, e o dia doze de março foram trinta e sete correspondências. Daí até o final de setembro do mesmo ano, noventa e sete missivas. Os remetentes eram tanto particulares como institucionais. Felicitavam, congratulavam e afirmavam ser um título por merecimento *“e não resultado de transações com a baixa politicagem e muito menos um*

o dom da escrita. Portanto, buscou-se com esse acervo documental discutir a historicidade da prática de enviar um pedido a alguém que poderia, por variadas maneiras, atendê-los; além de analisar a historicidade da prática da caridade nos anos que essa pesquisa cobre.

prêmio de serviços inconfessáveis”²⁸. O teor das cartas entre março e setembro de 1900 são relevadores do prestígio social de Studart, que buscou se mostrar merecedor de tal título.

O baronato é uma peça-chave na invenção do homem exemplar. Todos os documentos e correspondências referentes ao título foram guardadas em um caderno²⁹. Na capa e contracapa do caderno já se tem o seu teor: Barão de Studart. O título de Barão foi concedido no dia 22 de janeiro de 1900, entregue no dia 07 de março pelo arcebispo da capital cearense e divulgado pelo jornal “A República” no dia seguinte.

Na primeira e segunda página do caderno constam a transcrição, em latim, do documento do Papa Leão XIII, concedendo o título de Barão a Guilherme Studart. Em seguida, aparece a transcrição da notícia publicada pelo jornal acima referido e a seguinte informação: a mesma fora transcrita por inúmeros jornais do “Norte e do Sul” do país, como o “Jornal do Comércio”, “Imprensa”, “Jornal do Brasil” e “O Apóstolo”.

A notícia publicada pelo jornal detalha aquele dia, afirmando que Guilherme Studart havia sido pego de surpresa, em sua residência, pelo arcebispo Dom Joaquim José Vieira – quem o indicou ao título – acompanhado pelo amigo Paulino Nogueira: “*O insigne Pastor, de pé, lançou sua benção sobre o honrado Dr. Studart, que profundamente comovido, recebeu de joelhos com a emoção de verdadeiro crente*”³⁰.

É destaque da cena descrita na publicação – fazendo lembrar as cerimônias cavalheirescas, materializando um ritual nobiliárquico – a emoção de Studart, que, com “*abraços completaram o esplendor desta sincera e surpreendente oração à virtude, a que o S. Exc., o S. Barão de Studart agradeceu eloquentemente com as lágrimas que lhe marejavam os olhos, já que a comoção lhe tinha embargado a voz*”. A publicação é finalizada cumprimentando e demonstrando a distinção do agraciado, pois “*assim cresce cada vez mais aos olhos de seus patrícios, que o amam e admiram como homem de saber e virtudes*”³¹.

Interessante o fato de ter sido noticiado pelo jornal República, pois era um título nobiliárquico. O título vem do Papa, já na Secularizada República, porém, como a religião ainda tinha – e tem – um grande peso na sociedade brasileira, essa separação entre Igreja e Estado não era tão palpável, e alguns colocavam esse título acima do Estado, pois ele tem um peso ainda maior, por ter sido agraciado pelo Sumo Pontífice, aquele que tem o seu reino os corações dos fiéis, como escreveu Alfredo Lamartine:

²⁸ CEARÁ. Carta de R. Bizarria, agosto de 1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

²⁹ Caderno feito por Guilherme Studart, constando uma compilação de cartas recebidas parabenizando-o pelo recebimento do título de Barão.

³⁰ CEARÁ. Coleção Studart – Acervo do Instituto do Ceará.

³¹ Idem.

Permita que, em nome desta conferência [Conferência N. S. d'Assumpção de Viçosa-CE], eu vos felicite pela honrosíssima e merecida distinção com que o maior homem do século acaba de premiar o vosso mérito e galardoar os preciosos serviços em prol da humanidade sofredora. Maior e mais distinta do que as honrarias e brasões conferidos pelos chefes de Estado é esse título de baronato que acaba de conferir-vos o Sumo Pontífice³².

Esse título vem, de todo modo, marcar a distinção da qual Guilherme Studart já tinha na sociedade fortalezense. E o fato dessa notícia ter sido transcrita e publicada por outros jornais do país indica como a rede de relações de Studart era eficiente e ele era uma pessoa de reconhecido prestígio social.

Outro aspecto interessante de se observar é o sentido de preservação que Studart deu às suas correspondências, especialmente àquelas que remetiam ao título de Barão. Todas as correspondências recebidas com esse tema foram coladas em um caderno. Esse título é uma peça-chave na composição do desejo de tornar integral a narrativa da sua vida. É um título de distinção e que contempla o seu esforço de se construir como um homem exemplar, premia uma vida em prol de causas humanitárias.

E o interessante é que as cartas recebidas e colocadas nesse caderno parecem ter sido arquivadas por ordem cronológica, exceto a primeira, que discorre sobre os méritos de Studart para o recebimento desse título, pois seria um merecimento “*a quem tantos serviços tem prestado à causa católica*”³³. Estas palavras foram escritas por Jeronymo, apresentado como arcebispo da Bahia. Jeronymo afirmou que o título de Studart é fruto de mérito próprio e não das palavras que ele, juntamente com o arcebispo do Ceará, dirigiu ao Cardeal Secretário de S. Santidade o Papa Leão XIII. Além de afirmar o mérito próprio de Studart no recebimento do baronato, é também uma carta hierarquicamente importante, visto que o remetente foi coautor do pedido ao Sumo Pontífice, bem como alguém importante na hierarquia da Igreja Católica.

O principal teor das cartas com as congratulações pelo recebimento do título é a distinção que ele lhe traz, como afirmou Alfredo Lamartine, anteriormente referido e como tantos outros o fizeram, como José Maria Bastos, que “*com o coração transbordando de contentamento*”, apresentou os parabéns “*pelo ato de justiça, que é filho unicamente das preciosas qualidades que distinguem a pessoa de V. Ex.^a, praticado pelo Santíssimo Padre, o imortal Leão XIII*”³⁴.

³² CEARÁ. Carta de Alfredo Lamartine, Viçosa-CE, 31/03/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

³³ CEARÁ. Carta de Jeronymo, Bahia, 31/05/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

³⁴ CEARÁ. Carta de José Maria Bastos, Fortaleza-CE, 08/03/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

O título, tido com ato de justiça pelas inúmeras virtudes do agraciado, veio também, como afirmam tantos outros nas cartas recebidas por Studart, por conta dos seus serviços em prol da Humanidade, da Pátria e da Religião, ou, substituindo esses termos, em prol da ciência, sociedade e da Sociedade São Vicente de Paulo, como afirma Pedro de Souza Pinto:

Felicito de todo coração a V. Exc. por esta homenagem que acaba de ser alvo, não só porque é uma distinção bastante honrosa, como porque é V. Exc. digno merecedor desta homenagem e outras graças pelos inolvidáveis e relevantes serviços que V. Exc. tem feito em prol da Humanidade, da Pátria e da Religião³⁵.

Colocado como um “espírito superior”, ressalta a sua ação contínua em favor dos necessitados (em prol da humanidade). E essa ação convergia com o ideal cristão-católico e as bem-aventuranças. Portanto, a caridade é a sua ação em prol da humanidade, representada por aqueles que buscavam sua ajuda ou eram alvos da sua beneficência. A religião era encarnada na prática caritativa a partir da Sociedade São Vicente de Paulo. É colocado ainda como um santo, com supremos dons: *“muito acima dos títulos, que vos dão a vosso merecimento, essa fecunda virtude que exalta um nobre coração [...] sois um justo, um santo”*³⁶. Essas cartas são vestígios da distinção de Studart, – palavras elogiosas, apologéticas e laudatórias como “santo”, “apóstolo da caridade”, dentre outras – do seu sucesso em se construir como alguém que olha para os necessitados.

Portanto, seja pelo *“justo galardão a seus merecimentos e serviços a grande causa da Igreja”*³⁷, ou *“recompensa dos grandes benefícios que tem prestado à humanidade e, notadamente, à nobre Sociedade São Vicente de Paulo, da qual é muito digno Presidente do Ceará”*³⁸, o título é tido como uma *“merecida e alta distinção com que foi agraciado por S. S. o Papa [sic]. Essa demonstração significativa do Chefe da Igreja é o maior atestado dos seus serviços à religião e à sociedade”*³⁹.

O título vem pelos serviços prestados em prol da humanidade sofredora, a partir da sua prática caritativa. O título é uma forma de reconhecimento desses serviços, que são reconhecidos pela sociedade. Para o Padre Manoel Candido dos Santos, essa honraria concedida pelo Papa *“fala bem alto dos vossos imensos sacrifícios, pelo zelo inexcedível pelo bem dos pobres e, sobretudo, ao nosso ideal de caridade”*⁴⁰.

³⁵ CEARÁ. Carta de Pedro Souza Pinto, Fortaleza-CE, 08/03/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

³⁶ CEARÁ. Carta de Álvaro Martins, Canindé-CE, 12/03/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

³⁷ CEARÁ. Carta de José Accioly, Fortaleza-CE, 08/03/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

³⁸ CEARÁ. Carta de José Lopes, Fortaleza-CE, 08/03/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

³⁹ CEARÁ. Carta de Joaquim C. Sombra, Fortaleza-CE – 11/03/1900, Acervo do Instituto do Ceará.

⁴⁰ CEARÁ. Carta de Pe. Manoel Candido dos Santos, Fortaleza-CE – 14/03/1900, Acervo do Instituto do Ceará.

O título, que lhe dá a distinção, é fruto da sua prática da caridade. Portanto, podemos perguntar se é o título que lhe traz distinção ou a distinção que o leva a receber título. O certo é que Studart já era um homem de muito prestígio social; construiu sua imagem como cristão exemplar; foi um pesquisador afinado com o seu tempo; médico dedicado; mas foi a sua atuação na prática da caridade que lhe deu ainda mais distinção. Foi a partir da sua ação caritativa que recebeu o título de Barão e esse título reforça a distinção e o prestígio social.

Com o título de Barão, confirma-se uma série de caridades ao longo da vida, reforça essa ação para o futuro, tornando, ou confirmando Studart como paladino da caridade. A partir de então, a rede de solidariedade será intensificada, pois se vê que, a partir do seu acervo de correspondências, que os pedidos de ajuda serão intensificados.

A sua prática da caridade era realizada muitas vezes por via institucionalizada, especialmente a partir da Sociedade São Vicente de Paulo. O título concedido a Guilherme Studart era, por extensão, também um título que coroava a atuação desta sociedade, dando-lhe mais visibilidade e credibilidade. Para o já citado José Maria Bastos, esse título encorajava e enriquecia as conferências da Sociedade São Vicente de Paulo pelo Estado do Ceará.

Deste modo, um confrade da cidade de Tauá⁴¹, do interior do estado do Ceará, considerou o baronato de Studart como um fato proveitoso para a Sociedade São Vicente de Paulo. Já Balduino de Oliveira José e José Antônio de Queiroz destacaram a atuação de Studart na Sociedade Vicentina, reconhecendo seus relevantes serviços prestados à Sociedade São Vicente de Paulo:

começo por felicitar-vos pela merecida e honrosa condecoração com que vos distinguiu a Santa Sé, reconhecendo por este modo inequívoco os relevantes serviços prestados por vos a Sociedade São Vicente de Paulo; e prezo a Deus que, como é de se esperar, tão eloquente testemunho vos estimule cada vez mais no zelo manifestado em benefício das conferências, como seu chefe supremo nesta circunscrição do Ceará.⁴²

Além de destacar mais uma vez o merecimento por esse título, por salientar a distinção que ele trazia a Guilherme Studart, ainda ressaltou que ele era um exemplo, desejando que esse testemunho continue lhe estimulando na sua realização dos seus serviços em prol da Sociedade S. Vicente de Paulo. Seus serviços à frente da instituição eram inequívocos, permanecendo como Presidente do Conselho Central do Ceará por mais trinta e um anos. Sua atuação nessa instituição será discutida mais à frente.

⁴¹ CEARÁ. Carta de Sebastião da Costa Leitão, Tauá-CE, 19/04/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁴² CEARÁ. Carta de José Antônio de Queiroz e Mello, Cascavel, 03/04/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

Conhece-se o obreiro pela obra e como bom católico, realizava obras cotidianamente. Torna-se reconhecido socialmente por conta dos empreendimentos voltados para a caridade, notadamente enquanto presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará. O seu nome se faz pelas obras, são por elas que se recebe a alcunha de Barão e, portanto, o seu sinal de distinção.

2.2. O Barão da Caridade:

Meu compadre,
 Com esta são duas vezes que me valho do valioso préstimo do senhor e para o mesmo fim, a comunhão. Não pôde ser naquele tempo, com os vinte mil réis só as coisas muito caras, não chegou para os sapatos. Comprei fazenda e forro e guardei. Desde segunda-feira que peço a um sapateiro e outro, todos me dizem que não podem, me lembrei do meu compadre que não pode reparar o meu pedido, mandando-me com que compre. Ela está pronta de tudo, é um pedido justo e é muito de meu gosto essa primeira comunhão de minha filha seja intenção de seu padrinho, pois foi quem aprontou.⁴³

A correspondência acima faz parte do acervo construído por Guilherme Studart e mostra um pedido feito por alguém que precisava para suprir uma necessidade direta e imediata. Revela um pedido de ajuda a alguém que pode supri-lo; com um teor de súplica e com a certeza que será atendida. Esse teor é recorrente nas cartas. Ao analisá-las, é preciso entender uma série de questões: quem eram os remetentes(?); quais os intuitos dessas cartas (?); quais as suas temáticas (?); por que arquivá-las (?); quais as suas estruturas narrativas (?), quais as fórmulas das cartas (?) e por que escrever ao Barão (?).

As cartas têm escritas variadas. Dependendo do remetente e da época em que foram escritas – se ainda no século XIX, Studart recebia a alcunha de Doutor; se no Século XX, normalmente vinha com a alcunha de Barão, aliás, essa última, o próprio Studart fez questão de difundir, assinando documentos e cartas com esse epíteto –, iniciam com “ilustre”, “Senhor”, “Doutor”, “Barão”, “confrade”, “compadre”. E essas não são apenas formas de tratamento, demonstram, inclusive, o lugar social de quem enviava a correspondência, podendo constituir numa hierarquia, pois designam poder.

Em seguida, informam o propósito da epístola, agradecem um pedido atendido, um envio de alguma revista, livro ou documento; informam que estão enviando algo nesse sentido, ou desejam pedir algo a Studart. E há uma multiplicidade de remetentes e de pedidos. Os pedidos que chegavam era os mais variados. Os argumentos, idem. Os pedintes, da mesma forma. Desde aqueles que o tinham como compadre ou padrinho, àqueles que os tinha como iguais, como confrade. Eram membros do Governo ou pessoas de distinção social, política e religiosa, como Presidente de Província ou pedidos indiretos ao então Presidente da República, Prudente de Moraes⁴⁴, passando por padres, bispos e arcebispos. Eram também

⁴³ CEARÁ. Carta enviada por Rosa, sem local e data – Acervo do Instituto do Ceará.

⁴⁴ CEARÁ. Carta enviada por José Accioly, sem data – Acervo do Instituto do Ceará. Nessa correspondência, o remetente informa que o “Dr. Prudente de Moraes” telegrafou ao seu pai declarando aceitar o oferecimento de

confrades da Sociedade São Vicente de Paulo, ou de outras instituições. Eram pares de uma elite de letrados, enviando e solicitando exemplares de livros, fotografias e documentos. Eram pessoas de estratos sociais inferiores ao destinatário, tratando de forma respeitosa, como um padrinho.

O dia a dia de Guilherme Studart era composto pelo trabalho como médico, visitando doentes e flagelados, clinicando, especialmente como médico adjunto da Santa Casa de Misericórdia, no hospital de Maranguape ou nas enfermarias espalhadas pela cidade de Fortaleza. Também faziam parte de suas pesquisas no campo da medicina e da história e a permuta de correspondências com seus pares, trocando bibliografias – construindo redes e abrindo espaços, atendendo os mais diversos pedidos, participando das reuniões das mais diversas instituições.

Fazia-se necessário um tempo em seu dia para ler correspondências, refletir sobre os pedidos, atendê-los e respondê-las. Eram solicitações de livros, de revistas; pedidos de empréstimos financeiros ou relativos às suas casas alugadas; apelos à sua influência e, principalmente, relativos à sua caridade, dirigindo-se ao “*vosso coração bondoso*”⁴⁵, como fez Anna Augusta Miranda, em 1896, ao requerer qualquer tipo de ajuda.

As estratégias na realização dos pedidos eram múltiplas, que vão da exposição da situação (“compadeça-se de minha tristíssima situação”); passando pela exposição de justificativas para o atendimento dos pedidos ou os mais variados motivos que podem ser usados no convencimento. Muitas vezes apelava-se para a influência de Studart, tecendo-lhe elogios, como fez Anna Augusta. Na carta de Rosa, exposta na epígrafe, outras estratégias são utilizadas. Logo no início, ela deseja demonstrar uma certa proximidade com o destinatário, o chamando de compadre e não pelo nome ou mesmo como a maioria das cartas que Studart recebia, com as alcunhas de “senhor”, “ilustre”, “excelentíssimo”, “Barão” ou “Doutor” antes do seu nome. Ao se colocar na condição de comadre do destinatário, a sua súplica ganha justificativa e força para ser atendida.

Em seguida, ressalta a prestatividade, a boa vontade do destinatário, que já a tinha ajudado anteriormente, embora não de forma suficiente. O pedido também ganha força e justificativa a partir do seu objetivo: a comunhão de uma futura afilhada. Ora, essa era uma das formas de caridade defendidas pela Sociedade São Vicente de Paulo: a educação religiosa e o testemunho da fé. A remetente tenta justificar o seu pedido para que este seja atendido.

um mapa relativo à questão do Amapá e “espera que seja enviado, sem demora, tão valioso documento”. Na Correspondência consta o timbre da Secretaria do Interior.

⁴⁵ CEARÁ. Carta enviada por Anna Augusta Miranda, 29/08/1896 – Acervo do Instituto do Ceará.

Informa o que já tinha feito com a ajuda anterior e o que tem feito para conseguir o que precisava para concluir a roupa da filha: é um pedido justo⁴⁶.

Por fim, a remetente recorre à vaidade de Studart: “ *muito de meu gosto essa primeira comunhão de minha filha seja intenção de seu padrinho*”. Levando em consideração a afirmação da historiadora Cláudia Viscardi, aqueles que praticam a caridade esperam algum retorno, que pode ser na forma material ou de reconhecimento social⁴⁷. Ou, como afirma Régis Lopes, tratando das cartas passivas do Padre Cícero recebidas: “*pressupõe o dever da retribuição, uma forma digamos assim, de gratidão e de confiança no bom resultado do requerimento*”⁴⁸.

São recorrentes os pedidos que clamam pelo “coração bondoso” de Studart e as suas ações como médico e cristão (que tem na atuação pela Sociedade São Vicente de Paulo uma via prática). São pedidos que constroem um reconhecimento social. Os pedidos vão estabelecendo um ciclo: recebia-se o pedido, atendia-o, obtinha em troca o reconhecimento social e chegavam mais pedidos. A imensa quantidade de correspondências recebidas demonstra a “*formação de circuitos de transmissão de solidariedade que, em geral, estavam submetidas aos compromissos do apadrinhamento*”⁴⁹.

Já a correspondência recebida no dia de natal de 1900, ano em que recebeu o título de Barão, a estratégia utilizada é o apelo ao coração generoso de Studart. Assim Maria Correia Amaral, intitulado-se presidente da Sociedade Auxiliadora dos Templos, solicita de Guilherme Studart uma esmola para a construção da igreja de Nossa Senhora dos Remédios:

Tendo a Sociedade Auxiliadora dos Templos tomando a seu cargo a construção da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, situada no arrabalde Benfica, o mais populoso de nossa capital, compreendeu que não podia levar a efeito tão grandioso empreendimento sem o auxílio de corações generosos como o de V. Ex.^a. A diretoria desta sociedade vem, portanto, por meio desta suplicar a V. Ex.^a uma esmola para as obras deste templo que será mais um monumento voltado à glória de Maria Imaculada, nossa terna mãe. Esperando, pois, ser atendida, desde já se confessa eternamente grata.

Ao final da carta, após a assinatura da remetente, há um pós-escrito informando que a esmola pode ser entregue ao portador. Nessa correspondência também se percebe a

⁴⁶ Embora sem data e local especificados, a carta encontra-se arquivada em meio as que datam entre 1896 e 1899.

⁴⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 117-136.

⁴⁸ O referido historiador discorre sobre uma “cultura penitencial”, na qual o “*remetente exige o cumprimento dos deveres atribuídos ao santo protetor [...] Cria-se, então um mercado que aceita as mais variadas formas de pagamento*”. RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Papel passado**: cartas entre devotos e o Padre Cícero. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar, 2011, p. 41.

⁴⁹ Idem. *Ibidem*, p. 22.

justificativa do pedido, demonstrando sua importância: para a construção da igreja de Nossa Senhora dos Remédios. E também busca a ajuda daquele que se tornara baluarte da caridade, apelando para seu coração generoso. E nenhum dia do ano seria mais propício para tal pedido do que o dia 25 de dezembro, quando se comemora o nascimento daquele que trouxe a salvação e as boas-venturanças, o símbolo da humildade e o pregador do amor ao próximo, posto em prática pela caridade e cuja Sociedade São Vicente de Paulo queria imitar.

Como há uma multiplicidade de pedidos de um grupo heterogêneo de pedintes, e por mais que seja possível encontrar temas e padrões narrativos, é preciso ter em mente que cada dor, carência ou, de forma mais ampla, o motivo para enviar cada solicitação ao Barão é único. Porém, na presente dissertação, os remetentes são tratados como subjetividades e não como indivíduos isolados ou particulares, na medida em que partilham códigos mais ou menos comuns. Cada remetente faz a seu modo o uso da “lógica do merecimento”, justificando seu pedido, tentando mostrar que é um pedido justo, que pode e deve ser atendido, dando sentido ao seu compadecimento e aos meios de superá-los. E cada um usa da sua forma a tradição do apadrinhamento, percebido como um campo de acordos e conflitos, nem sempre explícitos⁵⁰.

Os pedidos que visavam ou tinha em mente a influência de Studart também são bastante recorrentes no seu acervo epistolar, reforçando a ideia de prestígio social e o poder simbólico exercido por ele na sociedade de seu tempo. Um dos que visavam à influência de Studart foi Alcides Mendes, que buscou através do Barão um emprego⁵¹, porém, diferentemente da remetente chamada Rosa, afirma que “*hoje, de acordo com sua recomendação, insisto pedir desculpas que mereço e prometo não repetir a V. Ex.ª nenhum pedido da mesma natureza*”. Alegando doença para solicitar um emprego, “um trabalho qualquer, num escritório” por intermédio do senhor Antônio Ivo, explica que, apesar de estar com a saúde comprometida, não consegue se manter com o baixo ordenado que recebe. Em troca, oferece fotografias originais da deposição de Clarindo de Queiroz para compor o acervo de Studart, afirmando que “*é insignificante sim, a minha parte, e talvez V. Ex.ª já a possua*

⁵⁰ Embora diferentemente do Padre Cícero, em que havia uma aura de sacralidade em seus pedidos recebidos, o Barão de Studart também “*era criador e criatura das relações de compadrio que o catolicismo cultivava, exatamente no sentido de fortalecer as interações entre católicos*”. Id. Ibid., p. 47.

⁵¹ Conseguir emprego para aqueles que necessitavam, era uma das formas de assistência social. Indo um pouco adiante, Bronislaw Geremek, afirma que “*a criação de possibilidades de trabalho constitui formas de assistência social e, ao mesmo tempo, de luta contra a decadência da moral social*” (p. 276). Esta última, a moral social, era uma das preocupações implícitas de Studart. Além disso, seguindo uma trilha apontada por Paul Veyne, os desocupados podem representar uma ameaça à ordem pública estabelecida e um entrave ao bom funcionamento do sistema. VEYNE, Paul. **Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

*coisa igual, mas, não faz mal ter mais de um exemplar no seu arquivo*⁵². Essa era uma das estratégias: a tentativa de barganhar, de agradar o destinatário, seja com um elogio ou enviando algo, como documentos, revistas, livros ou fotografias.

Chama atenção, dessa forma, que os pedidos não formam um caminho de mão única. Estabelece-se em uma relação de troca, uma rede de negociações e laços de solidariedade que podem ser acessadas pelas correspondências passivas de Studart. Enquanto solicitou a ajuda de Studart para conseguir um emprego – a partir de sua influência – ofereceu em troca um documento para o seu arquivo, pois sabia que o Barão apreciava e colecionava tais documentos.

Assim, percebem-se indícios da construção do sentido de mundo, de proteção e de tempo dos remetentes. Pois se pediam, se solicitavam algo ao Barão, é porque esperavam ser atendidos, *“mais do que uma espera pela resposta, há uma esperança. E não raramente, a expectativa dá lugar à ansiedade, que já se revela no próprio pedido*⁵³. Uma vez que em muitas cartas o pedinte já escreve na certeza de ser atendido, enviando os “ímorredouros agradecimentos” ou informando como a ajuda por ser enviada, acaba por ser *“uma forma de materializar o sentido do tempo guiado pela lógica do merecimento*⁵⁴. Isto é, *“estava em pauta sentido da proteção como sentido do mundo, consonância com as experiências e expectativas das relações que se fazem no compadrio*⁵⁵.

Se os pedintes desejavam utilizar-se da influência de Studart, é porque este a tinha e um pedido intermediado pelo Barão tinha maiores chances de ser atendido. Nessa relação, Studart é um intermediário, pois iria solicitar a alguém um emprego para outrem. Assim, Guilherme Studart estabelece uma teia de solidariedade, utilizando do seu reconhecimento social. Portanto, é preciso ter atenção para o lugar daquele que pede a Studart e daquele que recebe pedidos de Studart, pois é assim que ele monta um sistema de caridade.

Nesse sentido, o Barão de Studart recebeu uma carta aos quatro dias do mês de novembro de 1900 pedindo seu auxílio para intervir junto à Associação Comercial no sentido de obter algum recurso para o “seu” Pentecoste-CE, onde o “povo sucumbe à fome”⁵⁶. Para reforçar ainda mais o seu pedido, o remetente expôs algumas palavras sobre os miseráveis na esperança de ter o seu desejo atendido.

⁵² CEARÁ. Carta enviada por Alcides Mendes, Fortaleza-CE, 01/07/1921 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁵³ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Op. Cit.*, p. 30.

⁵⁴ Idem. *Ibidem*, p. 53.

⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 49.

⁵⁶ Nesse documento, o nome do correspondente é ilegível, 04/11/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

É preciso não perder de vista a caridade, a ajuda dispensada por Guilherme Studart aos que lhe recorriam. Desde que retornou à capital cearense, em 1877, já como médico e membro da Sociedade São Vicente de Paulo, é requisitada a sua solidariedade. Dessa forma, em abril 1877, Studart recebe uma correspondência de João da Rocha Moreira, que faz um relato das condições de “*miséria pública de mais alto grau causadas pela seca*” e pede, em nome do gabinete de leitura, “*um óbulo para os necessitados*”⁵⁷. Solicita ainda que Studart entre em acordo com outros, citando seus nomes, para que todos os meios sejam empregados para satisfazer as necessidades.

Importante perceber que Studart retorna à Fortaleza nesse mesmo ano de 1877. Retorna como médico, no primeiro ano da seca que se estenderia por mais dois. Coincidindo seu retorno com um período de calamidade pública, Studart como membro da Sociedade São Vicente de Paulo e como médico, visitava os acampamentos de flagelados e sua ajuda já é requerida imediatamente à sua chegada. Ele já possuía reconhecimento social – que já vinha de família e ganhou mais força com o doutoramento⁵⁸ – e já é considerado alguém que pode ajudar os necessitados e interceder por eles, sendo dessa forma que ele vai se tornando caridoso e construindo uma imagem como tal.

Um dos momentos em que os pedidos de caridade se intensificavam era no correr de secas prolongadas e calamidades públicas, como a proliferação de alguma epidemia. Studart retorna à sua cidade natal no primeiro ano da seca de 1877-1879 e logo é requisitado para ajudar os desvalidos. Um desses pedidos veio da Bahia, por meio de Joaquim Cassiano Mypoliz⁵⁹, informando que a redação da “Tribuna” promoveria, no teatro S. João, um espetáculo beneficente em favor das populações do interior de algumas províncias do Norte vitimadas pelos efeitos da seca. O destinatário foi escolhido para uma comissão auxiliar que distribuiria os bilhetes aos convidados. Isso indica a rede de relações que Studart estava inserido e como vai construindo um sistema de caridade, pois se tornou membro da Sociedade São Vicente de Paulo ainda como estudante de medicina na Bahia, portanto, alguém habituado a ajudar aqueles que necessitavam.

Em 1889 é eleito Presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará, indicado pelo seu antecessor e aceito de forma unânime para o cargo:

Da leitura da presente circular chegareis ao conhecimento de que pede demissão do cargo de Presidente deste Conselho o nosso bom e estimável confrade Felipe de

⁵⁷ CEARÁ. Carta enviada por João da Rocha Moreira, Fortaleza-CE, 26/04/1877 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁵⁸ Para esse tema, ver: AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart**: memória e distinção. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

⁵⁹ CEARÁ. Carta enviada por Joaquim Cassiano Mypoliz, Bahia, 16/05/1877 – Acervo do Instituto do Ceará.

Araújo Sampaio [...] motivada pela sua nova residência. [...] Para nossa felicidade e para que não ficássemos privados por mais tempo de um diretor que nos guiasse nos tempos difíceis que atravessam as confrarias de S. Vicente de Paulo nesta província, [sic] a Providência inspirar no ex-presidente a apresentação do nome do benemérito confrade, o 1º Secretário deste Conselho o Dr. Guilherme Studart. Foi uma indicação felicíssima. Em sessão extraordinária o Conselho Central aceitou e remeteu copia desta ata ao Conselho Superior do Rio de Janeiro que unanimemente aprovou a indicação. [...] Convém lembrar que, no tempo que durar a eleição [...], todos os membros da confraria devem dirigir uma oração a Deus, a afim de que o Espírito Criador os ilumine na escolha do que tem que fazer.⁶⁰

É a partir de então, da tomada de posse como Presidente do Conselho Central do Ceará que a sua prática caritativa se intensifica. No ano seguinte recebe correspondência do seu antecessor no cargo, parabenizando-o pelas festividades realizadas pela Sociedade Vicentina, pelo sucesso do “bazar dos pobres” e da “adoração noturna”⁶¹. Dessa maneira, essa correspondência fornece vestígios de como se dava a prática da caridade: através de eventos beneficentes realizados por instituições, como o “bazar dos pobres”, cujos participantes pertenciam a elite social da época. Sobre a Adoração Noturna, uma correspondência ativa de Studart indica a importância dessa obra, voltada para a espiritualidade dos confrades:

Fizemos sábado (15) a primeira Adoração Noturna ao S. Sacramento. Esta, com íntima satisfação o digo, perfeitamente satisfeito [sic]. Instalou-se a Obra, no belo e gracioso templo do Sagrado Coração de Jesus, cujo zeloso e infatigável capelão é o Diretor da Obra. O dia 15 de setembro assinala uma data memorável nos anais da Sociedade no Ceará. Tudo por Jesus.⁶²

Vale ressaltar que o Barão de Studart assume a presidência do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo – uma instituição ligada intrinsecamente à Igreja Católica – no ano da Proclamação da República. Com a Constituição de 1891, separava-se oficialmente o Estado da Igreja, o que proporcionou reações. Esse tema não passou despercebido nas suas trocas de correspondências, tanto que Felipe de Araújo comentou em uma delas sobre o modo de proceder frente a “*muita liberdade dada no decreto que deixa a Igreja livre no estado livre*”⁶³. O remetente concordava com o destinatário que as massas católicas não deviam ficar indiferentes, porém, pedia que não se discursasse sobre o assunto até segunda ordem. Portanto, Studart indicava insatisfação com a situação, porém, parece ter feito o que o amigo e antecessor na Sociedade Vicentina solicitava, visto que não foram encontrados indícios de discursos sobre o assunto ou mais correspondências com o tema.

⁶⁰ CEARÁ. Correspondência enviada por Antônio E. da Frota, Fortaleza-CE, 27/08/1889 – Acervo do Instituto do Ceará. O documento é institucional do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paula de Fortaleza.

⁶¹ CEARÁ. Carta enviada por Felipe de Araújo Sampaio, Recife, 16/01/1890 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁶² CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 18/09/1894 – Acervo do Instituto do Ceará, sendo sucedido por Guilherme Studart em 1889.

⁶³ CEARÁ. Carta enviada por Felipe de Araújo Sampaio, Recife-PE, 16/01/1890 – Acervo do Instituto do Ceará.

Parecia natural que alguém na posição de Studart fosse contra a laicidade do Estado e também que o assunto fosse pauta nas suas correspondências, aparecendo em algumas epístolas durante os primeiros anos do século XX. Como nas cartas recebidas por A. Xisto e por A. Felício, sendo este último o mais incisivo em suas palavras, falando sobre as questões do ensino religioso e sobre a constituição de ligas católicas e da procura de políticos sobre a questão. Por fim, diz que pretende impedir as eleições de políticos inimigos do catolicismo e fala da União Católica Brasileira⁶⁴.

A sua presidência à frente da instituição trouxe avanços para ela, como a fundação de inúmeras confrarias no interior do Estado, a criação de uma “Dispensa dos Pobres” e o atendimento de inúmeras famílias carentes. A partir da Sociedade São Vicente de Paulo, cujo ideal, o objetivo principal, era imitar a caridade de Cristo, a assistência aos pobres dava-se por meio de doações de gêneros alimentícios, vestimentas e dinheiro. Para isso, foi criada em 24 de maio de 1895 a “Dispensa dos Pobres”, situada na Rua Formosa nº 48, próximo à residência de Studart, com o objetivo de socorrer as famílias pobres da capital⁶⁵.

Além disso, endereçava pedidos de doações a particulares e famílias ricas, tanto do Ceará quanto de outros estados. Essa estratégia também era usada por outras instituições caritativas, como demonstra muitos pedidos que Studart recebia. Em uma carta enviada por ele para o cearense Domingos Jaguaribe, residente em São Paulo, tem-se a ideia do alcance da Sociedade São Vicente de Paulo, tanto ao pedir ajuda para famílias abastadas do país, como em ajudar famílias pobres no Ceará:

Não lhe é estranho também que no Ceará trabalha a dezenas de anos a Sociedade de São Vicente de Paulo, de que faço parte, de que faz parte o desembargador Paulino Nogueira. São 27 conselhos e 152 conferências, mantendo de tudo cerca de 4.000 pessoas, mulheres e meninos na sua quase totalidade. Não sabemos mais donde haver recursos e teremos de assistir a terríveis dramas da miséria se as chuvas nos faltarem. São Paulo é terra rica; diga essas nossas apreensões, essas nossas dificuldades aos amigos que V. tem aí, aos Penteados, aos Prates, aos Prados e a tantos outros homens dinheirosos (sic.); seja a nossa Providência tocando o coração dos ricos em favor da pobreza Cearense; preste mais esse serviço aos conterrâneos que tanto já lhe devem⁶⁶.

Semelhante a muitos dos pedidos que recebia, seja de instituições ou particulares, Studart também utiliza algumas estratégias para ter o seu pedido atendido, pois, antes de tudo, a sua solicitação visava amenizar o sofrimento de inúmeras famílias pobres, ou melhor:

⁶⁴ CEARÁ. Carta enviada por A. Felício, Rio de Janeiro-RJ, 22/12/1907 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁶⁵ BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Arquivo de si e do Ceará**: a coleção e a escrita de Guilherme Studart (1892 -1938). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História. Programa de pós-graduação em História Social, Fortaleza - CE. 2014.

⁶⁶ Carta de Guilherme Studart sem data – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. In: BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 29.

“mantendo de tudo cerca de 4.000 pessoas, mulheres e meninos na sua quase totalidade”. E afirmar que a maioria das pessoas assistidas pela Sociedade São Vicente de Paulo era mulher e crianças reforça esse pedido. Ainda utiliza como argumento a possibilidade das “cenas de 1878” se repetir, visto a situação pela qual passava os sertões com a falta de chuva.

Dessa forma, Studart construiu uma “rede de caridade”, envolvendo as 4.000 pessoas assistidas pela sociedade vicentina e as famílias abastadas espalhadas pelo Brasil, formando um circuito de solidariedade e proteção que constrói e reforça a sua representação como um homem caridoso, talhada por ele e confirmada por seus correspondentes.

Mas o que a instituição praticava não era apenas a manutenção dessas famílias. Essa proteção vinha junto com o doutrinação. Porque, para receber a ajuda e proteção da Sociedade de São Vicente, era preciso estar inserido nos preceitos católicos, ou seja, ter recebido os sacramentos, destacadamente do matrimônio, e, no caso das crianças, o ensino religioso.

Essa “rede de caridade”⁶⁷ formada por Studart parecia ser bem alicerçada e ter legitimidade a partir da sociedade vicentina e dos seus pares da elite fortalezense. Deste modo, por vezes, solicitava ajuda dessa elite para, por meio da Sociedade São Vicente de Paulo, aliviar os sofrimentos daqueles que necessitavam, como fez em 1901 ao enviar correspondência para as famílias ricas de fortaleza:

a Sociedade S. Vicente de Paulo vem implorar o benefício da incansável caridade da população desta cidade para arrecadar qualquer donativo, a fim de garantir alguma coisa que recorde aos pobrezinhos essa época de vivas alegrias chamada Natal.⁶⁸

Não à toa foi condecorado com a distinção de Barão pelo Sumo Pontífice pelas obras realizadas em favor dos pobres e necessitados. Por conseguinte, no ano do agraciamento do título recebeu uma correspondência de José de Carvalho Lima, na qual remetente informou ser membro da associação Humanitária – Liga Cearense – e o seu objetivo principal: “*prestar auxílio aos necessitados cearenses, vítimas da seca e epidemias que assolam esse Estado*”. Em vista disso, informou que o destinatário, como “exemplo de caridade aliado à dedicação”, foi nomeado como um dos seus delegados nesse Estado juntamente com outros nomes, como

⁶⁷ Corroborando com a historiadora Paula Virgínia, “entendemos essa rede de caridade a partir de uma reciprocidade entre seus membros, pois eles se ajudavam nas campanhas assistencialistas empreendidas por um ou por outro com o objetivo de angariar recursos para doações aos pobres, mas também com intuito de promover suas associações caritativas e os membros responsáveis por tais campanhas”. BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 31.

⁶⁸ CEARÁ. Correspondência enviada por Guilherme Studart, fortaleza-CE, 08/12/1901 – Acervo do Instituto do Ceará. A correspondência é institucional da Sociedade São Vicente de Paulo, sem destinatário e assinada conjuntamente por Hermelino Sobral Macayba, Dr. Epaminondas da Frota, José Meneleu de Pontes e Marcos Apolinio da Silva.

Paulino Nogueira, Hermelino S. Macahyba que faziam parte do rol de correspondentes de Studart.

Sua atuação frente à Sociedade S. Vicente de Paulo ainda pode ser percebida a partir das suas correspondências ativas preservadas em seu acervo, enviadas entre agosto e novembro de 1894⁶⁹. Tais epístolas discorrem sobre a sociedade vicentina, enviadas normalmente para conferências do interior do Estado através de seus presidentes. Nelas, constam questões administrativas, como eleições, envio de regulamentos, pedidos de relatórios. Em geral, parabenizam ações das confrarias do interior, tratando da fundação destas, emitindo conselhos, incentivos e estímulos, como fez ao enviar carta a Francisco da Silva, declarando sua felicidade por ter recebido notícias das conferências da cidade Icó-CE e proferindo algumas linhas tentando motivar os esforços vicentinos naquela cidade⁷⁰. Sobre a fundação de confrarias no interior do Estado, demonstrou sua empolgação em correspondência enviada a I. C. Galvão:

Anuncio-vos a instalação de uma conferência na povoação de S. Francisco perto de Aurora, e de uma outra em Pernambuco, sobre a serra de Baturité. Aquela tem a intenção [sic] de Nossa Senhora do Rosário e esta a do Senhor do Bonfim. Anuncio-vos ainda que a 23 deste mês criamos aqui em Fortaleza a conferência de Nossa Senhora do Patrocínio e por todo o mês vindouro uma outra cuja intenção [sic] não está ainda assentada. Criando novas oficinas de trabalho. Valha-nos isto para compensar um pouco as notícias de desaparecimento de perto de quinze conferências.⁷¹

Interessante analisar alguns aspectos da correspondência ativa de Studart. A começar pela forma de tratamento com os seus pares: “venerado confrade”. Assina a carta como “amigo e humilde confrade Dr. Guilherme de Studart”. Chama a atenção também para a forma que Studart se refere às conferências vicentinas: oficinas. Como se nelas (nas conferências) os confrades trabalhassem para o bem comum e da cristandade, desbastando as imperfeições em trabalhos internos (como, por exemplo, adoração noturna) e externo (com as obras de caridade). Esse termo foi utilizado por Studart no mesmo contexto e com a mesma intenção de comunicar a notícia da criação da conferência do Senhor do Bonfim a outro destinatário, afirmando também que essa conferência “*vem diminuir a tristeza pelo fechamento de velhas oficinas de trabalho*”⁷².

⁶⁹ Entre acervo de correspondências arquivadas por Studart, encontram-se algumas enviadas por ele, destacando-se vinte e seis arquivadas no “álbum 03”, tratando de assuntos referentes à Sociedade São Vicente de Paulo – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷⁰ CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 06/10/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷¹ CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 18/09/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷² CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 10/09/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

No sentido de congratular a ação dos vicentinos, parabenizou a iniciativa de Francisco A. da Luz, que, em uma de suas conferências, iniciou o recebimento de donativos em favor do seminário de Fortaleza⁷³. Da mesma forma fez ao enviar correspondência a Paulo Barbosa, parabenizando-o pelos trabalhos na Sociedade São Vicente de Paulo⁷⁴. Ou ainda como fez em carta a Joaquim Eduardo, incentivando-o a fortalecer o trabalho na instituição⁷⁵.

Se mostrando atento ao que acontecia nas conferências espalhadas pelo Ceará, e também como forma de estimular e motivar as ações das conferências no seu interior, Studart enviou uma correspondência acusando o recebimento de uma carta, de uma cópia do relatório e da “décima” relativa ao período decorrido de oito de abril a quinze de julho. Além disso, ele elogiou a conferência e o seu presidente pelo trabalho em favor dos pobres:

Caro confrade irmão Francisco Monteiro Maia,
Tenho o prazer de acusar o recebimento de vossa carta e de uma cópia do relatório, que apresentais por ocasião da Assembleia geral de 22. Minhas felicitações pelas ideias, que [Ilegível] destes perante os membros de vossa conferência: com ideias tais [de] um presidente de Conferência operará milagres em favor dos pobres, mesmo porque uma conferência é o que é o presidente.⁷⁶

Dessa maneira, ao elogiar um presidente de confraria, parece fazer um autoelogio, aproximando a produção dessas correspondências à escrita autobiográfica. Ainda se mostrando atento às ações das conferências vinculadas ao Conselho Central do Ceará, Studart revelou que enviava várias comissões às conferências da Sociedade de S. Vicente de Paulo do interior do Estado para “levantar o espírito” dessas conferências⁷⁷. Esse “levantar o espírito” buscava consolidar e ajudar as conferências do interior; designava coesão, estímulo à continuidade das atividades de forma uníssona, seguindo as normas da instituição.

As correspondências ativas arquivadas por Studart aqui expostas referem-se a um curto espaço de tempo, isto é, aos quatro meses do segundo semestre de 1894. As poucas que foram preservadas e chegaram até nós, tratando especialmente de assuntos relativos à Sociedade São Vicente de Paulo, nos dão indícios do seu cotidiano e da sua escrita epistolar, além da sua ação frente à instituição supracitada.

A sua escrita era sempre em tom cordial, tratando o destinatário como “venerado confrade”, buscando tratar dos assuntos relativos à sociedade vicentina, mostrando-se atento ao que acontecia nas conferências espalhadas pelo interior do Estado ou informando as últimas atividades. Mostrava-se ainda entusiasta das ações realizadas, da obra da instituição e

⁷³ CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 08/08/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷⁴ CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 15/09/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷⁵ CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 19/08/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷⁶ CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 06/08/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷⁷ CEARÁ. Carta enviada por Guilherme Studart, 28/08/1894 – Acervo do Instituto do Ceará.

das expectativas dessas ações. Transmitia apoio, incentivo e estímulo aos confrades e conferências que identificava com ausência de notícias ou julgava estar fraquejando.

Antes de assinar as correspondências, identificava-se como “humilde confrade”, ao invés de fazê-lo como presidente do Conselho Central do Ceará, a instância maior dentro do Estado, talvez em uma tentativa de aproximar-se mais dos seus confrades correspondentes, mostrando-se modesto, simples, despretensioso. Antes de tudo, fazia parte da construção da imagem de si, como um humilde devoto e exemplo de cristão, voltado para ajudar os necessitados, cumprindo as bem-aventuranças anunciadas pelo símbolo maior do cristianismo. Essa peça do quebra-cabeça, que é o arquivo de si e a construção de uma memória de si, compõe-se também dos apelos à vaidade de Studart, encontrados nos pedidos de natureza diversa expostos anteriormente.

A partir da correspondência ativa, pode-se perceber como se dava a escrita de Studart, essa escrita cordial, como ressalta a historiadora Paula Virgínia. Uma correspondência sua ganhava ares de relíquia, de sacralidade, como as enviadas pelo Padre Cícero aos seus devotos correspondentes: “*Acabo de receber a delicadíssima carta que V. Ex^a. me honrou e que vai para o meu escrínio das coisas sagradas de que amanhã meus filhos se hão de desvanecer [no sentido de vangloriar-se]*”⁷⁸.

Outras correspondências tratavam da Sociedade São Vicente de Paulo, como as do já citado remetente Felipe de Araújo, antecessor de Studart no cargo de presidente do Conselho Central do Ceará, que em 1889 afirma o seu pedido de demissão e indica para o cargo o “Dr. Guilherme Studart”. Como último pedido, ele rogou para que a sociedade escolhesse logo o seu presidente e “*que não afrouxasse os laços de caridade, garantidores do sucesso dessa Província produtora de uma santa inveja não só no Brasil como na Europa*”⁷⁹.

O que proporcionava a coesão, o sucesso da Sociedade São Vicente de Paulo, o número de confrades e confrarias, eram os “laços de caridade” e as ações em prol dos desvalidos, cujo dever cristão impunha obrigação. Era preciso a escolha de um líder capaz de manter esses laços, de continuar a obra da sociedade vicentina e ninguém melhor do que um membro fundador da instituição no Ceará, alguém que já fazia parte da instituição há mais de dez anos, que adentrou na instituição ainda como um jovem estudante de medicina.

E para os confrades daquele Conselho Central, a indicação de Studart, como demonstra a circular comunicando a eleição do novo presidente era “*uma indicação*

⁷⁸ CEARÁ. Correspondência passiva de Studart, sem remetente, local e data – Acervo do Instituto do Ceará.

⁷⁹ CEARÁ. Carta enviada por Felipe de Araújo Sampaio, Pernambuco, 26/05/ 1889 – Acervo do Instituto do Ceará.

felicíssima. Em sessão extraordinária o Conselho Central aceitou e remeteu copia desta ata ao Conselho Superior do Rio de Janeiro que unanimemente aprovou a indicação”⁸⁰.

Uma correspondência que denota o sucesso de Studart à frente desse Conselho Central é a recebida em janeiro de 1895: F. Mattos, declarando que adquiriu uma tipografia e que deseja publicar um livro do destinatário. Mas se deteve a escrever sobre assuntos ligados à Sociedade de São Vicente de Paulo, especialmente às congratulações a Studart pela “adoração noturna” promovida pelo Conselho Central da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Fortaleza. Anteriormente citada, a “adoração noturna” tinha destaque nas obras vicentinas, pois trabalhava a espiritualidade dos confrades e, de fato, parece ter obtido sucesso na sua realização, pois, vez ou outra, aparecem referências a ela no acervo de correspondências passivas de Studart.

Os pedidos eram diversos e recorrentes, como J. Bezerra da Costa Mendez que, tendo em vista sua debilitada saúde, pede que o Dr. Studart lhe alugue uma casa. Ele declara não poder pagar o que os demais proprietários pedem⁸¹. Ou Tibúrcio de Oliveira: na falta de um dos seus compositores, o editor do “Ceará” se vale do Dr. Studart, para que este lhe cedesse um dos seus tipógrafos, pois, caso contrário, “hoje não será publicado o Ceará”⁸². Ou ainda Lolo Brígido, que escreveu pedindo o auxílio em dinheiro prometido pelo destinatário, para que ela possa comprar seus remédios⁸³. São pedidos dessa natureza: buscando um aluguel mais barato ou um aluguel que não aumente o preço, pretendendo uma ajuda financeira ou mesmo empréstimos.

Correspondências desse teor demonstram como era realizada a ajuda a terceiros. Dessa forma, Miguel Medeiros enviou uma carta para Studart explicando sobre sua situação financeira e pedindo uma ajuda:

Permita-me V. Ex.^a, que neste momento venha a vossa respeitável presença, implorando-vos por piedade, compadeça-se de minha tristíssima situação. Vim a esta capital em procura de uma colocação, completamente desprovido de recursos e aqui não conheço ninguém, estou passando rigorosíssima privação; deixei em Camocim [Ceará], minha mulher e três inocentes filhinhos, no auge da necessidade. Já fui a presença do ilustre Presidente do Estado, apresentei-o as minhas circunstâncias e ele apenas me concedeu um passe para a Capital do Pará. Recorro-me a vossa provincial bondade pedindo um auxílio de qualquer importância conforme queira V. Ex.^a beneficiar um infeliz que presta-se aos vossos pés. Se for possível V. Ex.^a conseguir-me um emprego de qualquer espécie, é o que mais desejo e deixarei de seguir para o Pará para onde vou também na incerteza. Termino

⁸⁰ CEARÁ. Correspondência enviada por Antônio E. da Frota, Fortaleza-CE, 27/08/1889 – Acervo do Instituto do Ceará. O documento é institucional do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paula de Fortaleza.

⁸¹ CEARÁ. Carta enviada por J. Bezerra da Costa Mendez, 07/08/1895 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁸² CEARÁ. Carta enviada por Tibúrcio Oliveira, Fortaleza-CE, 30/06/1896. Carta escrita em papel timbrado da redação do “Ceará” – Acervo do Instituto do Ceará.

⁸³ CEARÁ. Lolo Brígido, 08/11/1919 – Acervo do Instituto do Ceará.

antecipando-vos os meus sinceros e imorredouros agradecimentos e pedindo-vos desculpar-me pela lembrança que tive de vir importunar-vos. Subscrevo-me respeitosamente de Vossa Excelência. Humilde Servo⁸⁴.

Expor a sua situação e informar sobre os filhos “no auge da necessidade” ajuda a fundamentar a súplica. E destacar a sua bondade é de certa forma já retribuir e agradecer o bem que se espera. Outro aspecto interessante é como o remetente se coloca em relação ao destinatário: “um humilde servo que se coloca aos seus pés”. Isso implica apostar na proteção dele. Com esses pedidos, Guilherme Studart vai construindo uma teia de relações. É importante essa rede de relações estabelecida por Studart, pois, a partir dela, pode-se perceber o sistema de caridade colocado em prática por ele⁸⁵.

O já *Barão* de Studart recebeu uma carta enviada de Salvador, informando que a “*comissão central de socorros às vítimas da seca do Ceará*”⁸⁶, estabelecida na capital baiana, passava às mãos do “*distinto representante da Confraria S. Vicente de Paulo determinada quantia angariada nas festas promovidas por esta comissão*”. No resto do documento, o remetente explica porque a Bahia não pode deixar o Ceará nessa condição de necessidade, o porquê da escolha do destinatário como benemérito e como devia ser encarada essa doação.

A correspondência de Virgílio Ramos é datada de dezembro de 1900, ano em que Studart é laureado com o título de Barão e de mais uma seca no Estado do Ceará. A carta discorre como os recursos foram conseguidos e o porquê Studart foi escolhido como para receber os donativos e encaminhá-los da melhor forma. Mais uma vez, essa é uma pista de como Guilherme Studart estava inserido em uma rede de relações e construiu um sistema de caridade.

Nesse mesmo ano, o Barão de Studart recebeu um pedido de ajuda vindo do interior do Ceará, enviada por José Feliciano Augusto Athayde, informando que a Comarca de Granja atravessava “*a mesma terrível situação por que passa todo o Estado e não tendo até hoje o governo auxiliado as vítimas deste cataclismo*”⁸⁷, o remetente apelava ao destinatário um auxílio para a pobreza que se debate em extrema miséria.

⁸⁴ CEARÁ. Carta enviada por Miguel Medeiros, Fortaleza-CE, 03/01/1919 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁸⁵ O historiador Régis Lopes Ramos afirma, ao tratar dos pedidos feitos ao padre Cícero, que “*além de pedir o tão desejado fim dos problemas, as cartas (re)afirmam ou procuram o nexos dos acontecimentos. Fundamental, nesse sentido, é se perceber como integrante de um universo de proteções, de um mundo explicado ou explicável*”. RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Op. Cit.*, p. 59.

⁸⁶ CEARÁ. Carta enviada por Virgílio Ramos, Salvador-BA, 17/12/1900 – Acervo do Instituto do Ceará. O documento é uma carta institucional da Comissão Central de Socorros às vítimas da seca do Ceará, assinada conjuntamente com outros dezoito membros dessa associação.

⁸⁷ CEARÁ. Carta enviada por José Feliciano Augusto Athayde, Granja-CE, 26/11/1900 – Acervo do Instituto do Ceará.

Da mesma forma fez Alfredo Lamartine Nogueira, em correspondência enviada ao Barão no ano de 1903. Alfredo informou que o Senador Antônio Lemos, representando a "Liga Política Senador Lemos", acaba de entregar determinada quantia à Comissão da Liga Cearense a fim de ser remetida às vítimas da seca no Ceará. A "Liga Cearense" incumbe o destinatário com esta soma e envia em conjunto um saque tirado sobre o Banco do Ceará a favor do Cel. Casimiro Brazil Montenegro. O remetente está certo que a quantia será distribuída com critério.

Ainda tratando da caridade de forma institucionalizada a partir das correspondências de Studart, uma enviada pela Sociedade São Vicente de Paulo elucidada como ela se constituía. Endereçada aos confrades, solicita recursos para combater a miséria e continuar mantendo centenas de famílias vítimas da seca. A correspondência, que não é datada, inicia relatando sobre o *“flagelo da seca que de vez em quando devasta a nossa região condenando-a, se não à esterilidade ao menos a repetidas, duradoura e angustiantes crises”*:

Enquanto, porém, cogitam os públicos poderes os meios de debelar ou ao menos de atenuar a crise, enquanto agita-se fora e dentro do país a caridade pública, embora não se façam sentir ainda os resultados de suas providências, cresce o número dos necessitados e aumenta a miséria. A nós, discípulos de S. Vicente, incumbo a tarefa de alargar o campo em laboramos e exercitamos a nossa atividade, a nós compete a missão sacratíssima de zelar os interesses dos nossos socorridos, cerca-los dos nossos afetos, hoje mais do que nunca necessários, implorar para eles a compaixão das diversas classes sociais afim de amaneira-lhes [sic] o sofrimento, [...] afim de ampara-los contra a miséria que pesaria sobre eles com mais intimidade do que sobre os demais filhos do infortúnio. Sobre-nos, Exmo. Srs., a boa vontade, aumentamos os nossos esforços, mas faltam-nos já os recursos para continuar a manter as centenas de famílias, na sua quase totalidade mulheres e crianças, de que estamos encarregados. Eis porque, Exmo. Srs. nós vimos implorar a vossa clemência, rogar vossa piedade. Dispense em favor dos nossos pobrezinhos um pequeno óbolo e tereis feito um ato agradável a Deus e contentado a vossa consciência e vos constituireis digno de eterna gratidão desses infelizes, que vos estendem as mãos súplicas e vos fazem por nosso intermédio um apelo supremo.⁸⁸

Sendo uma correspondência oficial da sociedade vicentina no Ceará, provavelmente foi escrita por Guilherme Studart, pois, embora não datada, desde a fundação ele teve uma atuação destacada e cargos elevados na hierarquia da instituição, sendo inicialmente secretário e logo em seguida Presidente do Conselho Central do Ceará. Então, apesar de seu nome constar como um dos destinatários, ele muito possivelmente foi o autor desse pedido de óbolo às vítimas da seca.

⁸⁸ Correspondência enviada pelo Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo no Ceará para os senhores Barão de Studart, Hermelino Sobral Macahyba, Fabrício Sobral de Brito, Manoel Jorge Vieira, Pedro de Araújo Sampaio, Theophilo Bezerra de Menezes Filho, Raimundo Viriato Ribeiro, Raimundo Bezerra da Rocha, Antônio Paulino Delphim Henriques, João Baptista Bezerra, Joaquim Fabrício de Barros, Tristão Pacheco Spinosa, Manoel Pinheiro Costa e Mello, José Meneleu de Pontes, Sólton da Costa e Silva, Marcos Apolônio da Silva. (s/d).

A correspondência lembra a incumbência de cada discípulo de São Vicente, que é a prática da caridade, ajudando aqueles que mais precisam, zelando os socorridos. Indica também como se realizava a caridade de forma institucionalizada, a partir de instituições que tinham essa finalidade: por meio de arrecadação de recursos dos seus membros, que normalmente pertenciam a camadas sociais privilegiadas economicamente⁸⁹. Ajudavam famílias que estavam em situação de risco, situação essa que agravada em tempos de seca.

No entanto, as famílias que eram ajudadas deviam estar inseridas em uma “lógica do merecimento”, uma vez que a ajuda vicentina não recaía a qualquer pessoa, esta, para ser merecedora, deveria estar nos preceitos católicos. Para realizar a caridade por meio da sociedade vicentina, os confrades realizam visitas às famílias candidatas a sua proteção e, caso não se comportassem dentro dos preceitos da instituição, os vicentinos recusavam-se a ampará-los⁹⁰.

Por fim, a correspondência lembra os ensinamentos cristãos da caridade e do amor ao próximo, exposto a partir de Jesus Cristo, lembrando-os que uma caridade feita a um pobre, era como se fosse uma caridade ao próprio Cristo, “um ato agradável a Deus”, que proporcionará a eterna gratidão daqueles que foram ajudados e, em última instância, garantirá a salvação eterna – pois o bom cristão praticaria o amor ao próximo e a caridade ao longo da vida e não apenas nas *últimas vontades*:

Assim nós, meus amigos, sofreremos, lidamos sem lóbrigar o termo dos nossos trabalhos, sem ver seus frutos e resultados; mas Deus os enxerga e no momento preciso mostrará aos nossos olhos maravilhados o que Ele, [...], fez de todas essas fadigas que nos pareciam estéreis e então se dignará instalar em seu vasto e admirável palácio essas fracas obras, feitura de nosso amor por ele e pelos pobres.⁹¹

⁸⁹ Aqui, nos referimos a instituições filantrópicas ou caritativas e não às de socorros mútuos, que ainda no início do período republicano brasileiro eram bastante comuns e visavam a ajudar e socorrer seus membros em dificuldades, especialmente financeiras, e prestar auxílio funerário para os seus confrades. Tais instituições eram criadas em prol de algum santo de devoção. Para este assunto, ver Cláudia Rodrigues (1997 e 2005); VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

⁹⁰ A historiadora Paula Virgínia descreveu essa parte da ação vicentina: “Ao realizar a primeira visita em um domicílio, os delegados vicentinos encarregados das visitas às famílias seguiam regras de conduta que definiam como deveriam se portar, o que dizer e como seriam os encontros posteriores. Os delegados que faziam a investigação sobre a família assistida deveriam descobrir se o casal era casado, se os membros da família eram batizados, se haviam feito a comunhão, quem tomava conta das crianças, se estas frequentavam escola, se sabiam algum ofício, se exercitavam a religião católica, como orientavam as crianças etc. A partir dessa investigação, resolviam adotar ou não a família para enviar-lhes socorros periódicos e acompanhar os meninos, maiores de 6 ou 7 anos, na escola e acompanhar os meninos, maiores de 6 ou 7 anos, na escola e no catecismo”. BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 35.

⁹¹ CEARÁ. Alocução do Presidente do Conselho Central perante as conferências de Fortaleza na 3ª Assembleia Geral. *Revista do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará*. Números 11 e 12 – novembro e dezembro – 1901, p. 125.

O que Studart afirmava ao final dessa alocução para as conferências da capital cearense era a recompensa pela feitura da caridade, que, embora não se pareciam ter frutos, virá no momento/tempo proposto por Deus. Era um alento aos confrades. Porém, a recompensa não era ver alguém em melhores condições após a sua ajuda, a recompensa era no momento derradeiro, na morte, quando as ações em vida determinariam a salvação eterna⁹².

Com o mesmo teor da correspondência anterior aqui exposta, Studart recebeu, em agosto de 1905, cartas do asilo de mendicidade, instalado na capital cearense:

O Conselho Administrativo do Asilo de mendicidade – igualdade, fraternidade e caridade – abaixo assinado, tendo de fazer a inauguração desde pio estabelecimento e tornando-se imprescindível o concurso de todas as almas boas e benfazejas para o fim de ser mantida tão útil quão necessária casa de caridade nesta capital, vem implorar de V. Ex.^a um óbolo que servi-se-há de enviar ao tesoureiro [...]. Côncio de ser atendido, visto o habitual carinho com que V. Ex.^a continuar acolher os grandes e santos empreendimentos, o Conselho Administrativo abaixo assinado, antecipando seu agradecimento, se subscreve com a mais elevada estima e distinta consideração.⁹³

A correspondência acima data de 1905, Studart já havia recebido o título de Barão e a sua atuação nas obras de caridade já se faziam conhecer pela capital cearense e corria pelo país. É por isso que esses pedidos chegavam a sua residência, pois sabiam que ali ele iria “acolher os grandes e santos empreendimentos”. Uma instituição voltada para a caridade era um santo empreendimento e certamente Studart enviou o seu “óbolo”. Mais ainda, sendo uma instituição caritativa, um “santo empreendimento”, foi lembrada por Studart no seu testamento.

Na busca por ajudar os pobres que precisavam estudar, I. C. Galvão enviou uma carta aos irmãos confrades, solicitando que a atitude de um dos associados de pagar os estudos de um estudante pobre no seminário de Fortaleza fosse copiada por quem puder. Já João Duarte escreve para relatar o seu debilitado estado de saúde e busca nos seus confrades, nos “*seus irmãos, em S. Vicente, lhe mandem algum remédio que venha aliviar o seu sofrimento*”⁹⁴ – a partir dessa correspondência, a Sociedade São Vicente de Paulo pode ser entendida tanto como uma sociedade caritativa quanto de ajuda mútua, tal como colocou a historiadora Cláudia Viscardi.

⁹² Para esse tema, ver RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

⁹³ CEARÁ. Correspondência enviada por Guilherme Moreira da Rocha, Francisco Cabral da Silveira, Oscar Feital, Henrique A. Autran, Joakim Manoel Carneiro da Cunha, George Fiúza, Amaro Albuquerque, Fortaleza-CE, 24/08/1905. Com timbre da Secretária do Asylo de Mendicidade Igualdade, Fraternidade e Caridade – Acervo do Instituto do Ceará.

⁹⁴ CEARÁ. Carta enviada por João Duarte, Pedra Branca-CE, 29/06/1896 – Acervo do Instituto do Ceará. A partir dessa correspondência, a Sociedade São Vicente de Paulo pode ser entendida tanto como uma sociedade caritativa quanto de ajuda mútua, tal como colocou a historiadora Cláudia Viscardi.

A. Portella⁹⁵ envia correspondência para informar que foi creditada determinada quantia, que não foi explicitada, para a Sociedade de S. Vicente de Paulo, que deverá ser paga pelos Srs. Frota & Gentil, cujo vencimento é de 6% ao ano. Dentre as correspondências, era comum o recebimento de doações em dinheiro proveniente de instituições como a da instituição ora referida. Guilherme Studart ainda assumiu a gestão do dinheiro pertencente à Sociedade São Vicente de Paulo, à Cruz Vermelha e ao Centro Médico Cearense. O destino desse dinheiro pertencente às instituições beneficentes que ele dirigia foi esclarecido em seu testamento, devendo a verba ser “*depositada no London Bank, no Banco São José e na Casa Frota e Gentil*”⁹⁶, e repassada para as instituições depois da sua morte.

Portanto, a prática da caridade se dava de determinadas maneiras: a primeira atendendo pedidos de forma direta, com um sapato, empréstimo, um aluguel, um óbolo às necessidades de alguém; a segunda, de forma institucionalizada, notadamente pela Sociedade São Vicente de Paulo, a partir de eventos que buscavam angariar recursos para ajudar os desvalidos ou através da arrecadação de donativos ou a partir de doações dos confrades.

As correspondências arquivadas por Studart demonstram a consolidação da sua imagem de homem caridoso. Desde jovem, participando de grêmios, associações literárias, filantrópicas ou de socorro mútuo, destacadamente a Sociedade São Vicente de Paulo; a atuação como médico, a ajuda nos abarracamentos na Santa Casa de Misericórdia ou em enfermarias mantidas pelo próprio Studart. Demonstra alguém que tinha o poder de articulação e que transitava por vários meios sociais e tinha prestígio e reconhecimento social. Uma obra de caridade, um pedido feito por intermédio seu parecia ter maiores chances de ser realizado/atendido, parecia ter maior certeza de conclusão de maneira eficiente, como indicam cartas que enviam recursos.

Sendo o Baronato um título de reconhecimento pelas suas virtudes, notadamente pela prática caritativa, Studart é alvo desses pedidos de ajuda e auxílio para a pobreza. Como se vê, era alvo desses pedidos desde o seu retorno à terra natal, como médico e membro da Sociedade São Vicente de Paulo e isso se intensificou a partir de 1900, quando recebe o título de Barão. E, para atender a tantos pedidos, era preciso estabelecer uma rede de relações em que tivesse como conseguir recursos e transferi-los para atender as necessidades daqueles que lhes pediam.

⁹⁵ CEARÁ. Carta enviada por A. Portella, Rio de Janeiro-RJ, 23/05/1914 – Acervo do Instituto do Ceará. O remetente se apresenta como Diretor Presidente da Sociedade Anonyma “Casa Colombo”.

⁹⁶ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

A sua profissão também criava situações que eram propícias à caridade. Desde pedidos de remédio, passando pelas visitas em abarracamentos ou solicitações dos serviços de Studart, especialmente na Santa Casa de Misericórdia. Um ano após o seu retorno à capital cearense, Studart era administrador do hospital de Maranguape e recebia pedidos para visitar a enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, tornando-se, anos mais tarde, médico adjunto dessa instituição; ou ainda visitando enfermarias pela cidade de Fortaleza. Há um bom número de correspondências que tratam sobre o tema, destacando aquelas que apresentam o timbre do Palácio da presidência da Província do Ceará. Uma delas informou a nomeação de Studart como encarregado do tratamento dos doentes indigentes na cidade de Maranguape⁹⁷.

A sua atuação médica proporcionava o contato com o povo carente, frequentando abarracamentos, colônias e hospitais para tratar de doentes, muitas vezes sem remuneração alguma, como indica as correspondências enviadas por André Augusto de Pádua Fleury em agosto e outubro de 1880, respectivamente, ao informar que existiam cerca de setenta órfãos no recolhimento provisório da Jacarecanga, cujo estado reclamava cuidados. Sendo insuficiente o crédito para este fim, o remetente convidava o destinatário para curar os doentes e propor o que julgar conveniente em relação à higiene.

Em seguida, sabendo dos serviços prestados pelo destinatário no recolhimento da Jacarecanga sem retribuição alguma, o remetente propôs que ele trabalhasse agora em um facultativo na Colônia Christina para, igualmente, tratar dos órfãos. Como gratificação a essa nova incumbência proposta, o remetente oferecia uma quantia mensal de cinquenta mil réis e passagens de primeira classe nos trens da via férrea que os levariam até o respectivo local⁹⁸.

Aliada à transformação da profissão, o país passou por um processo de laicização da sociedade, especialmente a partir da Constituição de 1891. Com isso, os registros civis, incluindo o atestado de óbito exigido para enterramentos, passaram a ser de responsabilidade do Estado e não mais da Igreja. Assim, em meio a sua correspondência passivas, entre os mais variados assuntos, trata-se também da morte⁹⁹, como Camila Monteiro, que informou o falecimento de “*uma velhinha chamada Anastácia Florinda*”¹⁰⁰, acrescentando à missiva um pedido para o enterramento, além da emissão do atestado de óbito.

⁹⁷ CEARÁ. Carta enviada por J. J. Ferreira d'Aguiar Fortaleza, 9/02/1878 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁹⁸ CEARÁ. Cartas enviadas por André Augusto de Pádua Fleury – Acervo do Instituto do Ceará.

⁹⁹ Muitas são as missivas informando o falecimento de alguém e agradecimento de cartas recebidas remetidas por Studart enviando condolências e tentando confortar aqueles que perderam alguém querido.

¹⁰⁰ CEARÁ. Carta enviada por Camila Monteiro, 23/10/1919 – Acervo do Instituto do Ceará.

É preciso destacar que o bom tratamento dado ao morto faz parte do rito de passagem, faz parte da boa morte¹⁰¹. Proporcionar ou ajudar nesses ritos, oferecendo orações, ou mesmo o atestado de óbito para que pudesse acontecer o sepultamento, são formas de caridade. Guilherme Studart, como se verá, foi alguém que se preocupou com a boa morte, procurando a salvação eterna, praticando a caridade e sempre lembrando aos vivos sobre a “caridade das orações” para os que já morreram.

No imenso acervo de correspondências de Guilherme Studart, pode-se destacar a ajuda aos pobres, especialmente no contexto da morte, pois morrer bem e de forma digna era considerado, pela escatologia católica, um pré-requisito para a obtenção da salvação eterna e, talvez, não existisse caridade que fosse maior do que ajudar alguém no alcance dessa salvação. Morrer de forma digna inclui um enterramento decente e possibilitar isso também é uma forma de caridade.

¹⁰¹ Para esse tema, ver: RODRIGUES, Cláudia. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (orgas.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

3. A INVENÇÃO DO HOMEM EXEMPLAR.

3.1. Guilherme Studart e a escrita autobiográfica.

Em setembro de 1938, os sócios do Instituto do Ceará estavam enlutados, havia morrido no dia 25 um dos ícones da instituição: o Barão de Studart. Um deles Dr. Djacir Meneses¹⁰², em discurso “a beira do túmulo”¹⁰³, tentou expressar a dor daquele momento para seus pares: “*A madrugada de hoje começou quando acabava o crepúsculo de uma existência gloriosa. Apagava-se longamente toda uma vida iluminada, de trabalhos e estudo, deixando, na história da inteligência brasileira, o sulco imperecível de seu clarão*”¹⁰⁴.

Um daqueles que lhe prestou homenagens à beira do túmulo o colocou no mesmo patamar de José de Alencar e Capistrano de Abreu, formando assim uma tríade de ilustres cearenses; sendo Studart, além de historiador, como Capistrano, o anjo da caridade¹⁰⁵. O Dr. Jurandir Picanço, à época Presidente do Centro Médico Cearense, assim expressou sua homenagem ao Barão de Studart: “*morreu, deixando uma trajetória de luz, de trabalho, de saber e de bondade, como se tivesse vivido repetindo sempre o preceito retilíneo de Kant: age de tal sorte que a razão de tua ação possa ser erigida em uma lei universal*”¹⁰⁶.

O Dr. Fernando Leite¹⁰⁷ solicita uma meditação sobre “*a vida do grande morto de agora, que dentro em breve será conduzido ao túmulo. Desdobra-se-nos, hoje, a mais bela página da História do Ceará*”¹⁰⁸. E prossegue exteriorizando as profundas sensações experimentadas na sua terra natal pelo desaparecimento físico do que ele considerava como o “maior de seus filhos”. Uma vida exemplar se apagava aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1938.

Essa imagem de uma vida exemplar, era o desejo de Guilherme Chambly Studart. Todas essas atribuições foram talhadas como que por um artesão, construídas e arquivadas pelo próprio Barão de Studart. Fundador e membro de inúmeras instituições, como o Instituto Histórico do Ceará – além de outros Institutos Brasil afora, como o da Bahia e de São Paulo –, Academia Cearense de Letras, Centro Literário do Ceará e Instituto Histórico e Geográfico

¹⁰² Sócio do Instituto do Ceará que prestaram homenagens a Guilherme Studart por ocasião da sua morte.

¹⁰³ Título do texto contendo seu discurso fúnebre e publicado na Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará** – TOMO ESPECIAL, 1938 – Falecimento do Barão de Studart – seção: Discursos. p. 07.

¹⁰⁴ Idem. Ibidem.

¹⁰⁵ Pe. Dr. Misael Gomes, representante da Academia Cearense de Letras. **Revista do Instituto do Ceará** – TOMO ESPECIAL, 1938 – Falecimento do Barão de Studart – seção: Discursos. p. 21.

¹⁰⁶ Idem. Ibidem, p. 30.

¹⁰⁷ Sócio do Instituto do Ceará que prestaram homenagens a Guilherme Studart por ocasião da sua morte.

¹⁰⁸ Pe. Dr. Misael Gomes, representante da Academia Cearense de Letras. *Op. Cit.*, p. 11.

Brasileiro. Essa lista de instituições é informada por Studart em seu *Dicionário Bio-bibliográfico*¹⁰⁹, contando apenas com duas ausências nessa lista: a Academia Cearense de Medicina e a Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará.

Com uma ampla produção bibliográfica, entre textos e livro publicados, além de arquivos com documentos sobre a História do Ceará e, principalmente, de correspondências recebidas, Guilherme Studart construiu um teatro da memória englobando uma memória de si e uma escrita autobiográfica ao acumular livros, fotografias, documentos, cartas e outros objetos da cultura letrada, produzindo uma imagem de homem letrado, erudito, especialista em documentos antigos e, sobretudo, religioso e caridoso.

A partir dos tomos especiais da Revista do Instituto sobre a morte e a vida do Barão de Studart, a saber, os tomos especiais de 1938 e 1956, respectivamente, têm indicativos do sucesso do seu desejo de perpetuação da memória como intelectual católico e construtor da imagem de uma vida exemplar. Sendo taxativo, J. Paiva¹¹⁰ intitula Studart como o “*atleta da fé e missionário da caridade*”¹¹¹. Carlos Gondim¹¹² refere-se ao Barão como “Um homem superior”¹¹³. Essas necrologias, no momento imediatamente posterior a sua morte, referem-se a uma construção da memória. Guilherme Studart produziu, inclusive, necrologias para os sócios do Instituto falecidos, demonstrando preocupação com o esquecimento após a morte. Por isso fazia e conclamava aos demais para realizá-las – numa tentativa de tornar-se lembrado quando a morte lhe batesse à porta. O próprio Studart tentou sempre se colocar como um exemplo em vida. O tomo especial publicado pelo Instituto do Ceará sobre a sua morte, traz discursos dos seus pares de intelectuais com elogios fúnebres. Aliás, um tomo especial em referência à sua morte e outro em referência ao seu centenário de nascimento insinuam a sua rede de relações pessoais, constituem uma continuidade da sua memória, um desejo explícito do Barão a partir da construção de um arquivo de si.

São oito tomos especiais. Três foram produzidos para homenagear sócios ilustres, de grande importância para a instituição. São eles: Tomo Especial de 1929 – Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil; Tomo Especial de 1938 – Falecimento do Barão de Studart; e Tomo Especial de 1956 – primeiro Centenário de Nascimento do Barão de Studart. Ao lado destes, encontram-se fatos históricos como o primeiro Centenário da Confederação do Equador (1924); Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972); o primeiro

¹⁰⁹ STUDART, Guilherme. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. V. 1. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910,

¹¹⁰ Sócio do Instituto do Ceará e membro da Sociedade de São Vicente de Paulo no Ceará.

¹¹¹ PAIVA, J. Barão de Studart – *Atleta da Fé e Missionário da Caridade*. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956, p. 243.

¹¹² Sócio do Instituto do Ceará.

¹¹³ CEARÁ. Carta de Carlos Gondim de 12 de junho de 1917 – Acervo do Instituto do Ceará.

Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará (1984) e o primeiro Centenário de Fundação do Instituto do Ceará (1987). Portanto, a morte e a vida de Studart ganham para os sócios do Instituto ares de fato histórico.

Aqui, entende-se Studart como um intelectual católico, pois seu pensamento tomava por base os preceitos católicos, porém, em termos científicos, baseava-se em teorias em voga entre os séculos XIX e XX, tanto na História quanto na medicina (vide seus escritos sobre História, copiando integralmente documentos, ou sua tese em medicina, cujo tema era a eletroterapia). Deste modo, seu estilo intelectual constitui-se de fragmentos de pensamento complementares ao conservadorismo de suas proposições.

Studart demarca sua posição frente às sociedades laicas e anticlericais, ficando ao lado das diretrizes do Pontífice que lhe condecorou com o título de nobreza. Fundou diversas Sociedades vicentinas, empreendeu ações para conter o avanço de associações livres, criando o Círculo Operário Católico de Fortaleza em 1915. No contexto de República Velha e de lutas pela hegemonia política e hegemonia ideológica, Guilherme Studart pontua claramente em favor da moral católica:

Que é feito do racionalismo de Kant, que tanto enfeitiçou os espíritos do século XIX? Onde é que impera a moral positivista de Comte? Onde frutificaram os princípios morais do materialismo de Büchner? Nas sociedades em dissolução, nas civilizações em decadência. Essas escolas caíram em nome da própria razão porque nasceram, a ciência; foi a ciência que revelou a inanidade dos seus princípios, o vácuo de suas afirmativas. Entretanto, moral cristã, a moral do Evangelho, contra a qual se assanham as iras de todas essas doutrinas, ali está firme, inabalável, serena e bela, exemplo de imortalidade em meio a fragilidade terrena, sobrevivendo, eternos e fecundos os seus ensinamentos, único e possível alicerce das civilizações.¹¹⁴

Portanto, para Studart, que parece rejeitar o pensamento moderno ocidental, há o papel de subordinação e complementaridade da ciência. Ou melhor, esse pensamento moderno não faz oposição ao pensamento religioso, ou apenas em sua oposição. Embora o seu sentido de História e sociedade estivesse em consonância ao pensamento do século XIX, voltado para a ciência, civilização e progresso, a ruptura com o pensamento católico não encontrou eco no pensamento desse intelectual, pois, para ele, o alicerce, a base da civilização seriam os ensinamentos cristãos.

Nota-se a interessante combinação da ideologia civilizatória à luz da doutrina católica. Alinhando-se enquanto intelectual, homem de letras e de ciência (médico), Studart utiliza os conceitos-padrão do seu tempo e vaza seu discurso numa estética cheia de jargões científicos [...]. Tenta ser científico na aparência, mas o texto não

¹¹⁴ STUDART, Guilherme. **Allocução proferida no Círculo Cathólico de Fortaleza**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1915, p. 04.

comunica isso. Intelectualmente, os conceitos de civilização (cristã) e progresso (moral) são ressemantizados e contextualizados dentro do perfil católico.¹¹⁵

Os tomos especiais aqui citados, especialmente o segundo, oferecem elementos para ponderar-se sobre como foi estruturada a memória desse sujeito multifacetado (o historiador, o médico, o cientista, o devoto e o caridoso) e elaborada sua representação como o símbolo do Instituto do Ceará depois de sua morte. A boa imagem perante os seus pares é bem explícita. Henrique Gonzalez¹¹⁶, em artigo intitulado “a vida construtiva do Barão de Studart”, pontua sobre a atuação de Studart após o seu retorno a Fortaleza-CE, logo após graduar-se em medicina: “*Segue o envolver das pandemias, a mortalidade das crianças. Já não é apenas um médico, um idealista, um cristão. É, antes de tudo, um patriota, um benemérito da sua terra natal*”¹¹⁷ e prossegue:

temos, portanto, que render a nossa homenagem ao Barão de Studart como um padrão moral e cívico da nacionalidade e sobretudo do Ceará, pela maneira como se conduziu na vida, coerente, trabalhador, honesto e virtuoso, cristão, patriota, excedendo-se na luta pelo bem coletivo, prova de uma educação cristã.¹¹⁸

Essa imagem de bom cristão, virtuoso, honesto, patriota é, como já afirmado, uma construção talhada pelo próprio Barão, embora não só por ele, como se percebe nos tomos especiais supracitados. Ela ganha força porque vai sendo replicada por outros. Os discursos proferidos, ou textos publicados por ocasião do centenário de seu nascimento, seguiam as diretrizes idealizadas pelo próprio Barão em seus textos autobiográficos. Aliás, seu próprio acervo é considerado a construção da sua autobiografia – pode fornecer elementos para a construção da sua biografia.

Muitas são as (auto)representações de Studart, sobressaindo-se a do erudito dedicado aos estudos históricos, militante católico empenhado com a saúde pública, enfim “*uma vida útil à coletividade*”¹¹⁹. Com muitas (auto)representações, muitas atribuições, membro ativo de várias instituições e “*ao lado das múltiplas causas em prol do bem público, cumpre os seus deveres de chefe de família exemplar*”¹²⁰. E essa imagem é reforçada pelo próprio Studart em seu inventário, quando afirma que sempre educou seus filhos nas doutrinas e práticas religiosas, afirmando que eles nunca se afastarão das mesmas; quando solicitou

¹¹⁵ AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart: memória e distinção**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002, p. 62.

¹¹⁶ Sócio do Instituto do Ceará.

¹¹⁷ CEARÁ. **Revista do Instituto do Ceará – TOMO ESPECIAL – 1956 – 1º Centenário de Nascimento do Barão de Studart**, p. 206.

¹¹⁸ Idem. Ibidem, p. 207.

¹¹⁹ Id. Ibid.

¹²⁰ Ibidem, p. 207.

ainda que os filhos da união matrimonial “*vivam na mais estreita e duradoura harmonia e completa união entre si e com seus irmãos José, Severiano e Dolores, que criei e eduquei com amor, zelo e vigilância de pai. A todos os filhos e enteados, abençoação do fundo do coração*”.¹²¹

É de se chamar atenção, porém, que mesmo com a viuvez, após o “*felicíssimo consórcio com Luiza da Cunha Studart*”¹²², além de não constituir casamento novamente, ainda declarou a existência de outros filhos ou enteados, indo de encontro aos ensinamentos católicos. Mesmo declarando a existência de outros filhos, conseguiu manter a imagem de bom cristão, pois essa viuvez continuou sendo vista com bons olhos por uns: “*nesse mister, entre homem santo e cientista, além de patriota, prolonga por cinquenta anos o seu sacerdócio*”¹²³.

“Homem santo e cientista” são apenas duas das suas múltiplas faces. A historiadora Paula Virgínia ainda afirma que, “*com sua morte, consolidou-se um culto a sua pessoa, reelaborando os significados de sua trajetória nos espaços em que tinha atuado, com destaque para o empenho no Instituto do Ceará [...], instância de consagração dos intelectuais*”¹²⁴.

Destaca-se ainda o comprometimento com a obra vicentina. Deste modo, Joaquim Alves¹²⁵ ressaltou o aspecto religioso com que a personalidade do Barão de Studart se apresenta:

Um outro aspecto não menos notável, com que a personalidade do Barão de Studart se apresenta aos cearenses, é o religioso. A sua formação moral, as suas convicções católicas, o seu exemplo de bom cristão, tudo isso constitui um dos seus títulos mais meritórios. Eu o conheci, quando mal iniciava a minha vida entre os livros e o trabalho, nessa tarefa de distribuir o bem, levar ao pobre o conforto espiritual da sua assistência. Dentro das Conferências de São Vicente de Paulo, de cuja obra foi um dos fundadores e dos mais fortes sustentáculos, congregou em torno à sua pessoa os irmãos vicentinos, incentivando-os a realizar a obra de Frederico Ozanam, com o verdadeiro espírito da caridade cristão. O que foi a sua atuação religiosa no Ceará, sabemos todos¹²⁶.

Sua imagem como intelectual, que é cunhada pelo próprio Barão, relaciona-se com seu esforço de arquivar-se, colecionando documentos, especialmente sobre a História do

¹²¹ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹²² Idem.

¹²³ CEARÁ. **Revista do Instituto do Ceará** – TOMO ESPECIAL – 1956 – 1º Centenário de Nascimento do Barão de Studart. p. 206.

¹²⁴ BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Arquivo de si e do Ceará**: a coleção e a escrita de Guilherme Studart (1892 -1938). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História. Programa de pós-graduação em História Social, Fortaleza – CE, 2014, p. 221.

¹²⁵ Sócio do Instituto do Ceará.

¹²⁶ CEARÁ. **Revista do Instituto do Ceará** – TOMO ESPECIAL, 1938 – Falecimento do Barão de Studart – seção: Discursos, p. 10.

Ceará, ou produzindo narrativas sobre sua própria vida em textos autobiográficos, como o publicado no *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*¹²⁷, construindo um perfil intelectual, a partir de uma escrita de si. Com sua coleção de documentos antigos, Studart estabeleceu um lugar de prestígio e status de autoridade em assuntos relativos à História do Ceará. Em sua bibliografia chama a atenção para a transcrição de documentos em sua integralidade.

No *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*¹²⁸ ele é prefaciador de si mesmo, dirigindo-se diretamente aos leitores numa tentativa de explicitar seus métodos, com o objetivo de valorizar o texto e aquele que escreve, desejando explicar e justificar sua escrita e se manter em contato com os leitores, “*afinal, o ato de prefaciar textos da própria autoria traduz uma clara intenção de orientar a leitura das próprias obras, conformando a sua recepção junto ao público leitor*”¹²⁹.

Nessa obra esclarece a sua concepção de História, a importância da Biografia e dos feitos dos “grandes homens” (ele incluindo-se neste grupo): “*Quem perlustrar esse livro encontrará nele, sem imodéstia minha, alguma coisa útil, verificará, de onde em onde, alguma notícia interessante. É de todos e para todos*”¹³⁰.

Para Studart, “*a história toda se reduz por si mesma com facilidade à biografia de alguns indivíduos fortes e apaixonados*”.¹³¹ Para ele, seu livro seria de grande valor para o futuro, no qual os historiadores poderiam haurir informações. Sua concepção de História é voltada, nesse sentido, para os grandes feitos e homens. Ele pensa em deixar um registro fiel, confiável e útil sobre o seu tempo.

Informando seu método, buscando legitimidade para sua obra – legitimidade essa não só para o futuro, mas para o presente, perante seus pares – afirma ter se dedicado “*a pesquisa sistemática dos fatos na sua origem por assim dizer puramente material, que consistem em metodologia o alicerce de toda investigação científica*”¹³². Voltado para o rigor científico, Studart deseja deixar claro o seu método, legitimando a sua produção.

Sobre a sua narrativa, esclarece fornecer

¹²⁷ STUDART, Guilherme Chambly, Barão de. **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. V. 1, 2, 3. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910, 1913, 1915.

¹²⁸ O Barão de Studart elenca 1.098 cearenses notáveis que serviriam de exemplo de conduta, moralidade e cidadania, construtores da História do Ceará. Para Paula Virgínia (2014), essa obra sugere a função da escrita histórica como ato de civismo pedagógico. Interessa-nos, especificamente, a escrita autobiográfica contida nessa obra, como Studart controla e expõe a sua imagem e (auto)representação.

¹²⁹ GOMES, Ângela de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 174.

¹³⁰ STUDART, Guilherme Chambly, Barão de. **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. V. 1. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910, p. I e II.

¹³¹ Idem. Ibidem.

¹³² Id. Ibid.

fatos e os constato, relembro aspectos e caracteres, formas, tonalidades, [fazendo] uma sementeira de reminiscência, junto o disperso, fixo o flutuante, prendo o erradio ou fugitivo, integro coisas moveidças e desassociadas, aponto para a imitação exemplos de honradez e civismo.¹³³

Ao desejar apontar para exemplos de honradez e civismo, se coloca como tal, pois, ao longo de sua vida, tentou ser exemplo desses adjetivos na terceira pessoa. Inclusive no verbete do seu nome, inserindo-se como alguém digno e importante para a História do Ceará. É um (auto)reconhecimento de alguém ilustre e merecedor de marcar presença em uma lista desse nível. Para tanto, assegura, ainda no prefácio dessa obra: “*disciplinado como é o meu espírito, todo o meu mérito consiste no cuidadoso empenho de dizer o real, o que a verdade tem apurado; sou um operário sincero e leal*”.¹³⁴

No verbete do seu nome, como já citado, escrito em terceira pessoa, após discorrer sobre a sua parentela (pais, avós, filhos e esposa), informa a sua formação profissional em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1877, “*tendo suas teses aprovadas com distinção*”¹³⁵. Esse autoelogio é uma das formas de controlar a imagem de si a partir dessa escrita de si.

Como se fosse outra pessoa escrevendo sobre o Barão de Studart, tece elogios sobre si. É um momento singular na autobiografia. Primeiro se coloca nesse panteão de pessoas importantes para a História do Ceará – panteão esse que o próprio Studart criou –, o que por si só já é um autoelogio. Segundo, no desejo de fazer uma breve biografia sobre essas pessoas importantes e listar suas obras, escreve em terceira pessoa, como se não fosse um autoelogio. Além de uma atuação destacada enquanto médico e católico, queria ser lembrado como um intelectual importante para a História do Ceará.

Dessa forma, ele elabora caminhos para análise de sua própria história. Os tomos especiais publicados pelo Instituto Histórico em referência à sua morte e ao centenário de seu nascimento parecem ser a materialização desse objetivo, da perpetuação da sua memória como intelectual e alguém importante para a História do Ceará. Assim como ele próprio fez no *Dicionário Bio-Bibliográfico*, colocando-se no mesmo patamar de nomes nacionalmente conhecidos, como Capistrano de Abreu, outros também o colocaram nesse patamar.

No *Dicionário Bio-Bibliográfico*, Studart tece elogios sobre Capistrano de Abreu, o considerando como a “primeira autoridade” em assuntos de História pátria, “o maior erudito

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid., p. 352.

em assuntos brasileiros que até hoje tem existido”¹³⁶. Os estudos de Capistrano já eram conhecidos, sua tese já havia sido defendida e já tinham um peso na historiografia nacional. Para Rebeca Gontijo, “a história de Capistrano se confundiria com a própria memória da escrita da história do Brasil”¹³⁷. Esse era o desejo do Barão de Studart para a História do Ceará, ao reunir um acervo de documentos relativos ao assunto e publicá-los em sua integralidade.

Ainda para Studart, Capistrano era um intelectual de renome e respeito¹³⁸, a quem todos solicitavam opiniões e “em torno do seu nome fez-se uma aureola de notabilidade”¹³⁹. Embora, como afirma Studart, ignorasse o “poder” que tinha graças à sua inteligência, ou tivesse aversão aos títulos e instituições, como seu repúdio à vaidade, como afirma Gontijo.

O que sobressai são os elogios ao colega intelectual, com quem se colocou no mesmo patamar. Esses elogios não são à toa, Studart escreve para e sobre os seus pares, estabelecendo uma teia de relações, que incluía troca de elogios, correspondências, documentos e bibliografias. Quanto mais eram elogiosas e importantes as pessoas nessa lista, mais importante o próprio Studart seria, pois se coloca nesse panteão de heróis. Antes de finalizar o verbete sobre Capistrano, Studart informa que esse ainda tem muitas obras a serem publicadas, inclusive o “dicionário de língua Kaxinawás”, cujo prólogo o próprio Studart já havia publicado.

Escrever sobre si em terceira pessoa, como se fosse outro, fazendo autoelogios, elogiando seus pares e se colocando no mesmo escalão, tudo isso, acaba por fortalecer uma auto-representação de Studart, a de “homem de letras”, intelectual, historiador, erudito. Segundo Rebeca Gontijo,

No Brasil da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a expressão “homens de letras” servia para designar um conjunto bastante amplo e heterogêneo de polígrafos, que incluía bacharéis em direito, médico, engenheiros e literatos, que se ocupavam de modo diferenciado do ensino, da escrita da história, dos debates políticos, da literatura e dos temas sociais, através de atividades como, por exemplo, jornalismo, o magistério e a crítica literária. A figura do “homem de letras” permitia associar as ideias de cultura e nação, materializando a noção de “Brasil culto”, tão cara aos projetos civilizadores desde o Segundo Reinado.¹⁴⁰

¹³⁶ Ibid., p. 421.

¹³⁷ GONTIJO, Rebeca. **O Velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853 – 1927): memória, historiografia e escrita de si**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013, p. 37.

¹³⁸ Studart elenca suas obras publicadas em uma lista de referências bibliográficas com obras sobre a história do Brasil.

¹³⁹ STUDART, Guilherme. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. V. 1. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910. Cit. p. 421.

¹⁴⁰ GONTIJO, Rebeca. *Op. Cit.* p. 43.

Embora sua formação fosse medicina, sua atuação não se restringiu a esse campo, dedicando-se aos estudos históricos, linguísticos, geográficos e religiosos, como demonstra a sua lista bibliográfica. No seu *Dicionário Bio-bibliográfico*, por exemplo, vê-se a defesa de uma obra historiográfica. Ainda nessa obra, elencou¹⁴¹ suas principais obras publicadas em diversas áreas, informando aonde se poderiam encontrar biografias sobre a sua pessoa.

Isto posto, ao passo que ele escreve sobre seus pares, como nessa obra supracitada, informando sua parentela, seus feitos de civismo e honradez, listando suas obras, também escreviam sobre ele, como se vê nos inúmeros artigos e publicações do Instituto do Ceará. Estabelecendo, assim, uma rede de relações entre iguais, inserindo-se “*no campo intelectual brasileiro, sendo reconhecido como intelectual erudito pelos pares a partir da divulgação da sua coleção de documentos no circuito da cultura letrada brasileira*”.¹⁴²

Uma forma de legitimação mais usada para o reconhecimento no meio intelectual é tecer uma rede de relações pessoais a partir da fundação de sociedades ou “*repúblicas das letras*”, pois elas “*oferecem ao intelectual um lugar de produção, divulgação e veiculação do conhecimento elaborado por ele e pelo grupo constituindo um singular coletivo*”¹⁴³. O lugar institucional faz parte da legitimidade do discurso, como afirmou Michel de Certeau¹⁴⁴.

E o período transitório entre os séculos XIX e XX, de lutas ideológicas e políticas, ajuda a explicar um universo favorável ao surgimento de redes de sociabilidades espalhadas pelo país. Guilherme Studart soube esmerar-se nessas redes de relações, tornando-se membro de mais de cinquenta instituições científicas, literárias ou filantrópicas¹⁴⁵.

Outra forma de legitimação é a transcrição dos documentos em sua íntegra, sendo reconhecido como autor de história, pois, “*ao publicar a documentação consultada nos arquivos e declarar-se como proprietário da mesma, ele determina sua produção como obra de referência para os estudiosos do tema, ocupando um lugar como pesquisador e colecionador de documentos*”.¹⁴⁶

A outra maneira de reconhecimento foi a direção e publicação de vários periódicos, como Revista do Instituto do Ceará, a Revista da Academia Cearense, o Ceará Médico e a Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará. Com exceção dos jornais da Academia Cearense de Medicina (Norte Médico e Ceará médico), a impressão desses periódicos era feita na tipografia Studart, enquanto esta esteve

¹⁴¹ Numa lista de sete páginas com as referências bibliográficas.

¹⁴² BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 18.

¹⁴³ Idem. *Ibidem*, p. 51.

¹⁴⁴ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2006.

¹⁴⁵ BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Op. Cit.*

¹⁴⁶ Idem. *Ibidem*, p. 13.

funcionando, entre 1895 e 1904. Studart fez circular por todo o país tais publicações, principalmente permutando com outros periódicos, estabelecendo um lugar na produção “local” e “nacional”¹⁴⁷.

Sua memória e as suas representações são utilizadas pelos seus pares como um símbolo do Instituto. Mas não só. Os elogios fúnebres feitos pelos intelectuais que compunham o Instituto, além de colocá-lo como o melhor dentre eles, faziam muitas referências às suas ações como vicentino, preocupado com os mais pobres e enfermos. Guilherme Studart desejou que sua vida se confundisse com a História do Ceará – pelo menos se esforçou para isso, para que sua existência fosse ponto incontornável na História do Ceará.

Como já referido, a sua coleção epistolar refere-se à sua preocupação de registrar a sua trajetória, por isso guardou as cartas recebidas, independente do seu conteúdo – exceto críticas explícitas à sua pessoa, como uma forma de dar integralidade a sua narrativa. As mais variadas temáticas apontam para a multiplicidade de relações estabelecidas por Studart no período de 1878 a 1938. Evidenciando, em meio a tantas epístolas, uma rede de proteção e como ele se relacionava com os mais variados estratos sociais, seja como um “homem superior”, como pai e padrinho; seja como um “igual”.

Se, por um lado, essa rede de relações estabelecidas por Studart catalisou ao seu redor um seleto grupo de homens dedicados ao estudo da ciência, sendo filho do seu tempo, do século XIX, o século do progresso por excelência, por outro lado, também foi bastante devotado às suas convicções católicas. É em torno desses dois polos que construiu a imagem de si: a oscilação entre a atividade científica, leiga, objetiva, racional, e suas práticas religiosas, com fé inabalável e militância política ao lado dos interesses da Igreja Católica, tudo isso marcou profundamente a vida e a obra de Studart¹⁴⁸. Era um cientista, intelectual e religioso, com convicções católicas fortes, devotado, caridoso e promotor de inúmeras instituições (científicas, religiosas e filantrópicas/caritativas).

Retornando à Província do Ceará, no ano da grande seca de 1877, teve atuação destacada, de acordo com alguns de seus pares do Instituto:

bom samaritano, enfrentando os horrores que a seca espalhava entre a multidão de flagelados vindos dos sertões. Servia aos infelizes enfermos dia e noite, visitando incansável as barracas imundas em que morriam às centenas as vítimas da peste e da varíola.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Id. Ibid., p. 18.

¹⁴⁸ AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart**: memória e distinção. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

¹⁴⁹ SUCUPIRA, Luís. Barão de Studart: membro ilustre da Sociedade São Vicente Paulo. **Revista do Instituto do Ceará** – TOMO ESPECIAL – 1956 – 1º Centenário de Nascimento do Barão de Studart, p.113.

Já como membro da sociedade vicentina do Estado da Bahia, buscou demonstrar seus valores humanitários e filantrópicos. Sua ação acabaria por reforçar ainda mais a boa imagem desse homem entre a elite local.

Para a historiadora Paula Virgínia, uma das identidades construídas e reconhecidas por/do Barão de Studart, era a de “pai dos pobres”. Em 1956, J. Paiva apresenta Guilherme Studart como um homem superior, capaz de amparar e proteger os desfavorecidos, quando evoca a memória do Barão ao entrar numa choupana e “*colocar sua altiva e nobre cartola sobre grosseira tamborete, e se sentar sobre os outros bancos, numa cadeira rota ou velho baú, cobertos até quase o chão com o seu comprido fraque, a conversar com a pobre velhinha envergonhada*”¹⁵⁰.

O título de Barão pela Santa Sé, já na secularizada República, é um símbolo de status social que garantia certa proeminência na sociedade e Studart soube utilizar-se dele, identificando-se e fazendo questão de marcar posição enquanto tal, demonstrando sua filiação ao pensamento e ação católica. Esse título vem, de qualquer modo, reforçar a imagem e poder simbólico de Guilherme Studart na sociedade em que vivia, acabando por consagrar em vida a condição de ideal cristão que Studart exerceu, pois o título tem maior peso por ter sido outorgado pelo Papa.

Assim, situa-se Studart e o seu tempo: filho do século XIX, numa sociedade fortalezense onde havia uma proliferação de grêmios estudantis¹⁵¹ e instituições sociais e científicas, como já citadas anteriormente; pertencente a uma elite local e nacional, já de berço um nobre; uma sociedade em que existia uma estreita ligação entre Estado e Igreja.

Studart foi arquiteto de uma imagem de si, com o desejo claro de edificar uma memória e uma identidade enquanto homem de letras, intelectual, católico, com valores morais e religiosos, voltado para causas humanitárias e o desenvolvimento social. A edificação do seu acervo (com documentos, correspondências e destacadamente o seu testamento) pode ser considerada um ato autobiográfico. Para a historiadora Aline Monteiro Magalhães,

o desejo de sobreviver à própria morte, eternizando-se pelas obras e, sobretudo, pela lembrança, é uma das principais motivações de quem produz uma escrita de si. [...] Trata-se de uma prática estimulada por várias razões, entre as quais podemos destacar: a consciência de ruptura com um determinado passado, despertando saudade e nostalgia; o medo de perder por alguma razão; o pavor de perder o

¹⁵⁰ PAIVA, J. Barão de Studart – Atleta da Fé e Missionário da Caridade. **Revista dos Instituto do Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956, p. 247-248.

¹⁵¹ Para esse tema e a atuação de Studart em inúmeros grêmios durante sua juventude, ver AMARAL, 2002.

controle sobre si, levando à construção de identidade; a proximidade com a morte aliada à vontade de dar sentido à própria trajetória; a ideia de possuir uma história interessante para o conhecimento do público.¹⁵²

A escrita de si é uma forma de manipulação da sua existência, é uma construção de identidade a partir de uma seletividade, pois é exposto apenas o que se deseja, fazendo um controle sobre a sua memória. Para Philippe Artières, arquivar a própria vida “*é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência*”¹⁵³. Os arquivos pessoais têm a função de controlar a imagem de si, de tornar a identidade reconhecida. Para Artières, “*nada pode ser deixado ao acaso, devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano*”¹⁵⁴.

Guilherme Studart deixou explícito seu desejo de tornar conhecida uma determinada história do Ceará, tentando fazer com que suas obras e textos circulassem de forma ampla pelo país, principalmente trocando correspondências com intelectuais. Assim, apresentava documentos inéditos recolhidos por ele, descrições geográficas e escrevia biografias, sempre se preocupando em firmar datas memoráveis do passado cearense. Pretendia-se uma narrativa da História do Ceará que, inevitavelmente, perpassasse pela sua pessoa. Portanto, escrever uma história sobre outras personalidades, os colocando como importantes para a História do Ceará, era, ao fim e ao cabo e, sobretudo, escrever sobre si e para o futuro.

Projetos como o *Dicionário Bio-Bibliográfico* e o *Datas e Factos para a História do Ceará*¹⁵⁵ podem ser entendidos, como denomina François Hartog, como regime de historicidade moderno, na qual “*a categoria do futuro se torna preponderante: do futuro vem a luz que torna inteligível o presente, mas também o passado; é em direção a ele que é necessário caminhar*”¹⁵⁶.

É nesse sentido, assim como escreveu o *Dicionário Bio-Bibliográfico*, que escreveu também a obra *Datas e Factos para a História do Ceará*, dividida em três tomos, referentes, respectivamente, à Colônia, ao Império e à República. Os dois primeiros foram publicados em 1896 e o último em 1924. Nessa obra, coloca em ordem cronológica os

¹⁵² MAGALHÃES, Aline Monteiro. Gustavo Barroso e as escritas de si. **Trajetos**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. – v.5, n.9/10 (dez. 2007) – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2007, p. 130.

¹⁵³ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, 1998, n.21. p. 11.

¹⁵⁴ Idem. *Ibidem*, p. 14.

¹⁵⁵ STUDART, Guilherme. **Datas e factos para a história do Ceará**. ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

¹⁵⁶ HARTOG, François. Tempos do Mundo, História, Escrita da História. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, p. 16.

elementos do passado, ano por ano, para a sua escrita da História. Faz uma seleção de datas e fatos que ele julgava importante.

Essa preocupação com os grandes personagens que protagonizam os grandes “fatos”, faz com que boa parte dos livros seja dedicado a biografias de homens que o autor julgava importantes, ilustres, cujas histórias parecem conter, acima de qualquer outra coisa, uma lição a ser aprendida pelos homens ilustres de hoje¹⁵⁷. A seleção feita por Studart, portanto, como qualquer seleção, reflete suas escolhas, seu entendimento de História; expõe o desejo de perpetuar uma memória de si, apresentando-se como exemplo a ser seguido.

O marco inicial do terceiro tomo é a Proclamação da República. Com a publicação desse tomo, deseja-se ainda comemorar o primeiro centenário do jornalismo cearense e da adesão do Ceará à Confederação do Equador, como tentativa de firmar datas no calendário cívico cearense. Trabalhos escritos em épocas de festividades têm o intuito de enaltecer aqueles fatos históricos festejados, os personagens envolvidos, além dos idealizadores do próprio evento.

Os eventos contidos nesse empreendimento indicam o que Guilherme Studart considerava uma data/fato importante, digno de se tornar um marco no calendário, erigindo um tempo para a história cearense. Dentre os fatos consagrados da historiografia, como os citados acima, constam as várias fundações de confrarias da sociedade vicentina no Ceará, a morte de alguém importante, inclusive, ao final de cada ano, depois de arrolar e discorrer sobre cada “fato”, ele informava a quantidade de falecidos na cidade de Fortaleza.

Considerava a instalação das confrarias de São Vicente como algo importante para a História do Ceará. Como membro destacado da instituição, deseja mostrá-la como importante para o Ceará e os cearenses: “2 de fevereiro [de 1995] – funda-se em Quixeramobim uma Conferência de S. Vicente de Paulo sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Em virtude dessa criação fundou-se no dia seguinte (3) um conselho Particular”¹⁵⁸. Dessa forma, só no tomo III dessa obra, que cobria os eventos entre os anos de 1889 e 1924 (ano da publicação), informou a fundação de cento e quinze conferências por todo o Estado. Informou, ainda, sobre a criação de escolas fundadas pelas conferências e outros empreendimentos da instituição, como a “Despensa dos pobres” e a “Adoração noturna: ‘14 de agosto – Instala-se em Fortaleza a obra Adoração noturna ao S. S. Sacramento’, informando o local e o nome dos adoradores – contando com ele – e afirmando

¹⁵⁷ “Aponto para a imitação de exemplos de honradez e civismo”. STUDART, Guilherme. **Dicionário bibliográfico cearense**. 1910. *Op. Cit.*

¹⁵⁸ STUDART, Guilherme. **Datas e factos para a história do Ceará**. *Cit.*, p. 79.

que ‘o ato terminou às cinco e meia da manhã pelo santo sacrifício da missa e comunhão dos quatorze adoradores’¹⁵⁹.

Perpetuar a história e a memória da instituição era perpetuar a sua própria memória. Não se pode perder de vista que, assim como fez no *Dicionário Bio-Bibliográfico*, a sua escrita é para o futuro, para as futuras gerações. Nessa obra também expôs elementos para os futuros historiadores escreverem uma História do Ceará a partir da trilha deixada por ele.

Também relatava inúmeros falecimentos de pessoas distintas, proporcionando ares de fato histórico, como fez ao mencionar a morte de Dom Luiz Antônio dos Santos, o primeiro bispo do Ceará. Após expor uma biografia dele, Studart afirmou que este tinha

setenta e quatro anos de uma vida intemerata, cinquenta de um trabalho indefeso, de uma caridade inexaurível [...], tudo isto a morte empolgou em sua garra insaciável e esmagou de encontro à lagea do túmulo. [...] De um desinteresse e abnegação à toda prova, o excedente de suas parcas despesas sempre distribuído pelos pobres e miseráveis¹⁶⁰.

Esse era o tom da escrita de Studart quando posicionava a vida ou a morte de alguém como fato histórico para a História do Ceará, aos moldes do que fizera no *Dicionário Bio-Bibliográfico*: um tom laudatório, demonstrando como exemplo de civismo e religiosidade, e, quando possível, caridoso.

O seu acervo como um todo também pode ser considerado uma escrita de si, ou melhor, uma forma de construir elementos para uma escrita biográfica, pois, a partir dele, Guilherme Studart tenta fazer um controle da memória de si. A autobiografia, nessa perspectiva, é uma objetivação de si, permeada por um controle da sua autoimagem. A produção do arquivo de si possibilita uma “verificação” do que se produz sobre ele. Para a socióloga Ana Paula Simioni, a autobiografia se diferencia da biografia, pois

implica uma grande transformação, pois, nesta [na autobiografia], artista e modelo coincidem, isto é, o biógrafo toma-se a si próprio como objeto. Na prática autobiográfica, o autor impõe-se o desafio de narrar sua própria história, por meio de elementos selecionados e reagrupados segundo uma lógica compreensiva pré-existente. Isso significa que ele está a uma razoável distância em relação aos momentos de sua trajetória, que serão olhados, compreendidos e reconstruídos em função de uma unidade e de uma consciência criadas pelo presente do autor.¹⁶¹

Na tentativa de definir o que é autobiografia, Philippe Lejeune a entende como uma relação da escrita com o pressuposto de si, de verdade e identidade: há uma necessidade

¹⁵⁹ Idem. *Ibidem*, 73.

¹⁶⁰ Id. *Ibidem*.

¹⁶¹ SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Souvenir de ma carrière artistique. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 249-278, Jan.-jun. 2007, p. 252.

de definição de quem se escreve e para quê e quem escreve.¹⁶² É nesse sentido que a historiadora Paula Virgínia estudou a tentativa de construção de identidade de Guilherme Studart. O seu desejo de construir uma identidade para si como um católico intelectual (ou intelectual católico), como aquele que tem a autoridade, moral e intelectual, para falar da História do Ceará, além de reunir um acervo de documentos (referentes principalmente à história do Ceará) e cartas sobre os mais diversos assuntos remetem a alguém que arquivou a própria vida no sentido de uma construção de memória¹⁶³.

Além de reunir um acervo¹⁶⁴ imenso de documentos sobre a História do Ceará, no desejo de ser reconhecido como aquele que tem autoridade para falar sobre, doou seu acervo para várias instituições¹⁶⁵, dentre elas o Instituto do Ceará, a Biblioteca Pública do Ceará, a Sociedade São Vicente de Paulo, o que pode ser um indício dessa tentativa de construção da sua memória como um intelectual que tinha legitimidade de fala.

Studart iniciou sua coleção no final do século XIX, quando ainda era um estudante de medicina. Guardava em seus arquivos, prioritariamente, documentos sobre a História do Ceará, correspondências de capitães-mores, cartas-patentes, relatórios de presidentes de província, estatutos de diversas instituições, processos jurídicos, fotografias, recortes de jornais, mapas, livros, revistas e correspondências recebidas.¹⁶⁶

Seu modo privilegiado de relacionamento na sociedade dos homens de letras era a publicação de artigos sobre os mais variados assuntos. Quanto à escrita epistolar, não se relacionava apenas com os homens letrados, mas com todos os estratos sociais, estabelecendo variadas redes de relações: “pai dos pobres”, “o filho de Deus” e “irmão dos letrados”, a partir do que a historiadora Paula Virgínia define como “escrita cordial”.

Como apontou Ulpiano Meneses, coleções particulares são, ao mesmo tempo, “espaços públicos” e “atos autobiográficos”. São atos autobiográficos porque são produzidos e organizados pelo próprio Guilherme, que lhes dá um sentido, com um determinado propósito: para construir uma memória de si, como modo de dar a conhecer parte importante de sua própria história.

¹⁶² LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rosseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

¹⁶³ No seu acervo de correspondência passivas, as quais tratam dos assuntos mais variados, não constam críticas explícitas ao remetente, indicando um controle e seleção do seu arquivo.

¹⁶⁴ A historiadora Paula Virgínia pensa o arquivo como objeto do conhecimento histórico, pensando na condição de possibilidade do conteúdo e como suporte.

¹⁶⁵ Declara em seu testamento o desejo de doação de seu acervo para as referidas instituições, na última página do documento, com o título de “Legados e deixas” CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁶⁶ CEARÁ. Inventário da coleção Studart. Projeto: Organização e Disponibilização do Acervo Documental do Instituto do Ceará. Data de Realização: 2006 Coordenadores: Manuel Eduardo Pinheiro Campos e Gisafran Nazareno Mota Jucá – Instituto do Ceará.

A primeira inferência é que a coleção, por mais personalizada e centrada no indivíduo, se faz sempre em relação ao outro. E, portanto, um suporte de interação. Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o 'espaço público'.¹⁶⁷

O acervo de Studart – e principalmente o seu testamento – dá sentido aos episódios de sua vida¹⁶⁸. O seu acervo é uma mediação público/privado; é uma produção intelectual, a partir da seleção e salvaguarda dos documentos e demais itens. Assim, designou em seu testamento:

deixo para o Instituto do Ceará os meus livros contidos nas estantes Nº11, 12 e 13; à Biblioteca Pública de Fortaleza, os contidos na estante Nº 10; ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, os volumes do meu artigo particular guardados na estante Nº 1 e os meus diplomas, cartas e mapas geográficos, etc, que estão sobre as estantes Nº 4 e a estante envidraçada [...], e ao Instituto Arqueológico de Pernambuco os quatro volumes da nobiliarquia por Borges da Fonseca, obra hoje única e pela qual recusei oferta de dois contos de réis.¹⁶⁹

Não por acaso, desejou doar para instituições específicas, designando em seu testamento de forma detalhada, o que nos leva a questionar por que designar cada estante para uma instituição específica. Na organização do seu acervo, peça chave na tentativa de construção da sua memória, cada estante continha uma documentação ou tipologia específica, como as referidas no seu testamento: a estante de número dez, onze, doze e treze englobavam documentos referentes à Câmara de Fortaleza, livro oferecido por Capistrano de Abreu ao Barão de Studart, com documentos do século XVIII e documentos da província. Portanto, reuniu documentos sobre a História do Ceará, organizou seu acervo no sentido da construção de si, da sua memória, reforçando sua identidade, sua legitimidade para falar sobre a História do Ceará.

Designa ainda os arquivos e documentos do seu acervo para cada instituição conforme tanto o grau de importância para a sua construção de memória quanto da instituição que receberia os referidos documentos, como a doação do seu acervo particular ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para Ulpiano Bezerra de Meneses,

¹⁶⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, 1998. p. 97.

¹⁶⁸ No entendimento de uma “história mestra da vida”, como exposto por Koselleck, pois Studart deseja se construir como cristão exemplar. A narrativa da sua vida deve ser exemplar, ter um fundo moral, servindo como um modelo. Assim, “o papel magistral da história era ao mesmo tempo garantia e sintonia de continuidade que encerrava em si, ao mesmo tempo, passado e presente” KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 46.

¹⁶⁹ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

Mais que representações de trajetórias pessoais, os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade e, para seu entendimento, impõem, já se viu, a necessidade de se levar em conta seu contexto performático. Na coleção fica patente esse caráter de interlocução, de ato em que está em jogo a subjetividade em diálogo.¹⁷⁰

Os documentos pessoais são suportes de identidade, ou mesmo extensão dessa identidade. Assim, o seu acervo, considerado um ato autobiográfico, é designado por meio de critérios, interesses, desejos pessoais e não com base em uma suposta “veracidade” objetiva. Por isso compõe uma construção de memória, e daí ser tão importante distribuir seu acervo para várias instituições (específicas) após a sua morte, designando o objeto sacralizado da “última vontade”. Essa “*identidade pessoal, como todo processo de construção ou reforço de identidade, não remete a uma essência, mas a uma situação de interação: o ‘eu’ se define, sempre, diante do ‘outro, de preferência na escala de grupos sociais*”¹⁷¹.

Assim, essa presença, essa identidade no campo da cultura material só se realiza na relação social, de preferência em seu grupo social, fazendo-se reconhecer pelos seus pares como alguém com autoridade de fala, em um lugar social demarcado.

Guilherme Studart compunha uma elite, era um digno representante dela, construiu-se enquanto tal. Nesse tocante, para Sérgio Miceli, a investigação adequada das fontes que documentam a experiência dos integrantes das elites significa identificar como “*produto de uma atividade de simbolização mediante a qual esses grupos manifestam a sua existência material, política e intelectual*”¹⁷². Portanto, uma das formas que Studart manifesta a sua existência é a partir do seu acervo.

¹⁷⁰ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público*. Cit., p. 96.

¹⁷¹ Idem. Ibidem, p. 96.

¹⁷² MICELI, Sérgio. *Intelectualidade à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 349.

3.2. Os mortos do Instituto do Ceará e da Sociedade São Vicente de Paulo.

Ainda no sentido de arquivar-se e construir ou dar elementos para a construção da sua memória, Guilherme Studart produziu textos e discursos sobre aqueles membros falecidos das instituições de que fazia parte. Em certo sentido, seu objetivo era, quando ele próprio morresse, não cair no esquecimento, fazendo com que os outros se lembrassem dele. E parece que seu intento foi alcançado, pois, após a sua morte, foram produzidos discursos, inúmeras necrologias e homenagens e tomos especiais na Revista do Instituto.

Guilherme Studart, com a finalidade de lembrar daqueles que já se foram, publicou, tanto no Instituto do Ceará, quanto na Sociedade São Vicente de Paulo, textos em suas respectivas revistas. Além de escrever nesses periódicos, proferiu discursos sobre os sócios falecidos dessas instituições.

Esse temor pelo esquecimento o fez listar, anualmente, os confrades da sociedade vicentina no Ceará falecidos e também produzir necrologias na Revista do Instituto do Ceará. A preocupação era com não ser lembrado e não se perpetuar no tempo. Assim, procurou sempre cultivar a memória dos pares falecidos como uma forma de eternizar sua memória, e, para tanto, produziu homenagens para eles.

Para os membros da Sociedade São Vicente de Paulo, buscou sempre reforçar a “caridade das orações” para com os falecidos. Fazia parte das regras da instituição as ações voltadas para os confrades falecidos: “*o Conselho registra com pesar o número avultado de treze confrades falecidos os quais foram sufragados com missas e orações, segundo as nossas regras*”¹⁷³.

As missas, orações e sufrágios em prol da alma dos membros falecidos faziam parte das regras e ações de caridade da sociedade vicentina, aproximando essa instituição caritativa às feições de uma sociedade de socorros mútuos, o que era bastante comum para a época. No Brasil oitocentista até meados do século XX, essas instituições de socorros mútuos se multiplicaram¹⁷⁴. No já citado Estatuto da Sociedade São Vicente de Paulo, previa-se a obrigação do vicentino “*prestar socorro religioso aos que dele carecem em artigo de morte*”¹⁷⁵. Dessa forma, a sociedade filantrópica acaba por assemelhar-se às sociedades de

¹⁷³ CEARÁ. Relatório do Conselho Particular Ocidental. **Revista do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo**. nº 04 e 05 – abril e maio – 1916.

¹⁷⁴ Vide RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)**. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

¹⁷⁵ RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional, caixa 575, código 173.

socorros mútuos. Aliás, a linha entre um tipo e outro, entre os séculos XIX e XX é muito tênue, não chegando a diferenciar-se na prática.

A preocupação com a boa morte se fazia presente e os indivíduos procuraram se vincular a esse tipo de associação para que tivessem garantidos os ritos de passagem na hora determinada. Seria natural que a Sociedade Vicentina, sendo filha desse período historicamente delimitado, inserisse em seus manuais e ações voltadas para ritos da boa morte, como velório, traslado, sepultamento e o trabalho de luto: missas, orações, doações – já que exigiam um aporte financeiro para sua realização. E essas ações seriam, dessa forma, uma caridade – talvez a maior e aquela com que mais se preocupavam.

As lembranças dos membros falecidos não tinha uma organização, como uma seção específica da Revista do Instituto do Ceará. Como a revista do Conselho Metropolitano tinha publicação bimestral e reunia os principais eventos da instituição durante o período, além de alocações proferidas por Studart e informes de fundação de conferências no interior do Estado, em alguns relatórios era exposto a quantidade de confrades falecidos em um determinado período.

Guilherme Studart, em seus discursos, por vezes, lembrava dos confrades falecidos. Ele dedicou a assembleia de março e abril de 1918 “*exclusivamente aos nossos mortos*”. Era a Assembleia Geral do primeiro domingo da quaresma e Studart afirmou que sendo a Sociedade de S. Vicente uma “*associação profunda e genuinamente cristã, agremiação de irmãos em crença religiosa e em princípios morais [...] reserva, e com inteira justiça, uma de suas quatro importantes festas de família à memória dos companheiros que a morte os arrebatou*”¹⁷⁶. Portanto, fazia parte da tradição da instituição lembrar-se dos seus mortos e essa incumbência recaía sob o seu presidente. Era parte, inclusive, dessa tradição, a lembrança no início da quaresma, festa tradicional cristã, que marca o início do sofrimento de Cristo no deserto da Judeia, que simboliza o trabalho interior para se desprender dos vícios da carne. Nesse discurso expressou sua preocupação com o esquecimento, afirmando que

a quantos dos vivos de hoje passou despercebida a memória dos que repousam no túmulo! A quantos se riscou da lembrança o nome dos companheiros de jornada! Quantos só tem recordação fugitiva dos que há pouco a seu lado traziam ao grêmio comum o concurso desinteressado dos seus esforços e sacrifícios, a palavra amiga, os conselhos da moderação, as luzes da experiência, os incêndios do amor do próximo, os exemplos da santificação! Como deve, meu Deus, doer aos mortos a ingratidão dos vivos! E como é triste um confrade de S. Vicente recusar a esmola de suas orações aos que militaram à sobra da mesma bandeira e no mesmo batel

¹⁷⁶ CEARÁ. **Revista do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo**. nº 03 e 04 – março e abril – 1898. p. 25.

embarcaram-se com eles no mar tempestuoso da existência enganadora, e tão enganadora que até aos mortos mentimos!¹⁷⁷.

Além de conclamar os confrades, pela bandeira de S. Vicente, à caridade da oração, chama atenção para o esquecimento dos vivos para com os que já morreram, denominando-o como ingratidão. A esmola das orações, ou seja, uma pequena ação é uma caridade para aqueles que necessitariam dela no além-túmulo. Era preciso a oração e não apenas uma recordação fugidia. E nada mais propício para a data, que lembra o sacrifício de Jesus, do que colocar os que descansam no túmulo como exemplo de sacrifício.

É nesse tom que ele fala aos vivos para lembrarem-se daqueles que já se foram. Nesses termos, ainda discorre sobre a fragilidade da vida: a quantos terá também empolgado a morte insaciável?¹⁷⁸ Esse é o temor de Studart: a fragilidade da vida e o esquecimento. Por isso conclama aos vivos à memória dos que já descansam no túmulo para que: *“seja não um mero simulacro, não um arremedo da caridade para com eles, não uma vã e criminosa condescendência e deferência para com os vivos, mas um sentimento puro e generoso, que desafie a morte, que vá além do túmulo”*¹⁷⁹.

A Revista do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará foi editada e gerenciada por Guilherme Studart, que exercia um controle sobre a revista, desde sua produção até os pedidos de assinaturas, artigos enviados para a publicação, comentários sobre a publicação. O periódico circulou entre 1888 e 1938 (ano da morte de Studart). Impresso, respectivamente, pelas tipografias Universal, Studart, Minerva e Comercial, era distribuído para as conferências do interior e destinado ao círculo dos intelectuais católicos brasileiros. Os confrades pagavam, inicialmente, 1\$000 e, posteriormente, a partir de meados da década de 1910, 2\$000 pela assinatura da mesma, e, por vezes, Guilherme Studart reclamou dos confrades pelo baixo número de assinantes ou pelo atraso do pagamento, dada a importância da revista para a instituição.

O periódico seguia o modelo do Boletim Brasileiro da Sociedade de São Vicente de Paulo e era dividido em seções permanentes, com o objetivo de comunicar-se com os membros, divulgando informações da instituição. Além dessas seções, eram publicadas circulares do Conselho Superior de Paris, do Conselho Nacional ou do Conselho estadual, fatos notáveis e palestras lidas em conferências, além das alocuções do seu presidente, o Barão de Studart.

¹⁷⁷ Idem. Ibidem, p. 26.

¹⁷⁸ Id. Ibid.

¹⁷⁹ Ibidem.

Já na revista do Instituto Histórico do Ceará, o Barão de Studart conduziu uma seção para fazer lembrar os sócios falecidos, cearenses ou não. Essa seção teve duração contínua entre os anos de 1907 e 1911. Em seguida, apareceu em outros anos como 1915, 1916, 1919, 1920. Essas necrologias eram feitas por Studart, para pessoas que ele considerava como importantes para a história da instituição.

Os “mortos do Instituto” dos anos que não houve publicação da seção aparecem em anos seguintes, assim, por exemplo, entre os anos de 1912 e 1914, quando a seção não foi publicada na revista, as necrologias dos referidos mortos constam no ano de 1915. Após 1920, a seção não foi mais produzida, todavia, foram publicados ainda três textos de autoria do Barão de Studart para homenagear cearenses ilustres e sócios falecidos. Os homenageados foram Antônio Bezerra, Capistrano de Abreu e Thomaz Pompeu de Souza Brasil, respectivamente, nos anos de 1921, 1927 e 1929.

A estrutura das necrologias inicia-se com o intuito de demonstrar uma breve biografia do sócio falecido: expõe a filiação, data de nascimento e morte e, às vezes, a sua causa. Também ressalta as homenagens fúnebres feitas por outras pessoas, a comoção causada pela morte, os sentimentos dos que presenciam o trabalho de luto, como o velório, o cortejo e sepultamento.

Expõe, ainda, a sua formação e atuação profissional, além das suas bibliografias, assemelhando-se ao “Dicionário Bio-Bibliográfico” produzido por Studart. Muitos, inclusive, estão inseridos tanto no “Dicionário” como nos escritos sobre sócios falecidos do Instituto do Ceará, como Capistrano de Abreu, Paulino Nogueira e Thomaz Pompeu. Mas a parte principal do texto era o elogio fúnebre, uma escrita laudatória, elencando as principais ações e características em vida daquele que ora era homenageado por Studart.

Assim, em 1908, com a morte do amigo Paulino Nogueira¹⁸⁰, desembargador da capital cearense e muito próximo seu, estando, inclusive, acompanhando o bispo cearense por ocasião do anúncio do seu baronato, Studart rendeu-lhe uma homenagem póstuma na revista do Instituto do Ceará. Expôs a sua filiação, data de nascimento, formação e atuação profissional e ressaltou como qualidade a sua religiosidade: homem à antiga, católico praticante, alma aberta a todas as dores e a todos os sofrimentos¹⁸¹.

¹⁸⁰ Além de amigo próximo de Guilherme Studart, era desembargador na cidade de Fortaleza, tendo ocupado vários cargos públicos, informados pelo próprio Studart, e sócio do Instituto do Ceará.

¹⁸¹ STUDART, Guilherme. Os mortos do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará do Ceará**, 1908, p. 395. Texto copiado e reproduzido no Dicionário Bio-Bibliográfico, quando também falou do amigo Paulino Nogueira, expondo da mesma forma a sua filiação, formação e profissão, além das suas obras bibliográficas. Idem. **Dicionário Bio-Bibliográfico cearense**. V. 3. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1915, p.6.

Talvez, na reflexão sobre a morte de um amigo querido, Studart fizesse uma crítica velada à sociedade de sua época, que buscava ser laica e, por este aspecto, ele outras vezes a criticou, na medida em que notava certo afastamento dos contemporâneos da igreja. Aliás, Studart sempre marcou posição ao lado do catolicismo, inclusive na trincheira da ciência e das fileiras do Instituto do Ceará. Assim, Studart fez a transcrição de uma correspondência do Bispo da Diocese cearense, Dom Joaquim, tratando da tomada de posse por parte de Paulino Nogueira como provedor da Santa Casa de Misericórdia, e, desta forma, desejando ratificar o lugar do seu amigo Paulino Nogueira como um cristão praticante e, portanto, caridoso:

Por mais esforços que faça o ímpio utilitarismo, cujas ideias materialistas vão até ao extremo de considerar como um mal social – a proteção e os favores que os corações bem formados costumam dispensar aos que sofrem a pobreza, a dor e a miséria, jamais essa perversa e cruel doutrina conseguirá medrar entre os verdadeiros discípulos d’Aquele, que tanto amou a humanidade, que por ela se sacrificou, derramando até a última gota do seu Precioso Sangue [sic], para livra-la da grande miséria que interessa à vida moral, no tempo e na eternidade. A caridade é e será sempre a mais saliente característica do cristianismo.¹⁸²

Desta maneira, podem-se perceber elementos de uma escrita autobiográfica, pois incluem pautas defendidas por ele próprio, mesmo em uma homenagem póstuma, ao exprimir características que ele julgava como qualidades, evidenciando também atributos próprios. É preciso destacar que os sentimentos e motivações apontadas nesses textos de homenagens póstumas são de um vivo no enfrentamento da morte. Portanto, é preciso estar atento às sensibilidades no domínio da morte, pois é a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam sentimentos, emoções, ideias, temores e desejos, dando a ver como representa a si próprio e ao mundo.

Guilherme Studart ainda ratifica o sentimento de pesar causado pela morte do amigo, que, segundo ele, foi sentido por todos da capital cearense, justificando assim a sua homenagem:

Paulino Nogueira faleceu pela madrugada de 15 de junho de 1908, causando o acontecimento o mais profundo pesar no seio de toda população de Fortaleza e nada então faltando para a consagração, sob todos os aspectos de vida, de memória de homem tão rico de dotes, tão querido e respeitado.¹⁸³

A partir da experiência de Studart, podemos acessar as sensibilidades de um tempo. O filtro é o seu olhar. As emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade,

¹⁸² STUDART, Guilherme. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. V. 1. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910. Cit. p. 395-396.

¹⁸³ Idem. *Ibidem*, p. 401.

que são socialmente construídas, e que também agem sobre relações humanas em todos os níveis, “sustentam e reforçam sistemas culturais”¹⁸⁴. É preciso problematizar os sentimentos do passado, tratando de suas características distintivas. Faz-se necessário não perder de vista que o passado historicamente localizado aqui é acessado pela ótica de Studart.

Para Studart, fazia-se mister tirar uma lição da morte, e essas homenagens póstumas realizadas por ele também deveriam servir de lição de moral para os seus pares. Ao elogiar a religiosidade de Paulino Nogueira como “homem à antiga, católico praticante”, Studart desejava lembrar aos sócios do Instituto do Ceará – e a quem mais tivesse acesso à publicação – da importância da religião, de ser católico. De modo igual, ao discorrer sobre a vida e morte de Machado de Assis, destacou uma lição para todos: é ele um exemplo do poder da vontade; impôs-se pela perseverança e pelo esforço próprio; poucos que se sentaram no alto tiveram, como ele, começo de vida tão modesto¹⁸⁵.

A seção da Revista do Instituto do Ceará em que se tratava de necrologias começou a ser elaborada e publicada quase que simultaneamente à publicação do *Dicionário Bio-Bibliográfico*. De modo que o critério estabelecido por Guilherme Studart para inclusão dos nomes nessa obra era o nascimento nas terras cearenses. O elemento considerado para ser homenageado postumamente nessa Revista era ter sido exemplar em vida. Além, é claro, de pertencer ao Instituto Histórico, fosse cearense ou não.

Mas como alguém era considerado exemplar para o Barão de Studart? Se levamos em conta seus escritos históricos, onde buscou estabelecer bases, principalmente, para a escrita da história do Ceará, ou se levamos em consideração a sua atuação católica e o seu testamento *post-mortem* teremos a religião e o patriotismo como orientação das suas narrativas (auto)biográficas.

A História, para Studart, deveria ser exemplar, ser utilizada como modelo. Por isso, em escritos como *Datas e Fatos*, *Dicionário Bio-Bibliográfico* ou em homenagens *post-mortem* para seus pares e confrades da Sociedade de São Vicente e, mais ainda, no seu enfrentamento com a morte era preciso mobilizar lições, modelos. Por isso, ressaltava nas biografias os serviços prestados à causa da cidadania e da religião por parte dos biografados. Nesse sentido, ele pode ser visto como um intelectual funcionando no antigo regime de historicidade: “quando a relação entre o passado e o futuro era dominada ou regulada por

¹⁸⁴ ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções**: problemas e métodos. São Paulo: Letra e voz, 2011, p. 37.

¹⁸⁵ STUDART, Guilherme. Os mortos do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará do Ceará** – ANNO XXII – 1908, p. 411. Trecho também transcrito para o *Dicionário* (1915).

*referência ao passado. [...] Do ponto de vista da escrita da história, era o tempo em que o topos da história como mestra da vida era plenamente válido*¹⁸⁶.

Com a mesma estrutura, informando a filiação, data de nascimento, faz uma breve biografia de Manuel Segundo Wanderley, em 1909. Informou que este era potiguar e sócio correspondente do Instituto do Ceará. Destacou os serviços prestados à cidadania, informando a sua atuação profissional: além de médico, formado na mesma faculdade de medicina da Bahia e contemporâneo de Studart nessa instituição, também atuou na instrução pública no Ateneu Rio-grandense e “*exerceu também os cargos de diretor e médico do Hospital da Caridade e Inspetor de Higiene do Estado e foi deputado estadual*”¹⁸⁷. Informando sobre a sua morte, destacou a sua religiosidade: “*adoeceu a 21 de novembro de 1908, veio a falecer a 14 de janeiro havendo recebido todos os sacramentos da Igreja, da qual era crente fiel e soldado ardoroso. Foi esta sua derradeira frase: meu Deus, abre para mim as portas do vosso céu*”¹⁸⁸.

Nesse sentido, Manuel Wanderley é colocado por Studart como um modelo a ser seguido: cidadão (patriota) e religioso, temente a Deus e merecedor da salvação eterna (ou pelo menos esperava por ela). São os dois faróis de Studart. E, assim como fez quando escreveu sobre Paulino Nogueira, afirmou que a “*morte de Segundo Wanderley deu ocasião a uma verdadeira apoteose à memória querida do poeta e dramaturgo, do jornalista e orador*”¹⁸⁹.

A preocupação de divulgar modelos de cidadãos patriotas e religiosos fez parte constante dos escritos na seção “os mortos do instituto”. Era preciso ser patriota e, de preferência, honrar o nome da terra natal para ser merecedor de estar no “*magnífico templo da História cearense*”¹⁹⁰. Como Studart pensava em modelos e símbolos para uma história cearense, os homenageados nessa seção, além de serem dignos representantes do Instituto Histórico, também deveriam sê-lo de honrar o nome cearense.

Assim, em 1911, expõe a vida profissional de Raymundo Bizarria, um jornalista cearense radicado na Bahia e sócio do Instituto, afirmando que ele esteve “*batalhando sempre pelos bons e sadios ideais, norteados pelos reclamos da verdade e pelas sugestões do*

¹⁸⁶ HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História** nº 148 (1º - 2003), 09-34. p. 12.

¹⁸⁷ STUDART, Guilherme. Os mortos do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará do Ceará – ANNO XXII – 1909**, p. 395.

¹⁸⁸ Idem. *Ibidem*, p. 396.

¹⁸⁹ Id. *Ibidem*.

¹⁹⁰ STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. V. 1. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910, p. III.

patriotismo”¹⁹¹, e continua sua homenagem destacando o quanto esse cearense elevava o nome da terra de berço: “*Eis a traços largos a biografia desse patricio que na cátedra, quer como professor do ginásio quer como Diretor do Colégio Florêncio, e na Imprensa, tanto política como literária, tanto honrou o nome cearense*”¹⁹². Para finalizar instituindo exemplos: “*À força do caráter, a golpes de vontade inquebrantável [...] abriu caminho por entre mil tropeços e conseguiu colocar-se em posição prestigiosa e invejável na sociedade baiana. Eis um que pode servir de modelo aos moços de todos os tempos*”¹⁹³.

Porém, não eram apenas homens que Studart inseria nesse “panteão da memória”, e também não eram apenas cearenses. Guilherme Studart esteve preocupado com uma história das terras alencarinhas, mas também com a história nacional. Dessa forma, os “mortos do instituto” deveriam ser exemplos de cidadão e contribuir para a “glória do país”. É certo que poucas foram as mulheres sobre as quais Studart escreveu, seja no “Dicionário Bio-Bibliográfico”, seja na Revista do Instituto.

Uma delas era a baiana Ignez Sabino, falecida em 1911, e, nesse escrito, Studart sublinha que são poucas as mulheres que conseguem realizar produções literárias. Por isso, ela merecia um destaque na imprensa nacional:

A imprensa nacional, e grava injustiça vai nisso, deu ao seu desaparecimento ligeiras referências. Não são muitos entre nós os nomes femininos a subscrever produções literárias e pois mal se compreende essa parcimônia, tratando-se de quem possuía cultura pouco comum, de quem fazia honra ao seu sexo e se mostrou com os melhores títulos a figurar na galeria conspícua em que se enfileiram para a glória do país¹⁹⁴.

Guilherme Studart desejava elevar-se ao patamar de alguém exemplar em vida. Desejava manter viva a sua memória após a morte, ressaltando, principalmente, duas características: religioso e patriota. Ou seja, três elementos se sobressaem nos seus escritos: a religiosidade, o patriotismo e a memória.

Buscando sempre se colocar como um legítimo dentro desse panteão de dignidades, ao escrever sobre Vicente Candido Figueiredo de Saboia, fez uma genealogia informando até o tataravô de Saboia, com a finalidade de informar que este último era também seu avô em quinto grau. Após essa genealogia e a busca pelo parentesco em comum, Studart fez uma breve biografia de Vicente Saboia, demonstrando sua importância para os estudos da medicina no país, justificando seus títulos de Conselheiro, Barão e Visconde.

¹⁹¹ STUDART, Guilherme. Os mortos do Instituto do Ceará. *Cit.*, p. 374.

¹⁹² Idem. *Ibidem*, p. 375.

¹⁹³ Id. *Ibid.*

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 372-373.

Essas características, portanto, são elementos de uma escrita autobiográfica, pois, embora ele escrevesse para falar de outros, não perdia de vista a escrita de si: ressaltava sempre sobre aqueles que mereciam estar no “templo da história”, o seu patriotismo e a sua religiosidade, para que não caísse no esquecimento. Isto é, ressaltava qualidades suas para que ele próprio fosse lembrado, deixando isso mais claro no seu testamento.

A memória é, inclusive, uma das grandes preocupações de Guilherme Studart, ou melhor, o esquecimento. Dessa maneira, esses textos são, também, autobiográficos, pois colocam alguns em um panteão da memória, colocando-se nele. Assim, produz textos como “Datas e Fatos” e o “Dicionário Bio-Bibliográfico” ou homenageando os que faleceram, pondo-os em distinção, como símbolos do patriotismo e do catolicismo.

Ser sócio dos Institutos Históricos era, para Studart, um ato de patriotismo enorme. É dessa forma que exalta as qualidades de João Nepomuceno Torres, outro baiano:

houve, todavia, para o nosso extinto confrade um outro campo de ação no qual sua atividade se manifestou assombrosa e seu patriotismo revelou-se acima de todo elogio; quero referir-me ao seu amor e serviços ao Instituto Histórico da Bahia, de que foi por muitos anos o primeiro secretário e cuja “revista” redigiu¹⁹⁵.

Chama atenção para a quantidade de homenagens póstumas que Studart escreve para sócios baianos. Sua estadia enquanto estudante de medicina nesse Estado lhe possibilitou circular por uma elite baiana, ingressando, inclusive, na Sociedade São Vicente de Paulo durante esses anos. Outro baiano, nesse sentido, foi o Dr. Satyro de Oliveira Dias¹⁹⁶, médico e político, chegando a ser nomeado como presidente da Província do Ceará em 1883. No entanto, o que Studart enfatiza de mais importante na sua administração como Presidente da Província, é “*a chegada e posse do segundo bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira*”¹⁹⁷. Mais uma vez, revelando a sua ligação com esse bispo, que lhe indicou o título de “Barão”.

A caridade também era ressaltada por Studart. Mesmo não informando exemplos concretos dessa caridade, afirmava em suas necrologias que o determinado homenageado era um baluarte da caridade, assim como fez com Ernesto Senna: “*deixou de si nome igualmente perdurável [como para a sua profissão de jornalista] por seus sentimentos de caridade e filantropia. Era um bom soldado dedicado da abolição dos escravos, propagandista da República*”¹⁹⁸.

¹⁹⁵ STUDART, Guilherme. Os mortos do Instituto do Ceará. *Cit.*, p. 364.

¹⁹⁶ Assim como o João Nepomuceno, faleceu em 1913, mas, como não houve essa seção nos anos de 1912 a 1914, Studart colocou seus nomes no ano de 1915.

¹⁹⁷ STUDART, Os mortos do Instituto do Ceará. *Cit.* p. 396.

¹⁹⁸ STUDART, idem. *Ibidem.* p. 368.

Essa seção foi publicada até 1920. Ainda assim, em 1919 produziu uma necrologia que foi publicada fora dessa seção. Além disso, em outros anos produziu textos que foram publicados para homenagear sócios considerados ilustres e merecedores de honras. São os textos escritos por ocasião das mortes de Eduardo Prado, Antônio Bezerra Capistrano de Abreu e Thomaz Pompeu de Souza Brasil, respectivamente, publicados na Revista do Instituto nos anos de 1919, 1921, 1927 e 1929. A estrutura dos textos é parecida com os da seção existente para esse fim: expõe a filiação, a profissão e as qualidades do membro do Instituto que homenageia.

Para Capistrano, com quem se correspondia e a quem foi comparado quando da sua morte, Studart escreveu sobre sua vida, informando sua filiação, sua juventude – inclusive ressaltando que foram contemporâneos de Atheneu Cearense na década de 1860 – e sua profissão, destacando a sua ação intelectual assumindo uma cátedra no Colégio Pedro II. Depois se ateu à morte de Capistrano:

João Capistrano morreu no Rio de Janeiro de pneumonia gripal, cercado dos carinhos da família e de muitos dos seus amigos e discípulos. Sua agonia começou às 13 horas de 12 de agosto e finalizou às 5 e 25 minutos de 13. O enterro foi feito à mão até o cemitério S. João Baptista, nele tomando parte o que de mais notável e escolhido havia nas rodas intelectuais do Rio de Janeiro¹⁹⁹.

Vale destacar que Studart não presenciou tais eventos, soube deles e os descreveu a partir de outros, de jornais, homenagens e correspondências que recebeu sobre o assunto²⁰⁰. Guilherme Studart teve tempo para pensar sobre a morte do amigo, já que esse texto foi publicado ao final daquele ano, meses após a morte de Capistrano. Vale ressaltar ainda que boa parte da necrologia feita para Capistrano e publicada por ocasião da sua morte, como a filiação, a sua formação, a obra bibliográfica já tinha sido publicada no *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. A única parte inédita é a que Studart se refere à morte e ao cortejo e sepultamento de Capistrano.

A morte de alguém que lhe era próximo, mesmo que morando longe, deve ter ecoado na mente de Studart, que, à época, já contava com setenta e um anos de idade. Ele produziu e registrou seu testamento no mesmo ano da morte do amigo e, embora alegasse doença para essa produção, o falecimento do amigo pode tê-lo feito refletir sobre a própria finitude, sendo um dos gatilhos para a produção do documento testamentário.

¹⁹⁹ STUDART, Guilherme. João Capistrano de Abreu – N a 23 de outubro de 1853; morte a 13 de agosto de 1927. *Revista do Instituto do Ceará do Ceará*. ANNO XLI - 1927, p. 245.

²⁰⁰ Sobre a morte de Capistrano e o trabalho de luto, notadamente o cortejo fúnebre, ver GONTIJO, Rebeca. **O Velho Vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853 – 1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013

Studart demonstrava pensar na morte, na finitude, tanto que falava e escrevia sobre. Assim, podem-se notar as sensações dele no enfrentamento desse fenômeno, já que destaca sempre a saudade, conclama às orações e à memória; discorre sobre os trabalhos de luto. E, em especial sobre Capistrano, a sua agonia das últimas horas e o cortejo fúnebre. Essa morte, mormente, aflorou a sensibilidade de Studart em relação à sua finitude, não por acaso escreve um texto em sua homenagem e publica outro, uma correspondência recebida, tratando da morte de Capistrano.

Das primeiras necrologias às últimas, Guilherme Studart sempre teve como faróis de destaque a religião e a pátria. Sempre salientou essas características, até mesmo, e principalmente, no seu *testamento post-mortem*. Assim, essas características dão ares de autobiografia aos escritos de Studart.

Empreendimentos como o *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*, alocações nas assembleias da Sociedade Vicentina, seções na Revista do Instituto, são todos utilizados para perpetuar a memória – em derradeira instância, a memória de si. Essas produções biográficas feitas por Studart são permeadas por sentidos, expectativas, camadas de significação e de tempo²⁰¹.

Como Studart escreve para a posteridade, pensando em uma lição de moral, pensando na perpetuação da sua memória, ele tentou pautar uma espécie de “dever de memória”, que induz uma relação afetiva, moral com o passado. O seu desejo é perpetuar a sua memória, para que ele não caia no esquecimento. Para que ele seja lembrado como um exemplo de patriota, católico, intelectual e caridoso.

²⁰¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

4. ASSIM NA VIDA COMO NA MORTE: CARIDADE E SALVAÇÃO

4.1. O apóstolo da caridade.

As ações de caridade se davam de duas formas: individual ou institucionalizada. A ação caritativa de Guilherme Studart pode ser percebida a partir do seu acervo de correspondências passivas – já discutido no primeiro capítulo desse trabalho –, a partir da sua atuação em sociedades filantrópicas, notadamente a Sociedade São Vicente de Paulo, e a partir do seu testamento *post-mortem*.

A utilização do testamento, da *última vontade*, para a realização de caridade remete ao ensinamento cristão da bondade, da misericórdia. A caridade é tida aqui como um sentimento cristão, que remete ao amor de Deus, à benevolência, à compaixão, ao bom coração, que deveria não se restringir à esmola, mas abarcar todas as relações com os semelhantes²⁰².

O termo "caridade" é mais usado no sentido de fazer o bem e ser generoso para com os necessitados, algo que a Bíblia encoraja: “*Se alguém tiver recursos materiais e, vendo seu irmão em necessidade, não se compadecer dele, como pode permanecer nele o amor de Deus? Filhos, não amemos de palavra nem de boca, mas em ação e em verdade*”²⁰³. A caridade pode ainda ser entendida, no sentido bíblico, como equivalente ao amor, pois seria a expressão máxima do puro amor de Jesus que deu a vida para a salvação de todas as pessoas.

Dentre os ensinamentos cristãos, portanto, a caridade é um pilar. Solicitavam-se missas, sufrágios e partilhavam-se bens, mas o bom cristão, o merecedor da misericórdia e salvação eterna, também lembraria de ajudar o próximo²⁰⁴. Para além da bondade com o outro, desejava-se parecer merecedor da salvação eterna, ou seja, não era apenas a preocupação com o outro, mas uma preocupação consigo, com a sua salvação após a morte. Como se a caridade, a bondade, o pensamento no próximo levasse à salvação eterna. Além

²⁰² “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como o bronze que soa, ou como o címbalo que retine. Mesmo que eu tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência; mesmo que tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se não tiver caridade, não sou nada” (1 Coríntios 13:1,2: **BÍBLIA SAGRADA**. São Paulo: Paulus, 1990 (Edição Pastoral).

²⁰³ 1 João 3:17-18. Idem.

²⁰⁴ No enfrentamento da morte, era preciso justificar a vida, mostrando-se clemente com o próximo, com os necessitados. Por isso deixar esmolas para os pobres; por isso ser caridoso. “*Aqui e lá, em epitáfios da época imperial surpreendemo-nos ao ler que o defunto ‘amava o pobre’ (linguagem reveladora de uma moralidade popular pagã) ou tinha piedade de todos*”. VEYNE, Paul. **Pão e Circo**: sociologia histórica de um pluralismo político. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 41.

disso, havia ainda uma preocupação com a sua imagem em vida, como Studart, que desejou mostrar-se como baluarte da caridade, confundindo-se com a Sociedade Vicentina.

De antemão, a prática da caridade remete à formação do cristão e a busca da salvação. Portanto, a caridade remete à teleologia cristã, pois denota a uma finalidade, que é, em última instância, a salvação eterna. A caridade surge a partir de Cristo e as bem-aventuranças: *“porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me acolhestes; estava nu, e me vestistes; adoeci, e me visitastes; estava na prisão e fostes ver-me”*²⁰⁵.

Com São Tomás de Aquino estrutura-se a caridade, dado que para ele, a salvação se dava pelas obras; para além da fé, eram as obras em vida que garantiria a salvação eterna. Portanto, para a Igreja Católica, a maior das virtudes teológicas é a caridade, que juntamente com a fé e a esperança formam as três virtudes que norteiam os fiéis para serem habilitados a viverem como filhos de Deus. Em algumas traduções bíblicas, a caridade é traduzida como “amor”, sendo um dos maiores dos mandamentos: *“Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, [...] este é o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes”*.²⁰⁶

Ao longo do tempo, o termo caridade pode ser confundido com filantropia ou beneficência, pois todos esses termos referem-se à prática de doações em benefícios ao outro. No entanto, a caridade ganha uma concepção católica, enquanto a filantropia tem um caráter laico. Nos anos em que essa pesquisa se debruça, esses termos, somados com as sociedades de socorro-mútuos, são confundidos pelo próprio poder público, como demonstrou a historiadora Cláudia Viscardi²⁰⁷. Essa ação caritativa ou filantrópica pode partir da iniciativa individual ou institucionalizada. No sentido amplo, é a preocupação com o bem-estar coletivo²⁰⁸.

Até meados do século XX, muitas eram as sociedades/instituições caritativas, filantrópicas ou de socorros-mútuos no Ceará – e no Brasil. Para tais instituições, fazia-se

²⁰⁵ Mateus 25: 35-36: Ibidem.

²⁰⁶ Marcos 12: 30-31: Ibid.

²⁰⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 117-136.

²⁰⁸ *“Analogicamente, estabeleceu-se entre a beneficência individual e a assistência pública uma coexistência em que cada uma, completando-se, procura à sua maneira a felicidade social. O desenvolvimento da filantropia laica contribuiu igualmente para tornar mais enérgica a atividade caritativa cristã, individual e institucional. A utilidade das iniciativas filantrópicas é incontestável: foram muitas vezes um verdadeiro amparo para os necessitados, procuraram atenuar as sequelas da deteriorização material e dos ‘reverses da sorte’ na vida dos pobres e combater o laxíssimo social”* GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força** – história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar. s/d., p. 280.

necessária a existência de membros, que, a depender da instituição e seu tipo, poderiam ser de diferentes estratos sociais.

A Sociedade de S. Vicente pode ser um exemplo de sociedade caritativa e como essa caridade se dava no tempo. De forma institucionalizada, ligada à Igreja Católica, sendo precedida por regras de conduta dos membros, regras para a realização dessa ação, regras para se apresentar como um possível recebedor dessa caridade eram necessárias.

No Ceará, entre o final do século XIX e início do XX, segundo o historiador Antonio Nelorracion, “*a piedade é um sentimento supremo, a partir do qual se desdobram os demais valores humanos e sociais*”²⁰⁹. A relação das sociedades e associações caritativas com o Estado era dúbia, pois, ainda segundo Viscardi, “*ao mesmo tempo em que eram organizações de direito privado, exerciam funções públicas*”²¹⁰. Era, portanto, o recurso utilizado pela sociedade para penetrar, ocupar e cumprir uma função de assistência social pelo Estado. No entanto, “*isso não significa autonomia de atuação dessas duas esferas (o Estado e a caridade), muito pelo contrário, elas muitas vezes se associavam informalmente num esforço comum na resolução de problemas sociais*”²¹¹.

Cabia ao poder público fiscalizar tais instituições de caridade. Contudo, mesmo desempenhando uma função que reconhecidamente deveria ser do poder público, essas associações viviam recorrendo à comunidade para solicitar recursos para sua manutenção e atuação. No caso específico do Estado do Ceará, a solicitação à população era feita via imprensa, apelando para o sentimento da piedade²¹².

Destaca-se a importância da imprensa nesse projeto de Studart, tanto que ele chamou atenção dos membros vicentinos para a importância de uma revista para a instituição: “*É lamentável dizer que os confrades vicentinos ainda não quiseram capacitar-se da alta importância do seu órgão na imprensa. Em nossos dias a imprensa vale tudo, é a arma mais temível, a alavanca mais poderosa. Sem ela nada faz, nada se pode fazer*”²¹³.

A imprensa era importante ainda para divulgação das ações da instituição e, em última instância, para vinculação do nome do Barão de Studart. Assim, na assembleia de abril

²⁰⁹ FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **'Lazarópolis': a lepra entre a piedade e o medo** (CEARÁ, 1918-1935). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza-CE, 2011, p. 116.

²¹⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 122.

²¹¹ FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. *Op. Cit.* p. 95.

²¹² O historiador Antonio Nelorracion Ferreira discorreu sobre esse tema, vinculando a caridade com a questão da lepra no Ceará no início do século XX.

²¹³ CEARÁ. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. 1931, jan-fev. p. 01.

de 1915, Studart convida o jornal “Correio do Ceará”. A reportagem foi publicada da Revista do Conselho Metropolitano de maio do mesmo ano. A imagem de Studart se fortalece com o apoio da imprensa local que, nessa publicação afirma: o trabalho do valoroso católico é um monumento de grandeza para a sociedade vicentina e um testemunho da fé e da piedade do digno presidente do Conselho Central de Fortaleza²¹⁴.

Esse jornal, certamente, não foi convidado para essa assembleia à toa, mas porque tinha orientação católica e para fazer uma propaganda da instituição e da Igreja de forma mais ampla. Após receber os agradecimentos do Bispo presente à assembleia, a reportagem encerra agradecendo de volta ao clero cearense: nós também felicitamos os bravos confrades, de quem somos profundos admiradores, agradecemos ao príncipe da Igreja Cearense o testemunho público de seu patrocínio e apoio às nossas ideias²¹⁵.

A caridade se torna um instrumento de poder, pois é vista como algo essencialmente bom, um valor universal da Igreja Católica e, desta forma, praticamente inquestionável. No entanto, a caridade não se dá no vazio, se faz necessária à existência de pessoas carentes, em situação que presuma ajuda, como doença, desemprego, falta de alimentos, roupas, moradia, enfim, é necessário a existência da pobreza para que haja o caridoso, a instituição de caridade. Não interessa o fim da pobreza, mas antes, ações paliativas que proporcionam conforto momentâneo, que justifiquem a riqueza material de alguns e demonstre como aquele que pratica a caridade é bondoso e necessário para o funcionamento da engrenagem social.

É também um alento para os que precisam, colocando no horizonte, mesmo que distante e dificilmente alcançável, a possibilidade de melhores condições sociais. A caridade é posta a partir das relações de poder, pois é uma forma de dominação mais sutil, já que domina oferecendo, agradando, colocando os mais abastados como “bons”, naturalizando as relações sociais. A caridade praticada a partir de instituições se diferencia do apadrinhamento²¹⁶, pois é posta em um mundo urbano, institucionalizada, com regras e preceitos. Assim, na esteira do pensamento de E. P. Thompson, é necessário decodificar os comportamentos, as formas de expressão simbólica, revelando regras invisíveis; é necessário perceber a sua historicidade²¹⁷.

²¹⁴ Idem. Ibidem, p. 76.

²¹⁵ Id. Ibid.

²¹⁶ Entendida aqui a partir do historiador Régis Lopes, baseado em laços de confiança e veneração: O apadrinhamento é um princípio básico, mas guarda dimensões dissonantes, sobretudo quando a dominação chega a determinados níveis de exploração ou violência. Portanto, é preciso perceber o compadrio como um campo de acordos e conflitos, nem sempre explícitos. RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Papel passado**: cartas entre devotos e o Padre Cícero. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2001, p. 50.

²¹⁷ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A Província (e depois o Estado) do Ceará torna-se um local propício para o desenvolvimento de ações de caridade e a proliferação de instituições voltadas para esse fim. Dessa forma, é também por isso que a Sociedade Vicentina se fez tão forte no Ceará e por isso Studart se vinculou a ela, atuando de forma decisiva para o seu crescimento. Ela se agiganta no Ceará como demonstra o relatório de junho de 1898, lugar de tantas mazelas sociais e pobreza:

A Sociedade de S. Vicente encontrou sem duvida no Ceará sua terra prometida. Bem o vistes o nosso último relatório. Somos mais de 2000, socorremos e encaminhamos para o bem e para a verdade quase 600 famílias, mantemos cinco escolas primárias, são inúmeros os atos de acrisolada caridade, de que vão dando exemplo consolador nossas conferências que atingem quase a uma centena, isto é, a pouco menos da metade das conferências todas do Brasil, mas não podemos trazer o espírito descansado, nem nos considerar senhores absolutos do terreno enquanto não tivermos garantido completa influência na escola, enquanto a infância e a mocidade não estiverem saturadas dos puros ideais, que pregamos com a palavra e com o exemplo, que é a melhor das lições, que é uma lição viva.²¹⁸

De fato, a Sociedade de S. Vicente se fez forte no Ceará entre o final do século XIX e início do XX, se tornando a maior em número de conferências de todo o território nacional. Com seiscentas famílias assistidas 1898, em ações de caridade que não se restringiam ao âmbito material, preocupando-se com a educação das crianças, mantendo escolas primárias e buscando o aperfeiçoamento moral delas, educando-os para o futuro. Dessa maneira, a caridade para essa instituição não se dava apenas na esfera material, mas também moral e espiritual, socorrendo e encaminhando “para o bem e para a verdade”. Aliás, para receber a caridade dessa instituição se fazia necessário estar inserido dentro de uma lógica do merecimento, ou seja, ser católico praticante com todos os sacramentos e obediente a todas as regras da instituição. Portanto, a caridade não recaía a qualquer pobre necessitado, havia uma seletividade na prática caritativa.

Antes de destacar esses aspectos morais e espirituais ou o método para a realização das doações, é preciso salientar a importância daqueles que precisam da caridade, pois é a partir da existência da pobreza e vulnerabilidade de alguns que outros se tornam bons e caridosos. Como acentuou o ainda Doutor Guilherme Studart, o Ceará era a “terra prometida” da Sociedade Vicentina, pois se encontrava nessa terra um grande número de desvalidos, flagelados, pedintes, necessitados. Era a Canãa dos vicentinos, a terra que emana leite e mel, ou seja, pobres, pobreza, miséria.

²¹⁸ CEARÁ. *Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo*. Nº 7 e 8 – julho e agosto de 1898, p. 69.

Um exemplo de situações onde se faziam necessárias ações das instituições de caridade, eram os flagelos da seca. O Barão de Studart, à frente da Sociedade São Vicente de Paulo, em seu discurso de abertura da sessão de março de 1916 afirmou que

mais uma vez, caros confrades vicentinos, a história atual da nossa associação se liga estreita, indissolúvelmente à história dos grandes infortúnios da nossa terra querida; procuremos todos escreve-la como em épocas anteriores de modo a fica assinalado por provas indestrutíveis que de acordo com as suas tradições e em cumprimento religioso de suas Regras a Sociedade de São Vicente só teve a peito interesses alheios, sacrificou-se contente ao amor e à felicidade do próximo.²¹⁹

Destarte, outra vez Guilherme Studart atrela, enquanto presidente do Conselho Central dos vicentinos no Ceará, a instituição à necessidade da existência dos pobres e em situação de vulnerabilidade, associando a instituição “à história dos grandes infortúnios”. Além de querer se fazer um braço reconhecidamente importante na assistência social daqueles que mais precisavam, ainda colocava os Vicentinos como aqueles que “faziam o bem, sem olhar a quem”.

Studart afirmou, anos mais tarde, que nem todos poderiam ser confrades, comparando-os a um sacerdote, pela missão, já que, para ele “*a vida do vicentino é uma vocação especial, efeito prodigioso da graça divina, que lhe não é lícita desprezar. Evangelizadores dos pobres é a expressão com que os livros sagrados designam os apóstolos da caridade*”²²⁰.

O Barão de Studart valoriza ainda mais a obra vicentina, colocando-a como uma vocação divina, pois, “*os vicentinos são chamados para esse ministério edificante de levar um pouco de luz aos deserdados da felicidade e conduzi-los pelos caminhos da salvação*”²²¹. Ou seja, além de socorrer os necessitados da fome e da miséria, era preciso também socorrer as necessidades da alma, colocar o receptor da ação vicentina nos trilhos da salvação, dobrando a carga de responsabilidade dos confrades e consubstanciando àqueles que receberão a caridade para apenas os que professem e estejam inseridos na fé católica, estabelecendo uma lógica do merecimento.

E para uma missão tão edificante, tão árdua (como faz querer parecer), é preciso uma vocação especial, pois, segundo Studart, “*é certo que para o desempenho dessa missão, Deus escolhe almas incomuns, não sendo, destarte, permitido aos que se sentem atraídos à*

²¹⁹ CEARÁ. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. nº 03, março de 1916, p. 34.

²²⁰ CEARÁ. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. set-out de 1932, p. 01.

²²¹ Idem. *Ibidem*.

*vida de confrade vicentino fugirem a tão imperioso chamamento*²²². Portanto, o que se vê é a tentativa de valorização do trabalho dos confrades e da obra vicentina, colocando-os como superiores, chamados por Deus, “almas incomuns”, pois, assim como os sacerdotes da igreja deveriam guiar o seu rebanho, o sacerdócio dos vicentinos seria evangelizar os pobres e “*cuja prática virá a depender a sua eterna recompensa*”²²³, ou seja, o reconhecimento e a salvação.

O conteúdo da revista do Conselho Central de maio e junho de 1901 foi composto apenas pelo discurso de Studart, que fez uma “sucinta exposição” dos donativos à instituição e sua atuação durante a seca do ano anterior:

é a seca a magna e a vital questão para a família cearense, o problema que dificulta a marcha regular da nossa vida social, problema que encerra e explica todos os tormentos da existência desta terra infeliz em quadras que se repetem em períodos mais ou menos determinados.²²⁴

Como já referido anteriormente, as secas eram períodos em que se multiplicavam as calamidades e misérias sociais, tornando-se uma situação favorável para a atuação de instituições de caridade. Como indica esse exemplar da revista do Conselho Central, são também nesses momentos que se proliferam as doações a associações dessa natureza. Era preciso aporte financeiro para cumprir a sua missão e com esse intento, divulgou-se a circular “*dizendo com as cores da verdade suas circunstâncias precárias e implorando um óbolo aos nossos irmãos mais afortunados do Norte e do Sul do país no intuito de manter o costumado socorro às centenas de famílias*”²²⁵.

O teor da circular tenta transportar o estado de calamidade para os alvos da correspondência, amplamente divulgada, falando em “*consequências terribilíssimas, que promanam fatalmente de tão pavorosa situação [...] A fome surge e impera e com ela seu cortejo de miséria*”. Em seguida, vem o pedido:

“falta-nos já os recursos para manter as centenas de família, na quase totalidade mulheres e crianças, de que estamos encarregados. [...] Dispensae [sic] em favor dos nossos pobrezinhos um pequeno óbolo[sic] e terei feito um ato agradável a Deus e contentado a vossa consciência e vos constituireis dignos de eterna gratidão desses infelizes, que vos estendem as mãos súplices e vos fazem por nosso intermédio apelo supremo”.²²⁶

²²² Id. Ibid. Grifo nosso.

²²³ Ibidem, p. 02.

²²⁴ CEARÁ. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. números 5 e 6 – maio e junho – 1901, p. 49.

²²⁵ Idem. Ibidem, p. 51.

²²⁶ Id. Ibid., p. 52.

Dessa forma, o já Barão de Studart fez funcionar a sua rede de relações, na qual solicitava dos mais afortunados para aqueles que mais precisavam, sendo a ponte, por meio da sociedade vicentina, para que se efetuasse a caridade. Ele se coloca como a voz dos “infelizes” que precisam de ajuda. Demonstra que são pessoas indefesas, em sua maioria, mulheres e crianças. Lembra que ao ajudar há recompensas, pois é “um ato agradável para Deus”. E para ter ainda mais substância no seu pedido, a Circular é assinada por vários nomes da sociedade cearense, sendo encabeçada por Studart.

Assim, quase que como um vendedor que expõe as qualidades do produto que hora deseja vender, Studart demonstra os efeitos da Circular e discorre sobre as doações recebidas de todo o país. Ainda colocou em tela como essas doações foram aplicadas, que, segundo ele, “*enorme em grandeza de sentimentos que os produziram, pequenas diante da enormidade das nossas necessidades*”. Nessa distribuição, o Conselho Central ficou com a maior parte, sob a justificativa de que era esse “*a base desse edifício a cuja sombra se tem vindo abrigar tantos infelizes, o centro de inúmeras obras de caridade*”²²⁷.

Além de distribuir recursos para as conferências da capital e do interior, a “Despensa dos Pobres” também foi contemplada, bem como as “*242 famílias necessitadas, compostas de 933 pessoas, que não estando adotadas aos socorros semanais das conferências apelaram para o auxílio da Sociedade*”. As doações arrecadadas, portanto, tinham a finalidade de manter a sociedade vicentina no Ceará, ajudando-a a manter as obras de caridade no período de calamidade, inclusive de forma direta a famílias necessitadas, embora a maior parte ficasse a cargo o Conselho Central da instituição.

Se em 1898 eram 600 famílias socorridas pela instituição, em dois anos o número quase que dobrou, sendo 1.015 famílias no ano de 1900, compostas de 4.798 pessoas que “*receberam por seu intermédio a vida da alma com a esmola material*”²²⁸. Assim, Studart apresentou o quadro da associação e os resultados das ações de caridade postas em prática. Em anos de calamidade, o número de necessitados crescia, possibilitando também o crescimento da Sociedade de S. Vicente e o seu reconhecimento público, criando-se um ciclo: na ocorrência de flagelos, maior era a ação da instituição e, ao atender a um maior número de pessoas, maior se tornava o seu prestígio e seu reconhecimento e, portanto, maior era o número de pessoas que a procuravam.

Segundo Guilherme Studart, um dos motivos para esse crescimento e para o sucesso da instituição no Ceará, era a sua aliança com a Igreja Católica:

²²⁷ Ibidem, p. 54.

²²⁸ Ibid., p. 56.

Um dos motivos a que se deve atribuir o rápido e eficaz desenvolvimento da Sociedade de S. Vicente de Paulo no Ceará é sem dúvidas a íntima harmonia, a aliança estreita, a submissão incondicional em que ela capricha por manter-se em todos os seus atos, nas fases mais comezinhas como as mais sérias de sua existência, em uma palavra em todas as suas relações com o egrégio Chefe da Diocese do Ceará²²⁹.

A Sociedade Vicentina procurou estar sempre em sintonia com a Igreja, sempre obediente. Essas saudações à autoridade eclesiástica presente nas reuniões da Sociedade Vicentina são indícios da relação de Guilherme Studart com o “egrégio chefe da diocese”, à época Dom Joaquim José Vieira, o mesmo que, dois anos após essa alocução de Studart, foi coautor do pedido de consentimento do seu título de Barão. São indícios também de como a relação com o citado bispo era diferente com Studart do que, por exemplo, com o Padre Cícero²³⁰, pois, enquanto Studart procurou estar em sintonia com a Igreja, em “submissão total”, Cícero foi contra as ordens da Igreja. Não à toa, Dom Joaquim indica o baronato para Studart e inicia o processo de excomunhão para Cícero.

Todos os discursos de Studart transcritos para a Revista do Conselho Central iniciam-se saudando a autoridade eclesiástica presente. Numa alocução de 1899, Studart expressa: “*Exmo. Sr. Dom Joaquim, amado Diocesano. Mais uma vez as Conferências de fortaleza vem por meus lábios patentear seu íntimo reconhecimento à crescente benevolência, que dispensais de modo tão paternal às suas modestas Obras*”²³¹.

Ao anunciar os resultados das ações das conferências no Ceará, como acima exposto, Studart afirmava que “*quanto alegre poder anunciar e louvar tal prodígio da caridade bebida nas doutrinas da religião em que felizmente comungamos*”²³². Meses depois, Studart afirmou que

Realmente o Ceará tem sido terreno fertilíssimo para o cultivo e o desenvolvimento desta associação que é o orgulho da Igreja Católica e força a admiração dos próprios adversários, mas esse espantoso progresso a que ela há atingido, como igual não há outro em seus anais consoante se nos manda dizer o próprio centro em Paris, é resultado dos sentimentos dos sacerdotes católicos para conosco. É filho do patrocínio generoso que nos dá o clero cearense.²³³

²²⁹ CEARÁ. Alocução proferida pelo presidente do Conselho Central na Assembleia Geral de 24 de junho de 1898. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. números 7 e 8 – julho e agosto de 1898.

²³⁰ O Padre Cícero, assim, como Studart, era um sujeito que operacionalizava a caridade no seu tempo.

²³¹ CEARÁ. Alocução proferida pelo presidente do Conselho Central na Assembleia Geral do primeiro domingo de quaresma. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. números 3 e 4 – março e abril de 1899.

²³² CEARÁ. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. números 5 e 6 – maio e junho – 1901, p. 56.

²³³ CEARÁ. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**, números 11 e 12 – novembro e dezembro – 1901, p. 118.

Além de reforçar o papel do clero cearense no desenvolvimento da instituição, reafirmando a sua aliança e submissão, a citação acima nos chama também a atenção para o fato de que a instituição presidida por ele não era unânime no Ceará, pois havia “adversários”, embora eles também reconhecessem a importância e grandiosidade da instituição. Isso leva a outro questionamento: por que a Igreja Católica tinha uma proximidade tão grande e apoiava tanto a Sociedade de São Vicente em detrimento de outras? Exemplo disso, como já citado, é que o mesmo bispo que foi coautor do pedido do título de Barão para Studart, foi o mesmo que buscou a excomunhão do Padre Cícero anos antes. Para além do mote político na questão do Juazeiro, fica claro que, enquanto Studart era próximo ao Bispo Dom Joaquim Vieira, o Padre Cícero quebrava essa hierarquia eclesiástica. O Barão de Studart seria o caridoso oficial, obediente, confirmando a hierarquia da Igreja, enquanto o Padre Cícero, na mesma época, ia de encontro a essa hierarquia.

Essa relação de obediência com a Igreja era também uma forma de legitimar a ação da instituição e os pedidos dela feitos à população mais abastada para socorrer os desvalidos. Mostrar-se obediente à Igreja, à prática de demonstrar que andavam lado a lado, legitimava os pedidos feitos e estimulava as doações. A caridade se dava, portanto, dentro da Igreja, submissa aos seus preceitos e párocos.

A caridade, entendida como uma virtude cristã de fazer o bem, de socorrer aos necessitados, é considerada uma virtude social. A prática da caridade, segundo Viscardi, tem algumas motivações, das quais destacamos a teoria da reciprocidade, onde a autora afirma que “*todas as relações de solidariedade preveem algum tipo de reciprocidade que é o retorno do bem (contradom), seja tardio ou indireto*”²³⁴. O retorno do bem não se daria em termos materiais, mas em alguma forma de benefício para aquele que doava, no caso, em uma forma de reconhecimento social.

Assim, tem-se uma face da caridade que se confunde com a filantropia, que é a face pública²³⁵. Em tese, a caridade deveria ser no anonimato, mas a busca pelo reconhecimento social faz necessária a sua publicidade. Mesmo que não seja de ampla publicidade, mas o reconhecimento social poderia ser pelo receptor da doação ou pelos seus pares. No caso da Sociedade São Vicente de Paulo, seguindo o seu estatuto, as contribuições eram públicas, visto que os membros falavam em viva voz sobre as famílias que desejam

²³⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 128.

²³⁵ “*Da mesma forma, atividade filantrópica, traduzindo o desejo humanitário de socorrer outrem, permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social. A caridade é pois um sentimento, e um comportamento, deveras complexo*” GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**. *Cit.*, p. 290.

ajudar e o quanto precisavam, constituindo-se assim numa oportunidade de afirmação de status e reconhecimento social.

Outra forma de reciprocidade dessa benevolência, das ações de caridade é a inclusão dela no plano de salvação eterna. Dessa forma, o medo e a piedade compõem a experiência da morte e do “bem morrer”. O medo da morte e *post-mortem* foram amplamente divulgados e difundidos pela Igreja Católica desde a Idade Média, numa concepção escatológica voltada para a pedagogia do medo. Já a piedade faz parte desse plano de salvação, porque, a partir da caridade, poder-se-ia mostrar-se um sujeito misericordioso e, portanto, merecedor da salvação eterna²³⁶.

Para o historiador Antonio Nelorracion, havia no Ceará, durante os primeiros anos do Século XX, uma “cultura da caridade” inspirada em sentimentos com a compaixão, ao mesmo tempo em que prevalece uma “*caridade impregnada de premeditação, que encontra nesta um meio seguro de salvação e um momento propício para o doador ostentar a sua riqueza, como manifestar publicamente os seus sentimentos de piedade*”²³⁷.

Nesse sentido, é um indicativo do desejo de perpetuar a memória, além do desejo de se mostrar como uma pessoa merecedora da salvação eterna, dispondo, inclusive, no testamento sobre doações a entidades religiosas ou de caridade; é uma forma de redimensionar a vida, é querer demonstrar que era um indivíduo caridoso. Portanto, observa-se nos testamentos a inclusão de cláusulas de dimensão material, espiritual e sentimental, mesmo no século XX, expondo as sensibilidades daqueles que têm a sua partida anunciada.

A atuação do Barão de Studart na Sociedade Vicentina deve ser ressaltada, visto que foi a partir dela que ele se constituiu como caridoso e em cuja atuação lhe rendeu o título de Barão. Essa associação é uma organização leiga, ideologicamente alinhada com o trabalho da Igreja, cujo objetivo era praticar a caridade e socorrer os pobres.

O seu método para tal fim constituía-se da oferta de socorro aos pobres²³⁸ por meio de doações. Também se oferecia apoio espiritual, já que um dos objetivos da instituição

²³⁶ Para Bronislaw Geremek, buscando uma historicidade da caridade, informa duas funções interligadas, destacadamente em sociedade cujos valores cristãos são arraigados, como a sociedade medieval: “*ela [a caridade] constitui, em primeiro lugar, o meio seguro de obter a salvação e, em seguida, uma ocasião para o doador ostentar as suas riquezas e manifestar publicamente os seus sentimentos piedosos*”. Idem. *Ibidem*, p. 26.

²³⁷ FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. *Op. Cit.*, p. 115.

²³⁸ Para Bronislaw Geremek, na mentalidade moderna, a pobreza é vista como um fenômeno negativo. O objetivo de sua investigação é discutir as mudanças de representação da pobreza e as reações coletivas. Portanto, a pobreza, bem como as sensibilidades que as envolvem, são objetos fluidos e escorregadios: “*E, aqui, chegamos precisamente ao cerne da questão que nos ocupa: as mutações que as representações da pobreza e as reações coletivas face à miséria sofrem ao longo dos séculos. Sublinhe-se que, tratando-se precisamente de mutações de atitudes e sentimentos, estamos perante um fenômeno dificilmente perceptível, de foro da psicologia social, onde as transformações se produzem ao retardador; elas mexem, de fato, com comportamentos que parecem*

era a conversão dos assistidos: “*levar consolações aos enfermos e aos encarcerados, de instruir as crianças pobres, desamparadas ou reclusas, e de prestar socorros religiosos aos que deles carecerem em artigo de morte*”²³⁹.

Sobre os objetivos, os deveres dos confrades e as obras Vicentinas, Studart afirmou em discurso transcrito para a revista do conselho central em 1898 que:

Eu poderia dizer-vos que hoje mais do nunca, atento às críticas circunstâncias que todos atravessam, se torna dia a dia premente, imperiosa a necessidade de estender a propaganda e o proselitismo, ou lembrar que estão a impor-se, como assunto sério, inadiável, à nossa solicitude a aquisição de novos membros destinados a preencher as lacunas que se abrem a cada dia nas nossas fileiras tão dizimas por causas diversas, e a busca de donativos e esmolas que minguem a olhos vistos ao passo que as despesas crescem desmesuradamente pois que alguns preferem não sacrificar seus cômodos a fazer uma pequenino esforço, como há pouco verifiquei por ocasião magnífica de amplíssima colheita; poderia convidar vossa diligência para a execução dos alvos principais da nossa associação – a santificação dos próprios membros e a direção moral e religiosa das famílias socorridas; poderia lamentar [...] a tibieza e a indiferença que vão inutilizando certos confrades para o serviço delas a ponto de não serem assíduos às sessões, quatro apenas no mês, a às visitas domiciliares exigidas também em número de quatro como se não lhe viessem de atos tais, [...] não perderei o meu tempo em mostrar as vantagens de mantermos em pé de prosperidade as nossas belíssimas Obras das Adorações Diurna e Noturna, Reabilitação das uniões ilícitas, Ensino do catecismo, Obras das prisões²⁴⁰.

As visitas eram uma atividade substancial para o andamento das conferências, pois eram a partir delas que se verificariam as necessidades dos candidatos a recebedores das doações, além da observância dos pré-requisitos para de fato ser merecedor da ajuda dos vicentinos.

Nesse discurso, salienta-se o objetivo da associação: “*a santificação dos próprios membros e a direção moral e religiosa das famílias socorridas*”. O primeiro ponto ressaltado por Studart foi o benefício ao próprio confrade, a sua santificação pela obra, em vida, a recompensa daqueles que se sacrificam em favor dos pobres. Portanto, lembra que ajudar aqueles que precisam geraria uma boa recompensa: a salvação, a santificação. E socorrer os pobres significaria incorporá-los na moral cristã. Os pobres estão inseridos na moral cristão, sob a ótica daqueles que praticavam a caridade como instrumento para se alcançar a salvação e a fim de para se mostrarem bondosos, caridosos. Por causa disso, a caridade se torna um instrumento de poder e dominação. O merecimento, inclusive, dava-se mediante a aceitação desses preceitos. Assim, as obras de caridade, além das ações paliativas para matar a fome do

profundamente inscritos na natureza humana e com firmes raízes nas bases biológicas da vida social”. GEREMEK, Bronislaw. *Op. Cit.*, p. 13-14.

²³⁹ RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional, caixa 575, código 173.

²⁴⁰ CEARÁ. Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo. Números 5 e 6 – maio e junho – 1898, p. 45.

corpo, visavam a alimentar a alma daquele que estava desviado da moral cristã, como a “reabilitação das uniões ilícitas” ou o ensino do catecismo.

A existência de fileiras vazias também era uma das preocupações de Studart. O motivo que levava a esse esvaziamento, das sessões é passível de interrogação, mas enquanto o Barão de Studart esteve como presidente do Conselho Central do Ceará, por mais de quatro décadas, essas sociedades tiveram um salto quantitativo. Estando inserida em seu tempo, chegando ao Brasil enquanto Estado e Igreja se ligavam de forma simbiótica, essas sociedades integravam, pois, esse quadro assistencialista em voga no Brasil da época.

Durante o período das grandes secas que assolaram o Ceará nas últimas décadas do século XIX, as S.S.V.P ocuparam um lugar-chave na organização assistencialista. [...] Studart, com todo o seu veio assistencialista, filantrópico, que cultivava desde a juventude, engajou-se com fervor nesta causa liderando seu comitê central por longos anos²⁴¹.

Membro fundador da 1ª Conferência vicentina na Bahia, em 1876. Retornando à Fortaleza no ano seguinte, já como médico, continua com suas ações de caridade, visitando e ajudando os pobres flagelados da seca. Em 1883 incorpora a Conferência de Fortaleza, sendo eleito presidente do Conselho Central do Ceará em 1889, permanecendo no cargo por quarenta e dois anos, até 1931, alegando enfermidade para deixar o cargo.

Certamente, ao deixar o cargo de presidente do Conselho Central do Ceará, muitas homenagens lhe foram prestadas. Na transferência do cargo, é de chamar atenção para a presença de “pessoas estranhas”, além das autoridades religiosas do Ceará. Talvez essas presenças indiquem o reconhecimento social do Barão de Studart. O seu substituto também deveria ser alguém de reputação ilibada, ou seja, alguém que também fosse obediente à hierarquia eclesiástica: “*conhecido e distinto católico, sr. Raimundo Alencar de Araripe*”²⁴². Ao arcebispo da capital cearense, Dom Manuel da Silva Gomes, coube discursar nessa ocasião e dar posse ao novo presidente. Em seu discurso, transcrito para a revista vicentina, tece numerosos elogios ao Barão de Studart, destacando o seu ardor pela causa da instituição, “constituindo como que uma só e mesma coisa”, e fixando o seu lugar como presidente perpetuo da instituição no Ceará.

Mesmo após deixar o cargo, a Sociedade São Vicente de Paulo ainda lhe rendia homenagens, como no centenário da instituição, colocando o Barão de Studart como “*expressão máxima do sodalício vicentino do Ceará, a quem o Conselho Metropolitano rende*

²⁴¹ AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart**: memória e distinção. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002, p. 24.

²⁴² CEARÁ. **Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo**. nov-dez de 1931, p. 01.

a sua homenagem, na grande comemoração do centenário de fundação da Sociedade S. Vicente de Paulo”. Era a figura de Studart que encarnava a Sociedade Vicentina, que fez a sua vida se confundir com essa instituição no Estado do Ceará.

A atuação de Guilherme Studart como médico também proporcionava o contato com os mais carentes, frequentando abarracamentos, colônias e hospitais para tratar dos doentes. Contudo, destaca-se sua atuação como vicentino, pois o ideal primeiro da Sociedade São Vicente de Paulo era “*imitar a caridade de Cristo, e, a fim de respeitar e honrar o pobre, ver nele, segundo preceito evangélico, a pessoa mesma de Cristo*”²⁴³. É com sua atuação nessa instituição que ele reforça a imagem de “bom samaritano”: “*Realmente, o Barão de Studart foi uma reprodução viva e palpitante de Vicente de Paulo e Frederico Ozanam em terras cearenses*”²⁴⁴. Luís Sucupira ainda o qualifica como um “santo moderno”, já que “*a vida do ilustre cearense, beneditino da História, o Alexandre Herculano cearense, destacou-se de modo admirável pelo amor que tinha aos pobres e pela atenção que dedicava à obra vicentina, penhor da verdadeira caridade*”²⁴⁵.

A partir da Sociedade São Vicente de Paulo, há o que a historiadora Paula Virgínia denominou como “rede de caridade” entre o Barão, as famílias assistidas pela instituição e as famílias abastadas do Brasil. Esta “rede de caridade” constrói também uma representação de Studart como caridoso, “pai dos pobres”, “anjo da caridade”, “santo moderno”, “amado e querido pelos pobres da cidade de Fortaleza”²⁴⁶.

As suas ações de caridade não ficaram restritas apenas a instituições religiosas, deixando também reservado em testamento, embora não especificado no inventário, quantias para o Centro Médico – do qual também foi membro fundador – o Instituto Pasteur e Cruz Vermelha. Studart foi presidente da Associação Oswaldo Cruz de Fortaleza, que consistia basicamente numa liga destinada a buscar fundos e convencer políticos para a tarefa de fundar um Instituto Pasteur nas terras alencarinas. Um homem do seu tempo ligado à ciência e à religião, que se preocupou em perpetuar a sua memória, construindo uma imagem de um intelectual engajado e preocupado com os mais necessitados.

Retomando o aspecto religioso das suas doações nas “últimas vontades”, é importante lembrar que a caridade, embora seja um sentimento cristão nobre, tem o objetivo

²⁴³ SUCUPIRA, Luís. O Barão de Studart membro ilustre da Sociedade São Vicente de Paulo. **Revista dos Instituto do Ceará**. Tomo Especial: 1º Centenário de Nascimento do Barão de Studart. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956, p.111.

²⁴⁴ Idem. Ibidem, p. 115.

²⁴⁵ Id. Ibid., p. 119.

²⁴⁶ PAIVA, J. Barão de Studart – Atleta da Fé e Missionário da Caridade. **Revista dos Instituto do Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956, p. 244.

de beneficiar junto à corte celeste o próprio testador. Além de ajudar os necessitados, as instituições religiosas, de caridade e filantrópicas, destinou a quantia de setecentos mil réis para a celebração de missas em favor de sua alma.

Assim fez Bernardo Lustosa²⁴⁷, que produziu seu testamento em 1909, seis anos antes da sua morte, ao declarar a sua fé que protestou viver e morrer, desejando enterramento com simplicidade, em catacumba perpétua e simples. Deixou claro o que desejava que se celebrassem cem missas para a sua alma, para a que destinou a quantia de quinhentos mil réis, e mais cinquenta missas para seus pais, irmãos e parentes próximos já falecidos e para as almas em geral. Solicitou ainda que se distribuísse aos pobres, “*principalmente aos órfãos e viúvas honestas a quantia de quarenta mil réis e no dia do meu enterro se distribua com cegos e aleijados a esmola de mil réis a cada um*”²⁴⁸.

Da mesma forma faz Leopoldo de Araújo, nas disposições materiais, deixou quatrocentos mil réis para “fazer a caridade de distribuir entre os pobres envergonhados”, mas deixou seiscentos mil réis para se celebrar missas, sendo duzentos e cinquenta para se mandar celebrar cinquenta missas em favor de sua alma e trezentos e cinquenta para mandar celebrar setenta missas, “segundo a intenção que tenho em mente”.

Já Maria Theresa Franco de Sá Parrot²⁴⁹, que produziu seu testamento em 1898, dezoito anos antes de sua morte, designou que o bispo Antonio Xisto Albano, a quem conhecia de longa data, desde sua terra natal, no Maranhão, em sinal de confiança, agisse no sentido de

aplicar [recursos] aos seguintes fins: celebrar uma capela de missas, por alma dela testadora [o referido documento foi escrito pelo tabelião]; distribuir aos cegos mais necessitados do bairro do Sagrado Coração de Jesus, a quantia de cem mil réis em esmolas, e o resto empregar em benefício da igreja do Sagrado Coração de Jesus, até completar a quantia de trezentos mil réis.

Maria Carolina Vieira Cunha, que produziu seu testamento em 1911, quatro anos antes de sua morte, viúva e sem filho e herdeiros diretos, já “*doente de cama, mas em seu perfeito juízo e entendimento*”²⁵⁰, como atestou o tabelião, afirmou dispor livremente de seus bens, fazendo isso em favor da sua sobrinha e do asilo de mendicidade²⁵¹.

Os principais alvos da benfeitoria da caridade testamentais, em geral, eram a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo de mendicidade. Francisco Freire deixou para que o seu

²⁴⁷ CEARÁ. Cartório de órfão, pacote 87, número 11, caixa 04.

²⁴⁸ CEARÁ. Cartório de órfão, pacote 87, número 11, caixa 04.

²⁴⁹ CEARÁ. Cartório de órfão, pacote 87, número 25, caixa 04

²⁵⁰ CEARÁ. Cartório de órfão, pacote 87, número 14, caixa 04.

²⁵¹ Destinando para essa instituição a quantia de cem mil réis.

testamenteiro, a quem confiou a administração dos seus bens, o seu genro – a quem lhe parecia ser muito grato pela ajuda prestada – possa arbitrar e julgar a quantia para estas doações, para que cumpra as disposições de última vontade do testador. Mais importante do que a quantia lhe parecia a ação da caridade.

É de se chamar atenção para a seletividade dessas caridades postas nas últimas vontades. O cultivo desse sentimento (a caridade), não se dá no vazio. Tem a ver com a posição de classe. Ele é utilizado pela burguesia urbana como uma forma de justificativa de sua riqueza. Essa caridade não devia ser feita de qualquer forma, não deveria ser distribuída a qualquer cego, por exemplo. Como selecionar “viúvas honestas” (como solicitou Bernardo Lustosa) ou, o que Leopoldo de Araújo entendia como “pobres envergonhados”?

Do mesmo modo que Studart, o Padre Cícero era dado a caridade, juntou um grande patrimônio, como declarado em seu testamento²⁵² e os designou após a morte com interesses comuns: construir e ratificar a imagem de caridoso, exemplo de cristão, mercedor da salvação, enfim, construindo uma memória mitificada. Utilizou seu testamento para justificar sua riqueza e afirmação da caridade “*que estão no conhecimento de todos [...] visando assim fazer patrimônio para ajudar uma instituição pia e de caridade, que pudesse aqui continuar a sua obra benfazeja*”²⁵³.

Quem escreve o testamento, está pensando em ações futuras. Se seus bens eram provenientes de doações, o Padre Cícero já designou no testamento as doações futuras em favor dos Salesianos. O que ressalta, nesse momento, é o lugar daqueles que eram alvos das práticas caritativas. No caso do Padre Cícero, a sua caridade se dava sempre a partir dos recursos recebidos dos fiéis, das celebrações de missas, declarando que “*os dinheiros que tenho recebido para celebrar missa, conforme a intenção das pessoas que me têm dado, os tenho distribuído com maior critério, por intermédio dos padres e vigários desta e de outras dioceses religiosas do país e do exterior*”²⁵⁴.

É de se chamar atenção também para as quantias destinadas para ações em prol das almas dos próprios testadores e destinadas às ações de caridade. Bernardo Lustosa deixou cinquenta mil réis para missas em favor de sua alma, mais cinquenta para a de seus pais e

²⁵² Pela leitura do seu testamento, tem-se a ideia de um grande patrimônio, contudo, a questão da transferência de bens somada à má administração e o pagamento de impostos sobre estes bens, fez diluí-los, principalmente após a sua morte. Para Antenor de Andrade, Cícero era “*desapegado dos bens terrenos, o santo homem nem sempre se preocupava ou tinha condições de cuidar diretamente de ‘suas’ posses. Por isso mesmo morreu pobre. Por seu nome e por sua causa, muita gente cresceu e enricou. Não é só a cidade de Juazeiro do Norte que lhe deve esta graça*”. Testamento do Padre Cícero extraído de: SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador - BA: E.P. Salesianas. 1982, p. 323.

²⁵³ Idem. Ibidem.

²⁵⁴ Idem. Ibidem, p. 327.

irmãos e quarenta destinados às ações de caridade. Leopoldo de Araújo, que era monsenhor, portanto um religioso que viveu sob os preceitos da fé católica – ou foi assim que afirmou em seu testamento – destinou seiscentos mil réis para as ações em prol da sua alma e quarenta à caridade.

Parece que a preocupação com as missas e sufrágios em função da salvação da alma era maior do que a prática da caridade. Dessa forma, esta prática caritativa parece ser motivada pelo desejo de ampliar os ganhos pessoais do doador, garantindo a salvação da sua alma, a aprovação social, a justificativa da sua condição social e a gratidão do alvo dessa benevolência.

As solicitações de caridade nas últimas vontades levam a refletir sobre o lugar do cristão atrelado à condição social, principalmente sobre a figura daquele que recebe o donativo, pois quem pratica a caridade não está sozinho, ele necessita daquele que recebe a caridade para se salvar. A questão é se essa salvação era extensiva a quem recebia esse auxílio ou como o pobre ia se salvar sem poder fazer caridade.

Para Antonio Nelorracion, o doador e o receptor têm lugares bem definidos, o primeiro como piedoso, caridoso, merecedor da salvação eterna, e o segundo como o sofredor:

ao mesmo tempo em que o doador (benfeitor) vai sendo concebido como um sujeito piedoso/virtuoso, o seu outro – o sofredor – vai sendo colocado em determinadas relações, em que ele tem seu valor diminuído. Nessas relações vão sendo estabelecidos vínculos entre não iguais, que, ao mesmo tempo em que se auxilia o pobre, reforça-se mecanismos de coerção e submissão²⁵⁵.

Dessa forma, inseridos numa relação de poder, onde os benfeitores esperam a reciprocidade em troca, especialmente em reconhecimento social – demonstrando-se publicamente como alguém que merece a salvação eterna e do reconhecimento em vida – os receptores são peças-chaves no plano da salvação dos doadores. Sem os pobres, não haveria a salvação. O ensinamento cristão põe no seu horizonte a salvação ou redenção após a morte, mas, em vida, a sua função é sofrer, como Cristo. Os pobres, portanto, fazem parte do plano de salvação daqueles com melhores condições sociais. A doação é o instrumento de poder e o pobre é o instrumento da salvação daquele que doa.

Os que eram alvos da caridade, eram pobres e necessitados, buscavam ajuda aonde provavelmente a teriam, a exemplo de instituições leigas, como a Sociedade Vicentina e tantas outras no período, ou com pessoas que proporcionariam o alento esperado, como

²⁵⁵ FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. *Op. Cit.*, p. 115.

Studart ou o Padre Cícero. Mas a caridade devia ser feita com critérios, para alvos específicos, como os “pobres do sagrado coração de Jesus”; e não no anonimato, isto porque o doador se beneficiava com a sua prática/ação: obtinha reconhecimento social e, em última instância, a salvação eterna. Sem os pobres, como se praticaria a caridade? Como se obteria a salvação? É necessária a existência do pobre para que o rico tenha a salvação, é necessária a existência da pobreza para a manutenção do sistema.

A prática da caridade de forma institucionalizada é mais clara em relação ao lugar de quem é alvo dela. O estatuto da Sociedade São Vicente de Paulo previa que quando o vicentino conseguisse o apoio para ajudar uma determinada família, “*a ocasião, o número e o modo das visitas ficam cometidos à prudência de cada membro, como também os meios que hajam de empregar-se para introduzir no seio das famílias o amor da religião e a prática dos seus deveres*”²⁵⁶.

Deste modo, a proteção dos vicentinos só recaía sobre aqueles que fossem merecedores, impondo uma lógica do merecimento²⁵⁷. A doação estava condicionada ao merecimento do receptor, avaliado pelo conjunto de sócios²⁵⁸. Portanto, os beneficiados deveriam também seguir os preceitos do cristianismo, como o recebimento dos sacramentos e ter uma conduta moral reta. Logo, seja de forma institucionalizada ou individual, a caridade está inserida em relações de poder.

Enquanto a Sociedade São Vicente de Paulo buscava proporcionar o socorro mais direto aos desvalidos, o Barão de Studart incentivava outras obras de caridade, como o ensino do catecismo – afinal, uma das ações de caridade era a evangelização e um dos objetivos dos vicentinos era a conversão de fiéis para a Igreja Católica –, o estabelecimento de escolas primárias a cargo da conferência, bem como a instituição de uma cooperativa para auxiliar os enterros de confrades vicentinos.

Portanto, temos as formas de operacionalização da caridade, destacadamente de forma institucional, vinculada a uma lógica do merecimento. Embora motivado pelas crenças religiosas, uma virtude cristã e supervalorizada, não se tratava apenas de diminuir os sofrimentos dos necessitados, mas sim buscando benefícios próprios, como uma reciprocidade ou reconhecimento social.

²⁵⁶ Arquivo Nacional, caixa 575, código 173.

²⁵⁷ BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 35.

²⁵⁸ Como afirma Bronislaw Geremek, “*os critérios econômicos, só por si, não bastam para determinar quais indivíduos que deveriam ser considerados pobres*”. GEREMEK, Bronislaw. *Op. Cit.*, p 08. E, para os confrades da Sociedade São Vicente de Paulo, eram necessários outros critérios para definir se o candidato a receptor da caridade era apto a isso, destacando a orientação religiosa daqueles que receberiam as doações.

4.2. Na última vontade, a (última) caridade: a invenção da morte exemplar.

O Barão de Studart, “*vindo a morrer, doce e santamente, aos oitenta e dois anos de idade*”²⁵⁹. Além de se preparar de forma religiosa para morte, também se preparou de forma laica, política. Se na forma religiosa, queria mostrar-se como bom cristão, na forma laica, desejava ser lembrado como homem de letras.

Preroduziu seu testamento solene de próprio punho, utilizando-o como uma forma de escrita autobiográfica, fazendo um balanço de sua vida e, mais uma vez, produziu uma peça do arquivo de si, uma memória de si a partir de uma escrita de si, ou melhor, consolidou um seu desejo de perpetuar a sua memória, construindo uma identidade como médico, historiador, patriota, católico e caridoso: “*seu desejo era a perpetuidade em relação ao homem*”²⁶⁰ – desejo esse aparentemente alcançado, como indica o tomo especial da Revista do Instituto em referência à sua morte e outro ao seu centenário de nascimento.

Aqui, entende-se o testamento como uma escrita de si, mesmo que peculiar, assim como é o caso das correspondências, pois são desenvolvidas a partir da relação com o outro, uma escrita que favorece a subjetividade e a sociabilidade²⁶¹. A produção de testamentos²⁶² se dava muitas vezes como prestação de contas da vida, para a construção de uma imagem de bom cristão, devoto e caridoso.

Os testamentos contêm um elemento considerado decisivo dentro do gênero autobiográfico: o ato narrativo explícito²⁶³, já que procura emprestar mais “objetividade” aos fatos assim narrados, pois a autobiografia é uma interpretação da própria vida, do “eu” como sujeito, e compreende o ato de escrever sobre si, diferenciando, assim, de uma biografia. Em toda sua obra, Guilherme Studart construiu autorrepresentações constantemente reelaboradas.

É importante destacar a dimensão autobiográfica desse documento e o papel dos mortos na consolidação de identidades coletivas e na fixação de determinadas representações do passado do grupo do qual o Barão de Studart estava inserido: uma elite intelectual. Pois,

²⁵⁹ PAIVA, J. Barão de Studart – Atleta da Fé e Missionário da Caridade. *Cit.*

²⁶⁰ CEARÁ. *Revista do Instituto do Ceará* – TOMO ESPECIAL, 1938 – Falecimento do Barão de Studart – seção: Discursos.

²⁶¹ GONTIJO, Rebeca. *O Velho Vaqueano*: Capistrano de Abreu (1853 – 1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

²⁶² Embora possa não ser um lugar privilegiado para expressão de subjetividades, sigo a trilha apontada pela historiadora Cláudia Rodrigues, para quem é preciso refletir sobre as sensibilidades por trás do ato jurídico de testar. RODRIGUES, Cláudia. GUEDES, Roberto; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). *Últimas vontades*: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

²⁶³ SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Souvenir de ma carrière artistique. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 249-278, Jan.-jun. 2007.

segundo Fernando Catroga²⁶⁴, essas várias manifestações, principalmente as homenagens *post-mortem*, bem como todo o aparato que sustenta o ato autobiográfico – como a constituição do seu acervo, a escrita testamentária corresponderiam também a uma demanda social pela superação da perda que a passagem do tempo impõe, investindo na identidade e memória coletivas como condição de sobrevivência individual após a morte.

Pensando nesse desejo de construção de identidade, com uma preocupação de se demonstrar como um católico que nunca se afastou dos ensinamentos religiosos, se mostrando um exemplo em vida, faz com que a sua morte seja tida também como exemplar, a morte ideal para o bom cristão, preparando-se com antecedência para sua chegada, preocupando-se com os mais pobres e realizando ações de caridade.

A escritura pessoal precisa organizar sua relação com o tempo de uma maneira específica, articulando o tempo da escrita e o tempo social²⁶⁵. É preciso, portanto, estar atento às camadas de tempo envoltas na urdidura das fontes históricas. Especificamente, os testamentos são produzidos com vistas para o futuro²⁶⁶, ou melhor, como exposto por Reinhart Koselleck, um “futuro presente”, um futuro que ainda não ocorreu, mas cuja proximidade ou distância repercute no presente sob a forma das mais diversas expectativas, que correspondem a todo um universo de sensações e antecipações que se referem ao que ainda virá, constituídas pelas formas de sensibilidade com relação ao futuro que se aproxima.

Além desse aspecto temporal do testamento, com vista para o futuro, ele ainda é utilizado como instrumento de (perpetuação de) poder. Através de vários critérios, como o estado civil, a idade, uma pessoa de confiança para a administração de bens, no caso de viúvas, a não instituição de um novo matrimônio, se utilizava do testamento para controlar a vida dos sobreviventes após a sua partida. O Barão de Studart também se utiliza desse documento nesse sentido, ao declarar que é da sua vontade que os seus filhos tenham “apenas o uso-fruto do sobrado” da sua residência, “*não podendo vendê-lo, hipotecá-lo, permutá-lo, dá-lo por caução, aliená-lo, enfim, qualquer feita que seja. Esses anos que só consultam vantagem deles próprios, cessarão decorridos quinze anos após a minha morte*”.²⁶⁷

²⁶⁴ CATROGA, Fernando. **Nação. Mito e Rito**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

²⁶⁵ HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias – a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio et al (orgs). **Refúgios do eu** – educação, história, escrita e autobiografia. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

²⁶⁶ Como afirma o historiador Reinhart Koselleck, tanto experiência quanto expectativa são categorias que podem entrecruzar passado e futuro. É por meio dessas categorias que cada temporalidade pode imaginariamente se alterar, contrair ou se expandir conforme cada época ou sociedade, modificando-se também a maneira como são pensadas e sentidas as relações entre eles. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁶⁷ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

A figura do religioso, do católico, é posta pelo próprio Studart logo no início do seu testamento solene: “*fui católico apostólico romano sem dúvidas nem transgressões, e nas doutrinas e práticas de religião tão sublime e eduquei meus filhos e encontrei a inspiração para os meus atos e consolo para todas as minhas mágoas e desilusões*”²⁶⁸. Para além de uma fórmula documental, o testador o faz em forma de prestar contas da vida, bem como forma de cravar a sua posição enquanto católico praticante e, portanto, merecedor da salvação eterna. Para o testador, portanto, a religião tem papel central, é guia de todas as suas ações em vida.

O seu testamento é uma das formas sob as quais vai construindo a sua imagem e a perpetuação da sua memória – não se pode perder de vista a dimensão temporal desse documento, produzido com vistas para o futuro, com objetivos explícitos, e incontestáveis, pois ganham ares de sacralidade, como *última vontade*. Assim, declarou ser da sua vontade que a sua irmã retirasse do seu santuário “*para si como lembrança o crucifixo contendo relíquias, objetos para mim de especial recordação*”²⁶⁹. Nesse documento a imagem do homem caridoso, religioso e patriota se consolida.

Escrever o testamento como forma de prestação de contas da vida, se mostrando um indivíduo caridoso, misericordioso, bondoso e merecedor da salvação eterna, é também uma forma de escrita de si. Essa proximidade com a morte, que mesmo infalível, não tem hora marcada, aliada à pedagogia do medo, posta em prática pela Igreja Católica, destacadamente até o final do século XIX, fazia com que o momento da morte fosse propício para que a Igreja fizesse com que os seus fiéis praticassem os seus ensinamentos.

O Barão de Studart é alguém que ajuda a entender o tempo e suas transformações, é uma figura para entender as sutilezas, as sensibilidades em torno da morte, em uma República secularizada. Uma figura que viveu o período que recortamos temporalmente. Um médico e intelectual, o que não leva a uma necessária ruptura com a religiosidade; um barão, católico confessado e temente a Deus.

Guilherme Studart, em 1927, onze anos antes de sua morte, após fazer os usos e costumes do documento, afirma que sempre esteve nos preceitos da fé católica e sob quais “meus filhos jamais se afastarão de seus ensinamentos” para em seguida solicitar a estes filhos ações futuras, após a sua morte, sejam de ordem econômica – partilha de bens, doações

²⁶⁸ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

²⁶⁹ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

– ou religiosas – como missas para sua alma e de sua mulher, além das almas do purgatório e doação a irmandades – discriminados inclusive no seu inventário *post-mortem*²⁷⁰.

A produção do seu testamento é um dos indicativos de preparação para a boa morte, seguindo como exemplo em vida. Segundo João José Reis²⁷¹, um dos meios de se preparar para a morte, principalmente, mas não excludente, entre pessoas mais abastadas, era redigir um testamento. Uma das ações de pensar na morte ao longo da vida era a feitura do testamento, que se torna, portanto, um contato com a morte. Como a Igreja Católica desejava, é tratá-la de forma natural, afinal, essa é uma das certezas da vida, sendo o momento do morrer a situação favorável para a Igreja encucar seus ensinamentos e fazer com que os fiéis os praticassem.

Os testamentos e inventários, tidos como testemunhos da morte e, sobretudo, da vida, com dimensões material e espiritual, “*são documentos oficiais, redigidos conforme normas e técnicas estabelecidas*”, isto é, documentos padronizados, repletos de fórmulas, que requerem, por exemplo, um escrivão²⁷². Sua produção é, portanto, indireta e é preciso estar atento a essa particularidade dessa documentação e distinguir o que é formalidade documental e o que escapa dela, deixando transparecer os desejos, anseios e sentimentos dos testadores.

É a sequência das últimas disposições, ato geralmente unilateral e, embora seja uma tipologia repleta de fórmulas, penso que esse pode ser um espaço privilegiado para a expressão das sensibilidades em torno da morte, mesmo com uma oficial secularização da morte e o processo de laicização²⁷³ da sociedade brasileira, com a separação entre Estado e Igreja, a partir da Constituição de 1891. Seguindo uma linha apontada pela historiadora Claudia Rodrigues, para quem o estudo da prática testamentária não está esgotado, visto que

um caminho possível seria o de insistirmos na reflexão sobre o caráter formular dessa fonte e tentarmos identificar sensibilidade por trás do ato jurídico. [...] poderíamos nos perguntar: 1) qual o nível de individualidade/subjetividade do texto de últimas vontades? 2) seria o notório o propositor ou o reproduzidor da vontade do pedido do testador? 3) como identificar isso na análise dos testamentos? Até que ponto um estudo que combine a análise serial das fórmulas e estudos de casos pode ser um caminho interessante para aprofundarmos a análise?²⁷⁴

²⁷⁰ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

²⁷¹ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). **História da vida privada no Brasil**. vol II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 96-141.

²⁷² FURTADO, Junia Ferreira. Testamentos e Inventários: A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orga.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 106.

²⁷³ Entendendo aqui a laicização no sentido colocado por Maurício de Aquino (2012), e que seria acompanhada, no âmbito das vivências religiosas, pela secularização da morte, como a secularização da própria sociedade em processo de “desvencilhamento” das instituições eclesiais.

²⁷⁴ RODRIGUES, Claudia. Op. Cit. p. 31-32.

Ainda que o objetivo central dos testamentos seja a partilha de bens, principalmente com a laicização do Estado, eles não deixaram de contar com cláusulas afetivas e espirituais. Não deixaram de manifestar a fé dos testadores, continuaram existindo os pedidos de missas para a alma daqueles que vieram chegada a última hora e para os parentes falecidos anteriormente. Esses são fatores que indicam várias sensibilidades no enfrentamento da morte e a solicitação de realização de caridades é um indicativo de uma sensibilidade ainda forte.

Guilherme Studart preocupou-se em organizar a sua partida aos setenta e dois anos de idade, alegando enfermidades, chegando a recusar, um ano antes da produção do testamento, um convite do Conselho Central da Ordem Vicentina da Bahia para a comemoração das bodas de ouro de sua fundação:

doente, alquebrado das forças, consequência dos meus 71 anos, sobrecarregado de trabalhos a que não posso fugir, e, agora acrescidos por motivo de gravíssima enfermidade que sofri em setembro, outubro e dias de novembro, não poderei rever a Bahia a mim mui amada e aplaudir pessoalmente os atos da benemerência realizados no campo da Caridade e da Piedade Cristã, pelos abnegados e fiéis depositários da herança deixada pelos fundadores da Conferência de São José; os acompanharei, todavia, em espírito e coração na mais fervorosa comunhão de propósito e desejos de bem servir aos pobres e infelizes, desejos de que cresçam e prosperem em toda partes Conferências Vicentinas em sua grandiosa obra de cristianizar o mundo. Cinquenta anos de esforços e sacrifícios! Honra e glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade, aos humildes discípulos de Ozanam!²⁷⁵

Em seu inventário, com mais de cento e cinquenta páginas – só de testamento são dezenove – vários pontos são ressaltados. Destaco as cláusulas com teor caridoso, pois sendo um homem público, declarou ser membro de várias instituições religiosas – sem mencionar seus nomes – e solicitou delas a caridade de suas orações e sufrágios. Sobre a quantia que tinha direito após a morte por ser membro remido do Protetorado Vicentino, destinou para a realização de missas aos Vicentinos falecidos. E como bom cristão, perdoou as dívidas daqueles que tinham consigo.

Além de deixar uma quantia significativa para a realização de missas, destinar quantias para instituições específicas e famílias pobres, ainda afirmou que é a “mais absoluta vontade que meu enterro seja muito modesto e que sobre o meu caixão não se ponham coisas”. E expôs a vontade de ser sepultado ao lado da esposa, em mausoléu que construiu no cemitério São João Batista, localizado na cidade de Fortaleza-CE. A preocupação com a simplicidade e decência do enterramento é uma tentativa de se mostrar merecedor da morada

²⁷⁵ Studart apud Paiva. PAIVA, J. Barão de Studart – Atleta da Fé e Missionário da Caridade. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956. p 246.

eterna, remetendo, assim, a uma concepção escatológica voltada para a confiança na salvação eterna. É também um desejo de construção de identidade de um indivíduo simples, de moral reta e ilibada, merecedor dessa salvação²⁷⁶.

As práticas fúnebres giram em torno da família. Como o Barão de Studart faz, é para a família que ele expõe seus desejos e espera que sejam atendidos. Preocupa-se com a esposa já falecida e o desejo de reencontrá-la no sono eterno. O Barão de Studart afirmou em seu testamento ser um cristão que nunca se afastou dos ensinamentos religiosos e, sob esta fé, também educou seus filhos, e da qual nunca se afastarão. Seu testamento, nesse aspecto, parece ter sido redigido para prestar contas da vida – demonstrando assim, um jogo de temporalidade, pois, as expressões “nunca se afastou” e “nunca se afastarão” remetem, respectivamente, ao passado, à recordação e nostalgia de uma vida inteira, e ao futuro, um desejo, um horizonte de expectativas. Além de se apresentar como um cristão merecedor da salvação eterna, pois ratifica, prestando contas da vida, ser praticante – a partir da prática caritativa – do maior mandamento: o amor ao próximo.

Mostrou-se ser um conhecedor da fórmula testamentária, informando, por exemplo, estar em pleno uso das suas faculdades mentais. Percebem-se, ainda, aspectos recomendados anteriormente à laicização da sociedade brasileira, com uma dimensão espiritual/religiosa destacada, prestando contas da vida, solicitando missas e sufrágios; bem como dimensão material, enumerando e listando os seus bens e distribuindo-os minimamente, até mesmo relógios, santos e crucifixo, uma vez que todos esses objetos compunham o seu acervo.

Preocupou-se com o sepultamento, desejando que fosse forma modesta, diferentemente dos ocorridos durante a Primeira República, cujas grandes personalidades nacionais tiveram grandes funerais, alguns chegando ao *status* de festa nacional²⁷⁷. Nas solicitações de missas, lembrou-se da sua “muito amada e nunca esquecida” esposa, e das almas do purgatório, deixando quinhentos e duzentos mil réis, respectivamente, para cada ação. Como mencionado, é nesse documento que ele demarca sua posição de católico, devoto e praticante, “sem dúvidas nem tergiversações”, colocando a religião como papel fundante na sua vida e guia das suas ações.

²⁷⁶ Para esse tema, ver RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

²⁷⁷ “Os objetivos [dos grandes funerais na Primeira República] era demonstrar a especificidade da vida e das obras do finando através das instituições com as quais ele se relacionara. Na ocasião dos funerais, espaços normalmente interditados à população serviam como espécie de palco para a performance pública das elites” GONTIJO, Rebeca. **O Velho Vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853 – 1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013, p. 33.

Como tentou construir e demonstrar ter uma vida exemplar, principalmente para os seus filhos, recomendou-lhes que nunca se esquecessem de que a religião e a pátria devem ser “sua divisa e seu norte”, além de solicitar aos filhos da sua união matrimonial que vivessem de maneira harmoniosa com os demais irmãos. Deixou como testamentários em ordem enumerados os seus filhos Renato Studart, Guilherme Studart, Luiz Gonzaga Studart, seu genro Arthur Studart, seu enteado José Sombra e seu sobrinho Guilherme Fonseca, aos quais confiou a “*inteira e fiel execução das disposições e vontades neste documento por mim feito e assinado*”²⁷⁸.

É importante identificar o público a que se destina o texto, ou melhor, os documentos produzidos no contexto da morte: a família; que tem um papel central em toda ritualística da morte. Os testamentos são parte integrante desse ritual, sendo a preocupação daqueles que veem anunciada a *última hora*²⁷⁹ para com aqueles que ficarão em vida. As decisões diante da morte são compartilhadas entre a família e o moribundo. Aliás, é em torno da família que giram as práticas fúnebres; são também para os familiares que se destinam as disposições de *última vontade*, sendo inclusive a família que convida para os *últimos ritos*, como convites de enterros e missas. Como Michel Vovelle já acenava, os ritos e lugares fúnebres se organizam em torno da Família e do Estado, pois, de um lado está a preocupação com o pós-morte, o trabalho de luto, e, do outro, os deveres jurídicos, como a partilha de bens²⁸⁰.

A confiança é uma das sensibilidades postas, mesmo que de maneira opaca, nessa tipologia documental, já que será o testamentário o responsável pela execução das últimas vontades, inclusive os ritos de passagem, as missas e sufrágios. Por isso, nomear um testamentário, além de uma fórmula documental, é uma demonstração de confiança.

Nomear um testamentário, como fez José Antonio de Matos²⁸¹, devido à condição de analfabetismo, para além das formalidades e obrigatoriedades do documento, é um sinal, senão prova, de confiança, pois este devia ser alguém próximo, que promoveria os desejos do testador. O testamentário é figura central para o cumprimento do testamento, é detentor de poder, instituído pelo testador, visto que suas últimas vontades são sacralizadas.

²⁷⁸ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

²⁷⁹ As expressões *última hora*, *última vontade* e *últimos ritos* são retiradas dos próprios documentos. Elas são aqui tomadas como alertas metodológicos para a captura das sensibilidades que se insinuam através do uso de uma linguagem específica para dizer a proximidade da morte.

²⁸⁰ VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.

²⁸¹ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 32.

Ora, se apenas uma parcela da população deixava testamentos para dispor de seus bens materiais e ações para pôr “a alma no caminho da salvação”, fazer com que um terceiro assinasse o documento em seu nome, por ser analfabeto, como José Antonio de Matos, que deixou suas últimas vontades aos oitenta anos de idade, em 1915, dois anos antes de sua morte, é uma clara demonstração de confiança.

O testamento de Angelica Mendes Fernandes Bastos²⁸², que o produziu em casa, foi escrito por terceiro, Raymundo Maia, e levado ao cartório. Raymundo não é identificado no testamento como cônjuge ou parente, mas deveria ser alguém muito próximo, a quem a testadora confiaria suas últimas vontades, pois não nomeou nenhum dos seus dois filhos como testamenteiro.

Dorothea Maria Parga da Silva²⁸³, após fazer os usos e costumes do documento, como a declaração da sua fé, sob a qual protestava morrer, o desejo de enterramento sem pompa, “*somente com a decência relativa a seu modesto modo de vida*”, declarou “que a bem de sua alma se fará o que verbalmente há recomendado à pessoa de sua confiança, e está certa não lhe falhará”. Ressalta a confiança para o cumprimento dos deveres que colocariam a sua alma no caminho da salvação, devendo estar se referindo a missas e sufrágios. A confiança nessa pessoa cujos desejos foram recomendados é tanta que ela nem dispôs em escrito, não achava necessário legislar em testamento.

Nem sempre essas últimas vontades foram cumpridas, como no caso do Barão de Studart, que, por exemplo, desejou que o seu acervo fosse dividido para algumas instituições, especificando minuciosamente o destino de cada parte do seu acervo, composto por livros, notas, documentos e trabalhos inéditos, enumerados por estantes. No entanto, os herdeiros decidiram delegar quase que a totalidade para o Instituto do Ceará o acervo do presidente perpétuo da instituição.

Se, por um lado, o documento é usado como um instrumento de (perpetuação de) poder, legislando sobre as ações futuras dos seus herdeiros – como no caso da exigência de não fazer nenhum negócio por quinze anos após a sua morte com o sobrado em que residia – por outro lado, os testamenteiros e herdeiros acabam agindo como melhor lhes convém e acham necessário.

Sem perder de vista que estamos tratando com os sentimentos de uma pessoa viva que se depara com a morte, ou mesmo reflete sobre ela, e mais ainda, de uma morte ideal para um bom cristão e nobre, como é o caso do Barão de Studart, que buscou construir-se como

²⁸² CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 35, caixa 03, número 24.

²⁸³ CEARÁ. Cartório de órfãos, pacote 37, caixa 02, número 28.

um exemplo em vida, na morte não seria diferente. Além de demarcar sua posição como católico e patriota, também quis demonstrar-se justo na distribuição dos seus bens.

Distribuiu seus bens, exceto o que a lei já garantia para cada herdeiro, entre os filhos da sua união matrimonial, seus irmãos e irmãs, seus netos e netas, sobrinhas, enteados e as mais variadas instituições. Não esqueceu a ama de leite do seu filho, deixando “*em lembrança de seus bons e constantes serviços a quantia de quatrocentos mil réis*”²⁸⁴, solicitando ainda que sempre acompanhe os seus filhos. Para que se tenha uma noção do que significava esse valor, pode-se comparar com outros bens distribuídos em seu testamento: das trinta e nove casas que constam no documento, esse valor daria para comprar duas das casas de taipa que ele declarou ter; os relógios e adereços de ouro deixados para os filhos eram avaliados em seiscentos contos de réis.

Além de desejar ser justo – como no caso de deixar para seu filho Luiz Gonzaga a parte da casa que eles já dividiam em prol do testamento de sua esposa – também quis demonstrar gratidão, como no caso de Alexandrina, a ama de leite do seu filho Guilherme. A gratidão é outra sensibilidade posta nos testamentos, ainda que de forma opaca, dita de forma indireta.

O já citado José Antonio de Matos também expressa a gratidão em seu testamento, pois deixa metade da sua casa, seu único bem, para a mulher e a outra para as sobrinhas que moravam com eles. Essa gratidão talvez resulte da sua idade avançada, o que muito possivelmente impunha a necessidade de cuidados cotidianos, o que poderia ter sido feito por suas sobrinhas. Esse é um caso que leva a refletir sobre a necessidade da produção do testamento, ou seja, além das preocupações espirituais, da distribuição de bens materiais, se faz necessário o testamento quando não se tem herdeiros diretos.

Gratidão e afeto são sentimentos, expressões sensíveis que perduram mesmo sem a presença objetiva do estímulo²⁸⁵. Deixar seus “poucos bens”, como fez Izabel Bezerra de Albuquerque Santos²⁸⁶, que os designam para sua sobrinha, é uma demonstração destes sentimentos. A testadora produz este documento dezenove anos antes de sua morte e não tinha herdeiros diretos, salvo a sua sobrinha. Mesmo existindo herdeiros legais, Francisco Freire de Carvalho deixou metade dos seus bens para seu genro, Pedro Jovencio Barroso, “*em remuneração dos bons serviços por este prestado, e como prova de gratidão*”.

²⁸⁴ CEARÁ. Inventário do Barão de Studart – Cartório de Órfão: pacote 154, caixa 135/13, ano de 1938 – Arquivo Público do Estado do Ceará.

²⁸⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (org.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 13.

²⁸⁶ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 28

Quem produz o referido documento está de uma forma ou de outra, preocupado com a morte. Guilherme Studart não era diferente. No seu testamento designou a quantia de cinquenta contos de réis para “todos os criados da casa assistente nela no dia da minha morte”²⁸⁷. Studart parece ter se preocupado com todos os detalhes para a chegada a *última hora*.

E, para tanto, durante os períodos colonial e imperial brasileiro, teve-se a vigência de manuais – como “Constituições primeiras do arcebispado da Bahia”; “breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão”; “Ordenações Filipinas e Orfanologia prática” – que se preocupavam com o momento da partida para o além-mundo, quando o corpo já demonstrava seus sinais e alma corria o risco de perder-se para as forças do mal.

Mesmo com uma oficial secularização da morte, a laicização da sociedade brasileira com o advento da República e o fim da vigência desses manuais, o Barão de Studart, com uma educação e formação católica, certamente conhecia tais manuais²⁸⁸. Como bom cristão, continuou seguindo os ensinamentos da Igreja, pensando no momento derradeiro da vida e na sua organização após a sua partida.

Corroborando ainda com a historiadora Claudia Rodrigues, a ruptura entre Igreja-Estado, especialmente no que se refere à morte, não é completa, e desejo perceber as sutilezas dessa ruptura, pontuando ainda as suas permanências na secularizada República, que, inevitavelmente, disputou com a Igreja Católica a transmissão dos sentidos do mundo através de dispositivos ritualísticos e discursivos.²⁸⁹

Distribuir bens e afetos, organizar a vida após a partida, controlar a vida dos sobreviventes, mas, principalmente, prestar contas da vida perante o altíssimo, mostrando-se misericordioso – e merecedor da misericórdia divina –, caridoso e fiel, sob cuja fé protestava-

²⁸⁷ Paul Veyne, ao analisar a constituição da política do pão e circo na Antiguidade Ocidental, afirma que “testamentos nos quais se designam empregados domésticos” como uma forma de “*evergetismo*”, definindo-o como “um neologismo [...]; ela foi forjada nos moldes das minutas dos decretos honoríficos helenístico; através dos quais os cidadãos enalteciam aqueles que, por sua fortuna ou atividade pública ‘ajudavam a cidade’ [...]; em geral uma beneficência era uma ‘*evergesia*’”. (VEYNE, Paul. **Pão e Circo**: sociologia histórica de um pluralismo político. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 14).

²⁸⁸ Durante o recorte temporal dessa pesquisa, parece que os homens e mulheres na capital cearense demonstravam saber e querer morrer bem, pois continuavam produzindo testamentos e neles protestando a fé que viveram e morreriam, solicitavam missas, sufrágios e praticavam a caridade, pelo menos nos momentos derradeiros da vida. Ainda que muitos dos desejos dos testadores não tenham sido realizadas (é possível saber se foram ou não?), “o que importa é a sua intenção, e com efeito, a preocupação em garantir a salvação da sua alma, por meio da realização de sufrágios tanto em sua intenção como na intenção das almas dos parentes, [...] do Purgatório”. RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 38. Portanto, a intenção do “bem morrer”, a partir do que assim determinava a Igreja, tinha vistas a salvação eterna, a salvação da alma, utilizando do testamento para a demonstração que era merecedor de tal salvação e diminuir o tempo de purgatório.

²⁸⁹ Idem. *Ibidem*.

se ter vivido e esperar morrer, eram os objetivos da produção do testamento até o século XIX no Brasil: “o ato de testar, embora não sendo sacramental, era visto pela Igreja católica como um ato religioso cuja redação era considerada importante etapa do processo de busca da salvação eterna no post-mortem”²⁹⁰.

No século XX, não há mais a invocação, nos testamentos, da corte celestial, nem menção ao santo de devoção, embora ainda se perceba a manifestação da religiosidade, com a menção à Santíssima Trindade, afirmando-se ter vivido e protestando morrer sob a fé cristã, desejando, assim, um enterramento com simplicidade e decência compatível, mas sem pompa. A dimensão material tem mais força do que a afetiva e espiritual de outrora.

O testamento do Barão circula por todas essas dimensões: espirituais, afetivas e materiais. Preocupou-se em organizar a vida após a sua partida para o além-túmulo, distribuiu bens e afetos, prestou contas da sua vida perante Deus, mostrando-se misericordioso e caridoso e, deste modo, reforçou a construção da memória de si. Não esqueceu de pôr a alma no caminho da salvação, solicitando missas e sufrágios para sua alma, da sua esposa, sobrinho e almas do purgatório.

Outro exemplo que pode nos ajudar a entender as sensibilidades no enfrentamento da morte e a utilização do testamento como uma construção de si a partir de uma escrita autobiográfica, é o Padre Cícero Romão Batista. Ambos filhos do século XIX, conhecedores da moral cristã e declarados praticantes, enquanto exemplos de cristãos católicos, pensaram na morte ao longo da vida, praticaram obras de caridade e buscaram a salvação eterna. Tentaram construir a imagem de si e utilizaram do testamento como escrita autobiográfica, prestando contas das suas vidas e lembrando e justificando fatos ocorridos no passado.

Diferentemente do Barão de Studart, que escreveu seu testamento de próprio punho e apenas uma única vez, o Padre Cícero o fez a rogo e duas vezes (1922 e 1923), modificando os beneficiários de uma para o outro, porém, em ambos, designou seus bens para ordens religiosas, com o desejo de ver continuada a sua obra de caridade e a construção de escolas na região da cidade de Juazeiro do Norte-CE. Nesse sentido, este último também utilizou o testamento como instrumento de poder, de perpetuação de memória, assim, também se constituiu em ato autobiográfico.

Tanto Studart como Cícero justificam a produção do testamento alegando enfermidade, o que os lembra que a morte é incerta, sem hora e dia marcado, sendo necessário preparar-se para sua chegada: “adoentado, mas sem gravidade, e em perfeito juízo,

²⁹⁰ Id. Ibid., p. 17.

e na incerteza do dia da minha morte, tomei a resolução de fazer meu testamento e as minhas últimas disposições, para o fim de dispor dos meus bens, segundo me permitem as lei de meu país”,²⁹¹.

Assim como Studart, outro indicativo da proximidade da morte era a idade avançada (Cícero produziu seu testamento aos setenta e nove anos de idade) e tinha em mente não só os preceitos religiosos, mas também os civis, mostrando-se conhecedor da lei, sendo consciente do problema que a transmissão dos seus bens enfrentaria, pois era questionada a posse destes bens pela diocese do Crato, a qual Cícero era pároco. Essa preocupação é posta no seu testamento, desejando acabar com quaisquer dúvidas sobre seus bens e sua transmissão:

Declaro ainda que todos os dinheiros que me foram, e continuam a ser dados, como ofertas a mim unicamente, os tenho distribuídos em atos de caridade que estão no conhecimento de todos bem como em grandes obras de agricultura, cujo resultado tenho aplicado em bens, que ora deixo, na maior parte para beneméritos e santa congregação dos Salesianos, a fim de que ela funde aqui no Juazeiro seus colégios.²⁹²

A autoimagem como caridoso deve ser discutida em outro momento. Por hora, o que chama atenção é a afirmação de que os seus bens, as doações recebidas, pertencem unicamente a ele, são lícitos e aplicados em obras de caridade, principalmente no futuro, para a construção de colégios pela congregação dos Salesianos, motivo que justifica a escolha dessa instituição como sua principal beneficiária.

Cícero e Guilherme tinham consciência da sua autoimagem e do poder que exercia em seus meios sociais e utilizam o testamento querendo se perpetuarem. No caso do Padre, afirmando que os romeiros continuariam auxiliando os salesianos como se fossem a ele próprio. É a partir dos romeiros que justifica a obtenção de seus bens:

Desde muito cedo, quando comecei a ser auxiliado com esmolas, pelos romeiros de Nossa Senhora das Dores, que aqui chegavam, a par de auxílio eficaz por mim feito para o desenvolvimento desta terra, resolvi aplicar parte das mesmas esmolas recebidas em propriedades, visando assim fazer patrimônio para ajudar instituição pia e de caridade, que pudesse aqui continuar a sua obra benfazeja²⁹³

Uma grande diferença entre os dois sujeitos aqui expostos é a necessidade que um tem de justificar a obtenção de seus bens. Enquanto Studart nasceu em uma elite, com bens provenientes de berço e a partir da sua profissão e demais empreendimentos, o Padre Cícero,

²⁹¹ Testamento do Padre Cícero. In: SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador - BA: E.P. Salesianas. 1982, p 325

²⁹² Idem. Ibidem, p. 326.

²⁹³ Id. Ibid., p.326.

por todo o documento, justifica os seus rendimentos, sua origem e afirma aplicá-los em benefício dos necessitados. Devido ao seu “lugar”, era necessário tais justificativas. Studart não precisava dessas explicações, já pertencia a um grupo privilegiado e seu status de prestígio com todas as camadas sociais e instituições, notadamente a Igreja Católica, garantia por ele a sua honestidade, reforçada pela prática caritativa.

Também como Guilherme Studart, o Padre Cícero faz nesse documento uma escrita autobiográfica. Afirmou ser sacerdote, “*exercendo-o, conforme a minha vocação, com amor, dedicação e boa vontade*”²⁹⁴. Preocupa-se com a salvação eterna, justificando e demonstrando ser merecedor dessa salvação, visto declarar não ter cometido o pecado original, não ter feito mal a ninguém, nem guardar ódio e rancor e sempre ter perdoado “*por amor de Deus e da Santíssima Virgem, a todos que me fizeram mal consciente e inconscientemente*”²⁹⁵.

Todos esses desejos de salvação remetem a uma tentativa de construção de identidade, um indivíduo merecedor da salvação, caridoso em vida, que se sacrificava pelo próximo, a exemplo de Cristo: “*O testamento foi utilizado como um meio de exteriorizar o sentimento religioso e a fé em Deus que dizem ter, a obediência aos preceitos do catolicismo, a crença em seus dogmas*”²⁹⁶.

A religiosidade tem um papel destacado para os testadores e os caminhos de expressar a sua devoção se dão das mais diversas formas para os sujeitos que vivem essa experiência. Ainda nos primeiros anos do século XX, os documentos fazem referência à religião. Por que é tão importante declarar a fé sob a qual se viveu e pretende morrer? Para confirmar que se viveu sob os costumes e preceitos da religião? O que significa morrer sob a fé católica?

Isso tudo evidencia a preocupação com o *post-mortem*, que também é expresso nos testamentos, designando recursos e afirmando o desejo de missas e sufrágios, além de um enterro sem pompa alguma, “conforme o uso e costume” e como cita Joanna de Castro Barbosa²⁹⁷, em seu testamento feito em 1916, “somente com a decência compatível com o seu modesto modo de vida”, ou o próprio Studart, como exposto anteriormente.

²⁹⁴ Testamento do Padre Cícero. In: SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador - BA: E.P. Salesianas. 1982, p. 326.

²⁹⁵ Idem. Ibidem, p. 327-328.

²⁹⁶ RODRIGUES, Cláudia; GUEDES, Roberto; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). **Últimas vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)**. *Cit.* p. 38.

²⁹⁷ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 30.

Um caminho para o estudo da prática testamentária²⁹⁸ é a evolução dos pedidos de missa e sufrágios, pois as alterações de como esses pedidos passaram a ser referidos nos testamentos apontam para uma modificação nas representações acerca da morte e do morrer²⁹⁹. É nessa preocupação com a alma e o com o além-túmulo, que as *últimas vontades* ganham ares de sacralidade, colocando um peso nas suas palavras, nas ações futuras, e, por exemplo, se declara que o cumprimento do seu testamento seria a “*maior tranquilidade para a minha alma na outra vida*”³⁰⁰.

Ao longo do nosso estudo, principalmente nos testamentos produzidos a partir da década de 1890, chama-se a atenção aos pedidos de missas e sufrágios, como faz o Barão de Studart, que “*para a celebração de missas, para mim, minha mulher, meus pais e meu enteado, Oscarzinho deixo a quantia de quinhentos mil reis e pelas almas do purgatório, duzentos mil reis*”. Ou Luís Severiano Ribeiro, que dispôs no seu testamento o desejo de “*que por minha alma, de meu pai e minha mãe se celebrem seiscentas missas*”³⁰¹.

Tais pedidos de oração remetem a uma concepção de morte e *post mortem*, o desejo de salvação, uma preocupação não só com a alma dos que já se foram, mas também com a sua própria salvação. O cuidado com os mortos, os ritos funerários e os laços que os vivos estabelecem com eles para assegurar seu descanso e paz, é devido à concepção de vida e morte da cultura cristã.

Entretanto, o que une as pessoas em trajetórias coletivas, como as encomendações de almas? Por que colocar em cena atores que já partiram? Para Mauro Passos, “*embora seja um ritual de penitência, as encomendações de almas têm uma marca de reavivamento da memória dos amigos, parentes que já morreram ou que mudaram para outras cidades ou regiões*”³⁰².

²⁹⁸ Podemos perceber modificações das práticas testamentárias ao longo do século XIX, como já estudou RODRIGUES, Cláudia. Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. RODRIGUES, Cláudia; GUEDES, Roberto; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). **Últimas vontades**: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. REIS, João José. **A morte e uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. Tradução Maria J. Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997. ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003; além de outras transformações no correr do século XX, principalmente no destaque para as cláusulas de disposições materiais.

²⁹⁹ RODRIGUES, Cláudia; GUEDES, Roberto; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). *Op. Cit.*, p. 324.

³⁰⁰ Testamento do Padre Cícero In: SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador - BA: E.P. Salesianas. 1982.

³⁰¹ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 23. Grifo nosso.

³⁰² PASSOS, Mauro. Nos olhos de quem vê – “Encomendações de almas” na religiosidade popular em Minas Gerais. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Maringá (PR) v. 5, n.15, jan/2013. p. 154. Dossiê Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>.

Levando em consideração esses pedidos de enterramento, determinação dos sufrágios, a organização das ações para a alma é dividida entre o testador e o testamenteiro. A historiadora Claudia Rodrigues já indicou, conforme já citamos, que esses pedidos vão diminuindo ao longo do tempo, passando cada vez mais a ser de inteira responsabilidade do testamenteiro³⁰³, sendo um dos motivos da diminuição do documento, pois o testador em uma única frase delegava essa função ao testamenteiro, levando a pensar que estas ações eram determinadas no âmbito privado, de forma oral e informal, como fez Alfredo Salgado e Estephania Nunes Salgado³⁰⁴, que produziram seu testamos em conjunto em 1919, informando que

falecendo qualquer um de nós, queremos que nosso corpo seja sepultado, conforme uso e costume, deixando ao arbítrio do cônjuge sobrevivente, e pelo falecimento de nós ambos, aos cuidados de nossos filhos, tudo que for relativo aos sufrágios e esmolas.³⁰⁵

No testamento de Maria de Oliveira Castro³⁰⁶, que faleceu em 1917, na qual não especificou a quantia que se deveria reservar para enterro e exéquias, mas designou que “se tire quanto baste” para tais ações. O que nos leva a pensar que a testadora não estava tão preocupada com a simplicidade, e deixou ainda 200 mil réis para as missas e sufrágios em favor de sua alma. Além de solicitar que cem mil reis fossem destinados a sua amiga Raimunda Rocha, pelo “carinho e caridade cristã” que teve com a testadora durante a sua enfermidade. Essas quantias deveriam ser retiradas do seu único bem, uma casa, que deveria ser vendida após a sua morte. O restante do valor deveria ser dividido em partes iguais para sua sobrinha e sua irmã. Destaca-se a diferença entre o valor deixado para missas e sufrágios e o valor deixado em forma de agradecimento a quem cuidou dela enquanto doente.

Sem deixar uma quantia específica para a realização de missas e sufrágios em favor de sua alma, o Padre Cícero determinou que se celebrasse doze missas em cada ano, durante cinco anos para sua alma e as do purgatório, determinando que as quantias deviam ser entregues à congregação salesiana para que seus padres celebrassem tais missas. O detalhe é que o referido padre produziu seu testamento em 1923 e a congregação salesiana só chegou à cidade de Juazeiro do Norte em 1939, cinco anos após a sua morte.

³⁰³ “Um aspecto importante a se considerar é que este processo de esvaziamento das cláusulas piedosas dos testamentos também refletiu outra modificação, que não se relacionava diretamente com as vivências religiosas, correspondendo a um processo de transformação mais jurídico, se assim se pode dizer”. RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**. Cit. p. 325.

³⁰⁴ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 85, caixa 04, número 38.

³⁰⁵ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 38.

³⁰⁶ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 33.

Vale ressaltar que, sendo religioso destacado (e controverso) como foi, pensou na morte em vida, nos detalhes, testando e buscando a salvação eterna, preocupando-se com a redenção da sua alma e as do purgatório, solicitando missas e pensando no seu enterramento, recomendando que “*meus funerais sejam feitos com simplicidade*”³⁰⁷ e o desejo de ser sepultada dentro da capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, capela erguida no cemitério da cidade, mesmo com uma oficial secularização da morte o desuso dos enterramento nos interiores das igrejas.

Já o Barão de Studart foi categórico no seu testamento, expondo a quantidade e os objetivos para as orações, missas, caridades e sufrágios. Da mesma forma, também se preocupou com a modéstia do seu velório e seu sepultamento. Os pedidos de enterros com simplicidade e decência remetem a uma concepção escatológica, uma alteração entre o medo do julgamento final para uma esperança de salvação eterna, porém,

O corolário desta progressiva simplificação com que muitos testadores geriram seus funerais, a partir de meados do século XIX, foi o surgimento dos pedidos de que os mesmos, apesar de simples, fossem decentes. Fato que sugere que a simplificação teria chegado a um ponto tal que alguns indivíduos acharam que se ultrapassara o nível da decência, não estando conveniente e conforme o decoro e a honestidade, ainda que não desejassem suntuosos.³⁰⁸

Portanto, mesmo desejando a simplicidade, o sepultamento também deveria ser decente, compatível com a decência cristã. Essa simplicidade remete a uma tentativa de construção de identidade, uma tentativa de se mostrar merecedor da salvação eterna; remete, mais ainda, a uma confiança nessa salvação.

Entre o final do século XIX e meados do XX, encontramos muitos testamentos que fazem referência ao enterramento, dividindo ainda as ações com os testamentários, a exemplo de Joaquim Felício de Almeida Castro³⁰⁹, que produziu seu testamento aos oitenta e três anos de idade, recomendou que no seu enterro e missas por sua alma observassem a maior simplicidade. Já a citada Joanna de Castro “*disse que falecendo, seu enterro será feito sem pompa alguma e somente com a decência compatível com o seu modesto modo de vida*”³¹⁰.

Já Jeronymo Vieira de Azevedo e Sá³¹¹, que produziu seu testamento em 1913, quatro anos antes de sua morte, juntamente com sua esposa, declarou que “*falecendo qualquer de nós testadores, será o enterro feito sem pompa e somente com a decência que for*

³⁰⁷ A escrita no plural é copiada *ipsis litteris* do testamento do Padre Cícero, localizado na obra de Antenor de Andrade Silva (1982)

³⁰⁸ RODRIGUES, Claudia. GUEDES, Roberto; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). 2015. Op. Cit. p. 319

³⁰⁹ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 31.

³¹⁰ Documento escrito pelo tabelião, portanto, de forma indireta, por isso escrito em terceira pessoa.

³¹¹ CEARÁ. Cartório de Órfãos, pacote 86, caixa 04, número 29.

compatível com as posses de nosso casal, e a bem da alma do que falecer fará o testador sobrevivente aquilo que a generosidade de seu coração lhe ditar”.

Esses pedidos de missas, orações, sufrágios e a organização da vida após a morte, como a organização dos funerais, leva a confirmação da hipótese de que, mesmo no século XX, com uma sociedade laica e secularizada, desejava-se “morrer bem”. Os pedidos de simplicidade, acompanhado dos pedidos de decência, reforçam os desejos dos testadores de informar que viveram de acordo com a fé cristã, sob a qual também protestavam morrer, confiando, portanto, na salvação divina. A morte não tem valor senão para expiação dos pecados; senão para a salvação eterna, a vida eterna, deste modo, o que tem valor é a vida – na concepção cristã, a vida eterna.

Os aspectos ressaltados do testamento do Barão de Studart como a preocupação com o além-túmulo, a redação do testamento como forma de se preparar para a “boa morte”, a utilização do testamento como forma de perpetuar a memória e o poder e o fato do testamento ser escrito em próprio punho, sugere que as subjetividades por trás do ato jurídico de testar tendem a aparecer justamente nos testamentos cujos indivíduos não escreveram a rogo de alguém, de algum conhecido, pois há menos repetição das fórmulas e mais palavras e desejos dos testadores.

A caridade associada ao “bem morrer”, aos ritos de passagem que proporcionariam uma boa morte, demonstra como Studart era conhecedor dos ensinamentos cristãos e procurava segui-los. Studart faz uma defesa da pátria e da religião em seu testamento. De fato, uma morte exemplar, pensada e construída e que coroa uma vida exemplar, como ele quis construí-la. É a finalização da sua obra; como ele arquitetou sua vida: a morte é uma peça chave nesse projeto. Era preciso morrer bem, de forma digna, grandiosa, a fim de evitar o esquecimento. A morte coroa a vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que “*é preciso correr o risco [...] de trabalhar sobre o campo emocional como construtor de história e de laço social*”³¹², buscou-se no presente trabalho discutir e compreender a historicidade da caridade como uma sensibilidade na experiência da morte. Partindo dos questionamentos de como os sujeitos lidavam com a morte no correr do tempo, investigando a partir da relação entre História e Sensibilidade.

A morte é uma pauta implicitamente cotidiana, é inexorável e parte constituinte da sociedade. Em torno da morte surgem dor, angústias e ressentimentos, mas também amor, compaixão, gratidão, afeto; são expressões, sentimentos, sentidos, emoções que envolvem todo o contexto da morte. A morte pode ser considerada como uma passagem de forma de vida social a outra, de modo que ela não é o fim da existência. Sendo uma passagem de uma forma de existência para outra, faz-se necessária toda uma ritualística e dentre os atos ligados à morte: o sepultamento, o velório, cortejo fúnebre, o luto. Os ritos fúnebres têm algumas funções além do universo sagrado de guiar o morto para o seu destino *post-mortem*: demonstrar afetos com aqueles que partiram, além de superar a dor e a desordem que a morte provoca nos sobreviventes. Nesse universo, chegou-se a uma sensibilidade mais latente no enfrentamento da morte: a caridade. A partir daí, questionou-se os sentidos e a finalidade desta e como ela era operacionalizada.

Para essas problemáticas, debruçou-se sobre a vida de um distinto pela prática caritativa: O Barão de Studart. Viu-se como ele se construiu como homem exemplar e, nesse esforço de autoconstrução, as fontes históricas aqui analisadas constituem elementos autobiográficos, haja vista as obras produzidas por ele como o *Dicionário bio-bibliográfico cearense*, com sua escrita em terceira pessoa e sendo prefaciador de si mesmo, colocando-se no panteão dos heróis da história cearense. Ou ainda o seu testamento, prestando contas da vida e colocando-se como caridoso.

Tudo isso consiste no esforço autobiográfico de Studart, pois se constitui na objetivação de si e no controle da sua imagem. São rastros para a produção de uma biografia de acordo a como desejava que sua vida fosse contada, por isso elaborar um acervo com inúmeros documentos históricos, textos, livros, fotografias e correspondências. O seu testamento ganhou destaque nessa análise, visto que se mostrou uma forma de expor sentimentos, emoções, desejos, mas também uma forma de construir uma identidade – muitas

³¹² FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011, p. 91.

vezes como um indivíduo caridoso. É uma forma de justificar o tempo passado e sua coerência.

O acervo pessoal é suporte de identidade e reserva atributos pessoais. A doação desse acervo revela o desejo de perpetuação da sua memória enquanto intelectual, com legitimidade de fala em um lugar social demarcado. Guilherme Studart desejou construir-se como um sujeito exemplar, como um modelo. E essa preocupação se fez ver na escrita de necrologias para sócios do Instituto Histórico e confrades da Sociedade Vicentina. O critério para realização da homenagem fúnebre era o patriotismo e, de preferência, ter honrado o nome das terras alencarinhas, tornando-se merecedor de adentrar no “templo da história cearense”.

Algumas características ressaltavam-se nesses escritos, como a religiosidade, o patriotismo e a memória. Com uma escrita laudatória, tecia inúmeros elogios para aqueles que julgava contribuir para o progresso do país, seja a partir da ciência, da literatura ou da história; ou que julgava ser um baluarte da moral cristã, para que não caíssem no esquecimento. Conclamava ainda à caridade das orações para aqueles que já se encontravam no *além-mundo*. Sem perder de vista o próprio horizonte, que, inevitavelmente, caminha para a morte, buscava não ser esquecido, solicitando as orações dos círculos de que participava e dos que tinham uma relação de compadrio.

Preparou-se para a boa morte buscando ter uma vida exemplar. Fez isso por meios religiosos e laicos, políticos, criando instituições científicas, por exemplo. Desejou construir-se como religioso e caridoso, além de intelectual, homem de letras, de arquivo. Assim, perpetuar-se-ia na memória. Estava conectado com regime de historicidade do seu tempo.

A caridade é uma peça chave nessa construção de si, é através da caridade que ele também se destaca. De forma individual e direta, era procurado diariamente por aqueles que necessitavam auxílio (um emprego, uma roupa, algum documento, revista, livros ou uma quantia em dinheiro). Esses pedidos, claro, chegavam com uma justificativa plausível e, para eles, urgente, sendo Studart alguém que poderia atendê-los. Em troca, Guilherme Studart recebe ainda mais reconhecimento social e este lhe proporciona legitimidade para usar sua influência, tornando-se uma ponte entre alguém abastado que poderia ajudar aquele que necessitava.

Esses pedidos chegavam muitas vezes através de correspondências, de uma multiplicidade de remetentes e dos variados estratos sociais. Esse acervo epistolar era uma forma de sociabilidade, uma forma de se manter próximo dos espaços frequentados por intelectuais, bem como a troca de textos e revistas por todo o país com seus pares,

fortalecendo sua rede de relações pessoais, atestando a sua representação idealizada de homem de letras, mas também uma forma de se manter em contato com os que buscavam alívio para alguma necessidade pontual. A partir das cartas, ele mantinha contato com os dois polos sociais ligados pela ação caritativa: o rico e o pobre.

A caridade, entendida como uma virtude cristã de fazer o bem, de socorrer aos necessitados, é considerada uma virtude social. Corroborando com o estudo de Claudia Viscardi, a prática da caridade tem algumas motivações, das quais destacamos a teoria da reciprocidade, cujo retorno para o benfeitor seria na forma de reconhecimento social. Este, por sua vez, desembocou para Guilherme Studart na indicação para o recebimento do título de Barão da Igreja Católica, recebido no ano de 1900. Esse título reforçou o seu prestígio e o consolidou como alguém dado à caridade. Fruto da sua ação caritativa de forma individual, e, sobretudo, da sua ação à frente da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará.

A caridade institucionalizada era vinculada por uma lógica do merecimento: era preciso estar inserido na lógica da religião, ser católico praticante, com a posse dos sacramentos, principalmente o matrimônio, para que pudesse ser candidato a receptor dessa caridade. Por meio de visitas domiciliares, os confrades vicentinos verificavam se aquele candidato estava apto ou não para receber a ajuda e a proteção da Sociedade Vicentina. Assim, a caridade se torna instrumento de poder.

Outras instituições caritativas e outros indivíduos caridosos existiram no Ceará nos anos aos quais essa pesquisa se debruçou. Mas, por que Guilherme Studart teve sucesso no seu empreendimento, a ponto de receber tal título de distinção? Talvez pela sua declarada submissão aos preceitos da Igreja Católica e respeito à sua hierarquia. Essa submissão também era uma forma de legitimação da sua ação e buscar ajuda com outras pessoas do seu estrato social para a realização da caridade. Esta se dava, portanto, dentro da Igreja, submissa e não buscando quebrar à sua hierarquia – ou ser uma ameaça a ela, como foi o Padre Cícero.

A caridade foi ainda percebida como uma sensibilidade no tempo, como demonstrou os testamentos analisados e a preocupação em testar para ações futuras, em prol da caridade. Praticava-se a caridade no devir da morte buscando ganhos individuais. Acabava sendo mais uma ação paliativa frente à miséria e às necessidades alheias do que mesmo uma busca pelo seu fim. O objetivo não era acabar com a situação de penúria do receptor da caridade, mas sim uma reciprocidade: era uma troca entre ganhos materiais por ganhos espirituais. O doador buscava amenizar os pecados em vida e a salvação eterna e, para isso, necessitava de ações dos vivos, isto é, as orações em prol da sua alma.

Guilherme Studart mostrou-se ser alguém conhecedor dos ensinamentos cristãos. Constrói a boa morte em vida, pela caridade. Mas não era qualquer caridade, devia ser algo grande, de notoriedade, como a Sociedade São Vicente de Paulo. Aliás, essa instituição e, por conseguinte o Barão de Studart, se torna grande e tem ação destacada, porque o Ceará era um local propício para o desenvolvimento dessas ações de ajuda aos pobres, pois seria uma terra de mazelas, misérias, secas, calamidades, pedintes e flagelados; seria a “terra prometida” para a Sociedade Vicentina, como o próprio Studart colocou.

Como demonstrado, a Sociedade de São Vicente cresceu vertiginosamente no Estado do Ceará: de 600 famílias assistidas no final do século XIX, passou a amparar mais de quatro mil pessoas por volta da década de 1930. No correr das calamidades, como as ocorrências de secas, proliferavam os pedidos de ajuda e também as doações para essa natureza, aumentando, assim, o seu reconhecimento público.

Guilherme Studart teve uma atuação destacada nessa instituição, sendo presidente do Conselho Central no Ceará por mais de quarenta anos. Ele endereçava pessoalmente pedidos de ajuda para os mais afortunados de todo o país em nome da Sociedade Vicentina. Fazendo funcionar a engrenagem da caridade a partir da sua rede de relações, onde solicitava dos mais abastados para aqueles que mais precisavam, sendo a ponte, por meio das confrarias de São Vicente, para que se efetuasse a caridade.

Essa é a face pública da caridade, mesmo que não houvesse uma ampla divulgação da obra de caridade, o reconhecimento social poderia ser pelo receptor da doação ou pelos seus pares. Uma vez que no interior das confrarias vicentinas, indicar uma família ao recebimento de doações, contribuir para o seu desenvolvimento, era uma oportunidade de afirmação de status e reconhecimento social.

Como já referido, buscava-se uma reciprocidade com a prática da caridade e uma dessas formas de reciprocidade era a inclusão dela no plano de salvação eterna. A partir da caridade poderia se mostrar como alguém que ama o próximo e, portanto, merecedor da salvação eterna. Uma das formas mais claras de se praticar a caridade com esse intuito era a inclusão desta nos testamentos.

O Barão de Studart produziu seu testamento com vista para organizar a vida após a sua partida, como forma de perpetuação da sua memória e poder. Não obstante, através desse documento, distribuiu seu acervo minimamente para instituições específicas, fez a partilha dos seus bens e, como não podia deixar de fazer, lembrou-se dos que já haviam morrido, solicitando-se missas e orações para si e para eles. Além, é claro, de praticar a

caridade, lembrando-se dos pobres e até dos seus empregados domésticos. Aliás, os pedidos de oração já se configuram em uma forma de caridade.

Essa distribuição não ficou restrita apenas a instituições religiosas, deixando quantias reservadas para instituições científicas, já que o desenvolvimento delas significava para ele uma ação patriótica e essa é uma (auto) representação de Studart. Outras também representações de si foram fabricadas por ele, como a de religioso e intelectual: um homem do seu tempo ligado à ciência e à religião.

Mas, a partir da sua atividade na Sociedade Vicentina e o estabelecimento de uma “rede de caridade”, outras representações dele foram construídas como a de “pai dos pobres”, “anjo da caridade”, “apóstolo da caridade” e “santo moderno”. Estas foram postas por seus pares em homenagens póstumas, demonstrando o sucesso no seu empreendimento de consolidar-se enquanto homem exemplar, de moral ilibada. Como já citado, a caridade não se dava no vazio. Era preciso a existência de dois polos para sua efetivação: o doador e o receptor. Este último fazia parte do plano da salvação do primeiro. A caridade passa a ser um instrumento de dominação.

6. REFERÊNCIAS

FONTES

1. DOCUMENTAÇÃO CARTORIAL:

1.1. Índice de Localização da documentação do cartório de órfãos de Fortaleza:

Testamentos: Pacotes 37 a 39; 85 a 87. Caixa 02, número de processos: 01 – 33; Caixa 03, números de processos: 01 - 47. Caixa 04: números de processos 01 – 37.

1.2. Inventário *post-mortem* do Barão de Studart. Localização: Cartório de órfãos, Fortaleza, processo nº 154/13, ano de 1938 - Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

2. REVISTAS:

2.1. CEARÁ. **Revista do Instituto do Ceará**, 1887-1956. Localização: Acervo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

2.2. CEARÁ. **Revista do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo**, 1888-1938. Localização: Acervo da Sociedade de São Vicente de Paulo no Ceará, Fortaleza-CE.

2.3. CEARÁ. **Norte Médico**, 1913-1918. Localização: Acervo da Academia Cearense de Medicina.

2.4. CEARÁ. **Ceará Médico**, 1928-1935. Localização: Acervo da Academia Cearense de Medicina.

3. IMPRESSOS:

3.1. SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador - BA: E.P. Salesianas. 1982. p 325

3.2. STUDART, Guilherme. **Allocução proferida no Círculo Cathólico de Fortaleza**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1915.

3.3. _____. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. V. 1, 2, 3. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910, 1913, 1915.

3.4. _____. **Datas e factos para a história do Ceará**. ed.fac-sim 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 1v.

3.5. _____. **Datas e factos para a história do Ceará**. ed.fac-sim 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 2v.

3.6. _____. **Datas e factos para a história do Ceará**. ed.fac-sim 1924. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3v.

3.7. VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição: Feitler, Bruno; SOUZA, Evergton Sales; JANCSÓ, Istvan; PUTONI, Pedro (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

3.8. **BIBLÍA SAGRADA**. São Paulo: Paulus, 1990 (Edição Pastoral).

4. FONTES ARQUIVISTAS:

4.1. Correspondência passiva de Guilherme Studart (1878-1938) Localização: Arquivo Barão de Studart – Acervo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

4.2. Documentos da Coleção Studart. Localização: Arquivo Barão de Studart – Acervo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

4.3. Correspondência ativa de Guilherme Studart. Localização: Arquivo e Coleção Particular de Max Fleiuss, Rio de Janeiro, ACP 72 – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

4.4. Estatutos da Sociedade São Vicente de Paulo. Localização: Arquivo Nacional, caixa 575, código 173.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *As sombras do tempo: A saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história*. In: ERTZOGUE, Mariana Haizenreder, PARENTE, Temis Gomes. **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart: memória e distinção**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 – 2012.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, 1998, n.21.

BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Arquivo de si e do Ceará: a coleção e a escrita de Guilherme Studart (1892-1938)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de História. Programa de pós-graduação em História Social, Fortaleza - CE. 2014.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. (1756-1911)**. Coimbra: Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito**. Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.

ERTZOGUE, Mariana Haizenreder, PARENTE, Temis Gomes. **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves; RIOS, Kenia Sousa. **'Lazarópolis': a lepra entre a piedade e o medo (CEARÁ, 1918-1935)**. 2011. 234f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza-CE, 2011.

FURTADO, Junia Ferreira. Testamentos e Inventários: A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2009.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força** – história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar. s/d.

GOMES, Ângela de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GONTIJO, Rebeca. **O Velho Vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853 – 1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias – a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio et al (orgs). **Refúgios do eu – educação, história, escrita e autobiografia**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade** – presentismo e a experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, nº 148 (1º - 2003), 09-34.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MAGALHÃES, Aline Monteiro. Gustavo Barroso e as escritas de si. **Trajetos**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. – v.5, n.9/10 (dez. 2007), Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998.

MICELI, Sérgio. **Intelectualidade à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PASSOS, Mauro. Nos olhos de quem vê – “Encomendações de almas” na religiosidade popular em Minas Gerais. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013.

PENNA, Rejane Silva; GRAEBIN, Cleusa Maria. Acervos privados: Indivíduo, sociedade e história. **Saeulum - REVISTA DE HISTÓRIA** [23]; João Pessoa, jul./ dez. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, memória, sensibilidade: territórios do historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela (orgs.). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n. 4, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Papel Passado: cartas entre os devotos e o Padre Cícero**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). **História da vida privada no Brasil**. vol II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 96-141.

REIS, João José. **A morte e uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia; GUEDES, Roberto; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (orgs.). **Últimas vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (org). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e voz. 2011.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Souvenir de ma carrière artistique. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 249-278, Jan.-jun. 2007.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**. Filosofia dos corpos misturados – I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

VAILATI, Luiz Lima. Os álbuns fúnebres de Basílio Jafet: vocação pública e razão identitária de um monumento doméstico. **REVISTA M**. vol. 1, n. 2, p. 401-415, jul.-dez, 2016.

VEYNE, Paul. **Pão e Circo**: sociologia histórica de um pluralismo político. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. **FCLAs – CEDAP**, Campinas, v.3, n.1, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 117-136.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório**: ou o trabalho de luto. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.